

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

INÊS TROMBINI

TEOLOGIA FEMININA DA LIBERTAÇÃO:
A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FREIRAS NO ESTADO DA PARAÍBA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

João Pessoa – PB

2025

INÊS TROMBINI

TEOLOGIA FEMININA DA LIBERTAÇÃO: A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FREIRAS NO ESTADO DA PARAÍBA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a conclusão do curso de mestrado, tendo como orientadora: Prof.ª. Drª. Fernanda Lemos e coorientador: Dr. Ivonaldo Correia Dantas
Linha de pesquisa: Religião, cultura e sistemas simbólicos.

João Pessoa - PB

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T849t Trombini, Ines.
Teologia feminina da libertação: a atuação política das freiras no estado da Paraíba durante a Ditadura Militar (1964-1985) / Ines Trombini. - João Pessoa, 2025.
120 f. : il.

Orientação: Fernanda Lemos.
Coorientação: Ivonaldo Correia Dantas.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Congregações Religiosas Femininas. 2. Comunidades Eclesiais de Base. 3. Teologia da Libertação. 4. História das Religiões. 5. Ditadura Militar. I. Lemos, Fernanda. II. Dantas, Ivonaldo Correia. III. Título.

UFPB/BC CDU 272-055.2(043)

Elaborado por GRACILENE BARBOSA FIGUEIREDO - CRB-15/794

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Teologia Feminina da Libertação: a atuação política das freiras no estado da Paraíba durante a ditadura militar (1964-1985)

INES TROMBINI

Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDA LEMOS
Data: 29/08/2025 23:29:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fernanda Lemos
(orientadora)

gov.br NILZA DE MENEZES LINO LAGOS
Data: 29/08/2025 11:42:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nilza Menezes Lino Lagos
(membro-externo/TJRO)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA LUCIA ABAURRE GNERRE
Data: 30/08/2025 09:05:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Lucia Abaurre Gnerre
(membro-interno)

Aprovada em 25 de agosto de 2025.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres freiras que lutaram pelo bem-estar social da população no estado da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora orientadora, Dra. Fernanda Lemos, pelo incentivo ao ingresso no curso, pela orientação na escolha do tema e pelo apoio na busca de alternativas metodológicas ao longo da pesquisa. Ao coorientador Dr. Ivonaldo Correia Dantas, expresso minha gratidão pela leitura atenta do texto em construção, pelas sugestões bibliográficas e contribuições críticas que contribuíram para o aprimoramento e adequação da dissertação às exigências acadêmicas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - CAPES, que concedeu bolsa de estudos, possibilitando a execução plena da pesquisa.

Ao professor e amigo Alder Júlio Ferreira Calado, agradeço pela valiosa colaboração, pelas indicações de autores e pelo contato com pessoas atuantes nas pastorais sociais da ICAR, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estendo também meus agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram na elaboração da pesquisa e construção deste texto.

Agradeço a todos os professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, cuja dedicação tem sido essencial à formação de pesquisadores comprometidos com o campo das Ciências das Religiões.

A todos os colegas e amigos do curso, agradeço pelo convívio enriquecedor e pela amizade construída ao longo deste período.

RESUMO

Esse trabalho analisará historicamente, de forma panorâmica, a presença da Igreja Católica Apostólica Romana e as origens das congregações religiosas femininas no Brasil, desde a chegada dos portugueses do século XVI ao século XX. Esta dissertação tem por objetivo pesquisar a atuação política e de resistência das freiras durante o período da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985, especificamente no Nordeste Brasileiro. As atividades por elas realizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram inspiradas na Teologia da Libertação, portanto, esse trabalho busca identificar a memória sociorreligiosa das freiras inseridas nestas comunidades durante as perseguições políticas. Objetiva-se com isso compreender a formação histórica das primeiras comunidades religiosas femininas no Brasil; identificar, após o Concílio Vaticano II, a prática missionária das freiras inseridas nos meios populares no Nordeste brasileiro; e, por fim, analisar sua atuação política por meio da memória religiosa nos meios populares no estado da Paraíba. Metodologicamente, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e a exploração de documentos e reportagens da época, de domínio público, com intuito de resgatar a memória social e política do trabalho religioso realizado por elas junto às CEBs. Evidenciou-se nos primeiros contatos com o campo de pesquisa a atuação dessas freiras no estado da Paraíba durante o período da ditadura, e também seu monitoramento durante o Regime Militar.

Palavras-chave: Congregações Religiosas Femininas, Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Libertação, História das Religiões, Ditadura Militar

ABSTRACT

This study will provide a historical, panoramic analysis of the presence of the Roman Catholic Apostolic Church and the origins of female religious congregations in Brazil, from the arrival of the Portuguese in the 16th century to the 20th century. This dissertation aims to research the political and resistance activities of nuns during the military dictatorship period between 1964 and 1985, specifically in the Brazilian Northeast. The activities they carried out in the Ecclesial Base Communities (CEBs) were inspired by Liberation Theology; therefore, this work seeks to identify the socio-religious memory of the nuns within these communities during the political persecutions. The objectives are to understand the historical formation of the first female religious communities in Brazil; to identify, after the Second Vatican Council, the missionary practice of nuns working among the popular classes in the Brazilian Northeast; and finally, to analyze their political activism through religious memory among the popular classes in the state of Paraíba. Methodologically, bibliographic research and the exploration of publicly available documents and news reports from the period will be used, aiming to recover the social and political memory of the religious work performed by them within the CEBs. Initial contact with the research field has already highlighted the activities of these nuns in the state of Paraíba during the dictatorship period, as well as their surveillance by the Military Regime.

Keywords: Female Religious Congregations, Ecclesial Base Communities, Liberation Theology, History of Religion, Military Dictatorship

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição das freiras no Brasil colonial e imperial ……..... 32

Quadro 1 - Entrada de Ordens e Congregações Femininas no Brasil – 1880–1930 …... 34

Quadro 2 - Congregações e Ordens atuando no Brasil até 1872 ……..... 36

Figura 2 - Adaptação das freiras Dorotéias às mudanças sociais ……..…..... 94

LISTA DE SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino Americano
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CEV-PB	Comissão Estadual da Verdade - Paraíba
CDDH	Centro de Direitos Humanos
CIPS	Conselho de Informações Policiais de Segurança
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CR	Congregação Religiosa
CRF	Congregação Religiosa Feminina
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DM	Ditadura Militar
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
PCIs	Pequenas Comunidades Inseridas
PPGCR	Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI	Sistema Nacional de Informação
TL	Teologia da Libertação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ….…….. 12

1 VIDA CONSAGRADA FEMININA NO BRASIL ...…… 20
1.1 DO PERÍODO COLONIAL AO IMPERIAL ...……. 20
1.2 OS PRIMEIROS PASSOS DA ORGANIZAÇÃO DAS CRFs NA COLÔNIA 25
1.3 REPÚBLICA: ABERTURA PARA VINDA DAS CRFs EUROPEIAS ……..... 32
1.4 EFETIVAÇÃO DAS CRFs NO BRASIL ……...…….. 35

2 AÇÃO MISSIONÁRIA DAS FREIRAS NO NORDESTE (1964-1985) ……..... 50
2.1 O CONTEXTO DOS ANOS DE 1950 E 1960 NO BRASIL ..…….. 53
2.2 O CONCÍLIO VATICANO II: SOCIEDADE BRASILEIRA E NORDESTINA … 58
2.3 O SURGIMENTO DAS CEBs E DAS PASTORAIS SOCIAIS NO NORDESTE .. 67
2.4 RELEVÂNCIA DA AÇÃO MISSIONÁRIA DAS FREIRAS ……..... 72

3 AS FREIRAS INSERIDAS NOS MEIOS POPULARES PARAIBANOS .…… 81
3.1 APLAUSOS E APOIO AO GOLPE MILITAR..... 88
3.2 BISPOS, PADRES E RELIGIOSOS NA MIRA DA DITADURA..... 94
3.3 FREIRAS MONITORADAS ……. 96
3.4 PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA..... 100

CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

REFERÊNCIAS..... 111

ANEXO A – Relação de nomes das freiras e sites consultados..... 120

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da atuação das freiras no estado da Paraíba durante a ditadura militar, deu-se no período de estudo da disciplina: Gênero e Religião, ministrado pela professora Dra. Fernanda Lemos[1], do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como aluna especial; despertando o interesse em pesquisar sobre o tema: mulheres freiras[2] e repressão no período de 1964 a 1985. Nessa busca para estudar gênero e religião, delimitar um período e um tema específico faz-se necessário. Há muitos estudos sobre mulheres e repressão, porém há poucos estudos sobre as mulheres freiras.

A relevância do tema para a academia e para a sociedade justifica-se, identificar e reconhecer o trabalho feito pelos sujeitos da pesquisa e rever o que foi registrado e publicado no período delimitado. A dedicação que as freiras tiveram ao trabalhar junto às comunidades empobrecidas no campo da saúde, da educação e no cuidado espiritual, isto é, são mulheres que se doaram ao serviço comunitário e tornaram-se invisíveis socialmente. Além disso, buscar o porquê as freiras não foram citadas se elas de fato, tomaram a frente para trabalhar e lutar a favor da população que vivia à margem da sociedade.

Segundo a socióloga e professora Nunes (2001, p. 504): "[...] as religiosas foram não somente as mais numerosas (há 37.000 freiras no Brasil), mas também, a qualquer outro fator que se possa compará-las, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades"; referindo-se às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foi o modelo de ação adaptado e utilizado para o movimento social da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no Brasil e na região Nordeste com maior intensidade.

O destaque do argumento: trabalho invisível, é porque ainda hoje o trabalho exercido pelas freiras, mesmo quando protagonistas nas atividades, fica em segundo plano. Nunes (2001, p. 504), exemplifica, "a ação fundamental das religiosas junto às CEBs raramente é lembrada, salvo quando se quer imputar a elas os insucessos dessa forma de organização do trabalho

---

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB. Coordena o Núcleo de Pesquisas Socioantropológicas da Religião e de Gênero do PPGCR. Atualmente, seu tema de pesquisa é Zooantropologia e Religiosidade; Biografia e Produção de Conhecimento Ocultados na literatura feminina (Simone de Beauvoir e Nísia Floresta). Disponível em: http://lattes.cnpq.br/3014983823033797. Acesso em: 01 jun. 2025.

[2] Freira: Religiosa professa; soror, monja; mulher que pertence a uma ordem religiosa e que dedica sua vida aos objetivos da comunidade. Diversas religiões, incluindo o budismo, o cristianismo e o taoísmo têm ordens de freiras. A Igreja Católica tem mais ordens de freiras do que qualquer outra denominação cristã. *Irmã*: [Religião] Mulher que fez votos religiosos; freira. Disponível: https://www.dicio.com.br/freira/irma/. Acesso em: 01 jun.2025.

pastoral". E, estudando sobre a história do Brasil, permanece a pergunta sobre as tarefas que essas mulheres freiras empreenderam. Sobre o período da ditadura de 1964 a 1985, observa-se que os livros de história mencionam principalmente os protagonistas masculinos, deixando a impressão de que as mulheres não tiveram participação na luta política nesse período.

É preciso rever os fatos, divulgar e nomear as atividades das mulheres, não somente das freiras, para entendimento do processo histórico ocorrido até a abertura política em 1985. A origem das CEBs foi anterior a 1964, ainda na década de 1930, com o lançamento dos Estatutos da Ação Católica (AC), em 09 de junho de 1935, pelo Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, conforme narra Costa (1937), a ICAR já começava a se articular junto às comunidades, mas foi a partir da implantação da Ditadura Militar (DM) que parte da ICAR, com o apoio de alguns bispos, que essas comunidades se organizaram e lutaram junto com as minorias evidenciando as diferenças sociais[3] no Brasil.

A busca por um mínimo de dignidade para à população excluída nas cidades e no campo, foi protagonizada principalmente pelas freiras junto com as mulheres líderes dessas comunidades periféricas e campesinas, que assumiam a responsabilidade de luta na ausência dos seus companheiros que, por sua vez, buscavam trabalho em outras regiões do Brasil. As atividades realizadas pelas CEBs: a educação popular, a formação de lideranças comunitárias, a organização dos sindicatos rurais, entre outras (analisadas a seguir no capítulo 2), proporcionaram a essas pessoas um olhar consciente sobre a situação em que viviam.

Esse despertar das comunidades esquecidas pelo Estado e seu processo de luta pelo direito à dignidade incentivaram-me na pesquisa, para desvelar essas mulheres freiras que motivaram essas outras mulheres para a liderança e para conscientizarem-se da própria realidade. Pesquisar quem foram e quais eram as suas motivações para se dedicarem às comunidades empobrecidas, excluídas e distantes do seu local de origem; é o que buscou-se compreender durante o desenvolvimento da pesquisa.

A importância do tema para a academia e para a sociedade justifica-se, também, porque há muito para se esclarecer sobre o trabalho das mulheres e das freiras, em particular, durante o período de 1964 a 1985, na formação das CEBs inspiradas na Teologia da Libertação (TL). Importante destacar que, em primeiro lugar, cita-se os nomes dos teólogos e pouco se fala das mulheres, das freiras, das teólogas e sociólogas que se destacaram no Brasil e na América

[3] Documento dos Bispos do Nordeste. **Eu ouvi os clamores do meu povo**. Salvador: Editora Beneditina, 1973. p. 4 Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/Eu_Ouvi_os_Clamores_do_meu_Povo-1.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

Latina, como: Maria José Fontelas Rosado Nunes, Ivone Gebara[4], Maria Clara Lucchetti Bingemer, Maria Valéria Rezende, Lusmarina Garcia, Nancy Cardoso e tantas outras mulheres esquecidas que despertaram para a luta contra a desigualdade feminina - social, política e econômica - existente no Brasil. Um movimento que, a partir da década de 1960, consolidou-se como feminista, segundo Nunes (2006).

Em consequência do envolvimento que tiveram como lideranças comunitárias e sindicais, muitas mulheres foram perseguidas pelo regime militar: algumas delas presas, outras se exilaram, para fugir das perseguições, entre elas: Marina Dias Virgilio, Maria Socorro Cardoso da Silva, Josineide Araujo, Maria do Socorro Campos e outras, conforme descrito nas oitivas da Comissão da Verdade no Estado da Paraíba[5] (CEV-PB). As histórias dessas mulheres revelam suas estratégias na defesa da vida, a firmeza na luta e demonstram o contingente feminino sobrevivente ao abandono da assistência governamental. Incontáveis mulheres carregam as marcas desse caminho, feito de diferenças que as tornaram resistentes às dificuldades.

Segundo Del Priore (2009, p. 26), o discurso adotado pela Igreja reforçava a ideia de que o papel da mulher se destinava a vida familiar, a maternidade, "a relação de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse [...], servir ao chefe da família com o seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência". De acordo com Del Priore a sexualidade justificava-se na procriação. Cabia à mulher cuidar, educar, obedecer e ajudar o marido, isto é, a igreja organizava a vida privada avalizando o poder masculino, acompanhando a vida doméstica feminina.

A submissão da mulher e obrigação de obediência fazia com que muitas optassem pela vida religiosa o que é constatado pelo grande número de Ordens e Instituições criadas na Idade Média, como analisa Leão (2018), a rotina da vida religiosa permitia o desenvolvimento místico e intelectual produzindo grandes escritoras, e ao longo dos séculos a capacidade que esse grupo feminino tinha de administrar, trabalhar na saúde, educação, assistência social assegurou sua independência, mesmo com votos de obediência à ICAR, isto é, ao poder masculino instituído.

---

[4] Freira católica, filósofa e teóloga feminista brasileira, por defender a despenalização do aborto foi cerceada pela ICAR. Possui mais de trinta livros publicados, entre eles: *Vida Religiosa, da teologia patriarcal à teologia feminista* (1992).

[5] Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. RELATÓRIO FINAL. João Pessoa: União Editora, 2017. Disponível em https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

Com as mudanças sociais do século XX, a Vida Religiosa (VR) também adota novos modelos de participação.

A socióloga Nunes (1985, p. 109), descreve que em meados do Século XX, "a dinâmica renovadora da VR ganha consistência, faz-se um processo constante e efetivamente transformador. Toda a VR será afetada. [...] a própria definição de ser religiosa é posta em xeque e encontra novos termos referenciais". O processo de modernização social em curso, inclusive na dinâmica interna das organizações religiosas, culminando na organização nos meios populares das Pequenas Comunidades Inseridas (PCIs). Incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), e o decreto *Perfectae Caritatis* (1965), para adaptação às novas condições dos tempos, as congregações abriram as portas para atender ao chamado de seguir a Cristo junto à população excluída.

As décadas de 1960 e 1970 foram de grandes mudanças internas nas instituições religiosas brasileiras. Segundo Nunes (1985), muitas freiras abandonaram os conventos, retornando a vida secular. A partir de 1964, os dados estatísticos indicam que o número de vocações começou a decrescer e, em 1967, tornou-se negativo, provocando redução da mão de obra própria e acelerando a reestruturação de suas atividades que ocorreu em duas etapas: a primeira, como renovação adaptativa, e a segunda, como inovação criativa, desafiando as freiras que permaneceram nas instituições a implantarem as mudanças indicadas pelo Concílio Vaticano II.

Diante do exposto, a pesquisa estrutura-se por esta introdução, três capítulos e as considerações finais. O primeiro deles, com o título: Vida Consagrada Feminina no Brasil, tem o objetivo de realizar um breve histórico da criação das Instituições e Congregações Religiosas Femininas (CRFs) no Brasil. Para melhor compreender buscou-se a história da formação da ICAR no período Colonial e Imperial e seu envolvimento com a Coroa Portuguesa. Além disso, investigou-se como se deu a origem e organização das Congregações Religiosas Femininas, que eram proibidas, pelo Império, de se instalarem no Brasil, resultando na criação dos Recolhimentos[6], como alternativa ao interdito dos conventos pelo Rei.

Alguns recolhimentos, como será visto, com o passar do tempo, conseguiram o consentimento para se tornarem instituições religiosas canônicas, ou seja, instituições reconhecidas pelo Código de Direito Canônico do Vaticano. Foi a partir da República, com a criação do Estado laico, que as CRFs foram liberadas para se organizarem e atuarem no Brasil,

[6] Recolhimento*:* Casa de religião ou retiro do mundo (semelhante aos mosteiros ou conventos femininos), sem votos religiosos. A fundação deste tipo de instituição era facilitada pelo fato de ser exigida somente uma licença episcopal para o seu funcionamento.

cooperando no suprimento das lacunas de atendimento junto a população desassistida, locais que o Governo Federal estava ausente.

No segundo capítulo, intitulado: Ação Missionária das Freiras no Nordeste (1964-1985), contextualizou-se os anos de 1950 e 1960 no Brasil. A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, reforçou o apoio aos movimentos que a ICAR já havia iniciado com a AC junto à população empobrecida, principalmente no campo, onde os trabalhadores rurais lutavam pela redistribuição de terras improdutivas e pela reforma agrária. Com a conclusão do Concílio Vaticano II, alguns bispos passaram a se posicionar de maneira ainda mais firme na defesa dos pobres e explorados, diversificando os grupos de atuação e buscando o apoio das freiras e das leigas e leigos na implementação das ações voltadas para a transformação da realidade social.

O Nordeste do Brasil, conforme analisa Lima (1979), por ser a região de maior pobreza e desigualdade social, bispos como: Dom Hélder Câmara (Olinda e Recife), Dom Antônio Fragoso (Crateús), Dom José Maria Pires (João Pessoa), Dom Eugênio Sales (Natal), entre outros, tomaram iniciativas protagonizando grandes mudanças sociais na região. Através das CEBs, promoveram a vinda de freiras de outras partes do Brasil e de outros países a exemplo da Alemanha, França, Holanda, Canadá e outros, que foram trabalhar no meio do povo criando as comunidades que ficaram conhecidas como PCIs, que “eram formadas com três a cinco membros, [...] e conviviam com o povo nas periferias ou no interior nas comunidades rurais” como sintetiza Rezende (1999, p. 10).

Por fim, no terceiro capítulo, denominado: As Freiras Inseridas nos Meios Populares Paraibanos, descreveu-se a posição da ICAR em relação ao golpe militar, constatou-se o apoio inicial que a igreja deu aos militares. Porém, mais tarde, quando a perseguição, prisão e morte de padres, religiosos(as), estudantes, entre outros, se agravaram, parte dos membros e bispos da CNBB passou a se posicionar oficialmente contra o golpe militar, condenando a violência praticada pelas forças repressivas.

No estado da Paraíba, as freiras que atuavam junto a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), defendendo a reforma agrária, trabalhando nas áreas rurais, cooperando com a organização sindical, alfabetizando a população jovem e adulta e evangelizando, foram perseguidas e fichadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão do estado que exercia a repressão e tortura durante a ditadura militar e pelo Centro Informações Policiais e de Segurança (CIPS), de acordo com depoimentos encontrados no arquivo da CEV-PB e nos arquivos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), digital.

Nesse propósito, a pesquisa busca identificar as CRFs e nomear as freiras que trabalharam na Paraíba entre 1964 e 1985, e que foram relacionadas pelos militares, presas e interrogadas pelas polícias e autoridades delegadas no estado. Além disso, considerou-se a presença e o envolvimento das freiras nas atividades sociais registradas nos arquivos da Arquidiocese de João Pessoa, por meio da leitura de jornais, revistas e documentos da época, bem como do estudo de dissertações, teses e livros já publicados sobre o tema. Aprofundou-se a leitura sobre a TL, desenvolvida por Teólogos como Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Frei Betto e muitos outros que inspiraram o trabalho nas CEBs e pastorais populares.

Inspirada, outrossim, na tese da professora Carolina Cubas[7], realizada para obtenção do título de doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que pesquisou sobre as freiras, sob título: Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985), discorrendo sobre os espaços políticos e sociais de atuação das religiosas no Brasil durante o período da DM, bem como as possíveis mudanças provocadas no contexto do Concílio Vaticano II, que revelam as diferenças de tratamento de gênero as quais as freiras estavam submetidas.

Já, a pesquisa da professora Neide Miele, feita para a dissertação chamada: A mulher na palha da cana: (estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita-PB), concluída em 1985, na Universidade Federal de Campina Grande/PB[8], expunha um estudo sobre gênero, e a condição da mulher no meio rural. Cada pesquisa reflete o contexto das mulheres e a diversidade das situações vividas, despertando interesse em novas pesquisas sobre o gênero. A professora Neide Miele também figura entre as idealizadoras e fundadoras do curso de Ciências das Religiões e do PPGCR na UFPB. Atualmente é professora aposentada e continua pesquisando sobre: O Feminino na história das Religiões.

O protagonismo dessas freiras caracterizou papel importante na disseminação das ideias da TL e na defesa dos direitos humanos. A literatura enfatiza a atuação feminina das freiras que foram fundamentais na articulação da prática pastoral, da justiça social e da emancipação comunitária. Elas desafiaram as estruturas de poder promovendo uma leitura crítica e prática do evangelho. Analisando as fontes históricas e os registros de relatos pessoais das freiras junto às práticas sociais das CEBs na Paraíba, compreende-se as mudanças ocorridas na complexidade das interações entre gênero, religião e política.

[7] Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129601. Acesso em: 17 fev. 2025.
[8] Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2268. Acesso em: 17 fev. 2025.

A proposição é discutida em diversos campos da educação, como na História, Ciências Sociais, Direitos Humanos, Psicologia, etc., e procedendo a busca na base de dados da Biblioteca Digital Domínio Público (IBICT) com as palavras-chave: Congregações Religiosas Femininas, Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Libertação, História das Religiões e Ditadura Militar, encontra-se muitas dissertações e teses nos últimos cinco anos em diversas Universidades do Brasil, que se dedicam ao tema da religião católica e da ICAR.

Porém, especificamente sobre as freiras, a quantidade de pesquisas é reduzida e, quando realizadas, geralmente se concentram na trajetória de uma freira que se destacou na comunidade pelos serviços prestados ou nos efeitos das mudanças promovidas por alguma congregação em determinada região, conforme descrito no Estado de Arte a seguir. No banco de dados da UFPB, nos últimos cinco anos, encontram-se dissertações e teses sobre as atividades do bispo Dom José Maria Pires e da ICAR. Quanto às freiras na Paraíba, há apenas duas dissertações e uma tese, todas abordando temas específicos.

A tese concluída em 2020, pela pesquisadora Edinaura Almeida de Araújo, do Departamento de Educação, sob o título - Trajetória histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras – PB (1928-1961) -, cujo objetivo principal é a construção da história da Congregação das Irmãs Dorotéias e, da influência do projeto educacional tutelado pela ICAR na formação de novas professoras que garantiriam a difusão dos princípios morais cristãos. A pesquisa se restringe ao colégio e a relação com a comunidade local, não contemplando as outras atividades desenvolvidas pela Congregação das Irmãs Doroteias na Paraíba.

As dissertações realizadas em 2022, seguem a mesma linha, Julyana Jéssyka Gonçalves Casimiro Lima, do Centro de Educação, desenvolveu a pesquisa sob o título - Mais que uma escola, valores para a vida: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a educação de mulheres (1957-1958) -, cujo objetivo consiste em investigar as instituições educativas confessionais católicas e a formação de mulheres para o magistério no século XX. A criação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no município de Sousa - Paraíba, administrado pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, pesquisa uma única CRF, período e local definidos.

A dissertação - Religiosas Consagradas da Arquidiocese da Paraíba (1970-1990): interfaces entre suas memórias subversivas e a perspectiva dos direitos humanos -, realizada por Wellegton Jean Barbosa de Souza, vinculado ao Centro Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), contempla as freiras que atuaram no CDDH apoiadas pelo bispo Dom José Maria Pires. Essa pesquisa entrevistou freiras das CRFs: Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio; Irmãs Franciscanas de Dilligens; Irmãs da Mãe de Misericórdia e Caridade; Congregação de Santa Dorotéia e Irmãs Cônegas de Santo Agostinho, isto é, cinco

congregações das dezenove que estavam atuando no estado da Paraíba em 1985. As CRFs recebiam o convite com um objetivo definido pela Arquidiocese, podendo ser substituídas.

As demais teses e dissertações encontradas sobre a ICAR e as CRFs, realizadas por pesquisadores da UFPB, no período anterior a 2019, priorizam as atividades da Arquidiocese de João Pessoa, na figura dos Bispos e padres, CEBs, entre outros. Quando se referem às CRFs, os estudos tratam de casos semelhantes aos descritos acima, o que indica um vasto campo ainda a ser explorado, considerando que vinte e duas CRFs atuaram no estado da Paraíba durante o período. Nota-se a movimentação das congregações conforme relatório do Anuário Católico do Brasil em 1964, há quinze casas e residências de institutos femininos ou CRFs, e dezenove em 1985, conforme Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba[9].

Corroborando com objetivo da pesquisa, a autora e teóloga feminista Fiorenza (1995, p. 12), afirma que é necessário rever o passado e a construção das narrativas que se referem as mulheres, visto que "Pensadoras e artistas feministas desaparecem dos arquivos e da memória histórica, pois a continuação do patriarcado exige que o desafio feminista ao poder masculino da elite permaneça invisível e inexistente". Nosso estímulo é contribuir para a construção e registro da memória das mulheres que participaram ativamente junto às comunidades paraibanas num período de fortes lutas sociais sob domínio repressivo da Ditadura Militar (1964-1985).

Dessa forma, daremos início ao Capítulo I, com o objetivo de reconstituir a história da organização da vida consagrada feminina no Brasil, com destaque para a trajetória de luta pela formação das CRFs. Nosso recorte temporal abrange desde os períodos colonial e imperial até a abertura para a chegada de instituições europeias no contexto republicano, analisando sua consolidação no cenário brasileiro ao longo do século XX.

[9] Os arquivos não estão digitalizados, e o site da Arquidiocese da Paraíba contém a relação das Instituições atuais. Disponível em: https://arquidiocesepb.org.br/congregacoes-religiosas-femininas/. Acesso em: 09 jun. 2025.

1 VIDA CONSAGRADA FEMININA NO BRASIL

Rememorar a história da formação social no Brasil, com ênfase na vida das mulheres desde o início da colonização portuguesa é reescrever a conduta feminina submissa importada da sociedade europeia. Del Priore (2009, p. 24), coloca que, “adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização”. Esse discurso, trazido pelos colonizadores portugueses e reforçado pela ICAR, a qual detinha o monopólio normativo religioso e moral, onde a obediência aos homens fazia parte do papel das mulheres, a exemplo da conduta europeia adotada na Idade Média de dominação da mulher, restrita ao trabalho doméstico.

1.1 DO PERÍODO COLONIAL AO IMPERIAL

Junto ao propósito de estudar a atividade das freiras no período da Ditadura Militar no estado da Paraíba, faz-se necessário compreender um pouco da história da ICAR no Brasil, seu contexto e sua contribuição para o domínio colonial português desde seu início. Busca-se o entendimento da influência sobre a formação das congregações religiosas femininas, considerando que a ICAR esteve a serviço da Coroa portuguesa no período de 1500 a 1822. Continua após a Independência a serviço do Império até Proclamação da República em 1889, com o Estado laico, houve a aceitação de outros cultos religiosos cristãos no Brasil.

A ICAR ingressou no Brasil junto com a esquadra de Pedro Álvares Cabral no litoral sul da Bahia, em Porto Seguro. Quatro dias após o desembarque foi celebrada a primeira missa, no dia 26 de abril de 1500, pelo frei franciscano Henrique de Coimbra, que acompanhava a expedição. A ICAR esteve presente no período colonial nas lutas contra os povos originários pela posse da terra, na política, na educação dos imigrantes, na preservação dos usos e costumes sob a proteção e a serviço do rei de Portugal. O catolicismo se estabeleceu na colônia brasileira como uma igreja tolerante, que simplesmente fechou os olhos para cultos não-cristãos e sincretismos sem grandes conflitos.

As atividades exercidas no novo continente compensaram, de certa forma, as perdas provocadas na ICAR pela Reforma Protestante no século XVI e pelo Iluminismo no século XVIII. A reflexão entre a Igreja e o Estado feita por Carneiro (1981, p. 12, 13), refere-se à atuação da ICAR através de seus padres que aqui trabalharam desde o início da ocupação, “como afirmo, que o catolicismo formou a nossa nacionalidade [...] que um ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política”.

Evocando o esforço feito pela Igreja para a unificação da língua, da fé e dos costumes, afirmando que o vínculo religioso faz parte da história e unidade do povo.

Observa-se que há símbolos do catolicismo por toda parte, exemplificando: a cruz, esculturas e ícones de Jesus, Maria e de outras pessoas consideradas santas, nomes de lugares relacionados a ICAR, etc., não negando as tradições trazidas pelos colonizadores portugueses e europeus. A diversidade cultural constituiu a formação política do povo. A seguir Carneiro (1981, p. 13), afirma:

> O que se chama princípio de vida de uma nação distingue-se de seus códigos, de suas leis, de suas constituições. Não é nem o seu organismo político, nem a geografia física, nem a corrente do sangue e da língua: é a sua crença, a sua fé, a sua tradição, isso tudo que se pode chamar – a alma da nação.

Pode-se questionar o pensamento do autor em relação a formação da alma da nação brasileira, visto que as crenças e tradições dos povos originários e dos povos escravizados trazidos do Continente Africano foram totalmente desconsideradas e lhes foi imposta a crença dos colonizadores. Para estes povos, qual o significado das leis e constituições políticas alheias às suas tradições? O quanto de participação a ICAR teve nesse processo de dominação e expropriação desses povos que desconsideravam até a existência da alma?

A partir da colonização no Brasil, conforme (Azzi, 1983), religiosos de Ordens e Congregações foram enviados da Europa: de Portugal, primeiro os Jesuítas (1549); os Carmelitas (1580); os Beneditinos (1581); da França, os Capuchinhos (1585); de Portugal, os Franciscanos (1589); da Espanha, os Mercedários (1640), os Lazaristas (1820); da Itália, os Capuchinhos italianos (1840); da França, os Dominicanos (1881); da Itália, os Salesianos (1883). Essas ordens religiosas masculinas estabelecidas aqui desde a chegada dos portugueses em 1500 até a Proclamação da República em 1889, vieram com o objetivo de atender aos colonizadores e demarcar poder territorial e político, além de fazerem um estudo antropológico dos povos indígenas.

O clero considerava o trabalho cumprido quando obtinha sucesso na aculturação da população indígena com a posse de seus territórios e destituição de suas tradições em benefício da conversão para a religião católica. O legado colonial deixou um rastro de violência na tentativa de dominação dos povos originários. As congregações religiosas femininas chegaram ao Brasil legalmente em 1677, vindas de Portugal, as irmãs Clarissas, da Ordem de Santa Clara. Até essa data os recolhimentos supriam a falta dos conventos, o que será abordado mais adiante.

Algumas dessas ordens religiosas masculinas, acima citadas, desde o início da colônia completavam as demandas administrativas que surgiram na formação dos povoados, vilas e cidades, construindo asilos, casas de misericórdia, institutos pios e de beneficência, fundando

conventos e mosteiros em diversas regiões do Brasil. Atualmente, algumas dessas construções encontram-se desativadas ou em processo de extinção, mas muitos mosteiros e conventos estão ativos no século XXI. A Congregação Beneditina, do Brasil, conforme Pacheco (2016), por exemplo, mantém mosteiros operando em cidades como Olinda, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras.

No início da ocupação, conforme Hoornaert (1994, p. 13), analisa "Portugal promoveu a expansão e organização eclesiástica de forma lenta, criando o bispado de S. Salvador/BA, em 1551". Nomeado a pedido de D. João III pelo papa Júlio III, o primeiro bispo foi D. Pedro Fernandes Sardinha, clérigo do hábito de S. Pedro. A Sé episcopal permaneceu única durante 126 anos, mantendo-se sob sua jurisdição todas as terras brasileiras. Somente em 1676 foram criadas as Dioceses de São Sebastião do Rio de Janeiro/RJ e de Olinda/PE. Em 1677, criou-se a Sé do Maranhão, reportando-se diretamente a Lisboa.

A Coroa Portuguesa não tinha interesse nas funções eclesiais, eram poucos bispos e sacerdotes para o enorme território dominado. A dificuldade de locomoção e a distância entre um vilarejo e outro favorecia a ausência das visitas pastorais. A organização da ICAR no Brasil se desenvolveu através da aliança existente entre o Vaticano e o Reino de Portugal, chamada de Padroado[10], institucionalizada desde o início da organização eclesiástica na colônia, com participação ativa na sociedade e na política, implantando a semente do catolicismo.

A ICAR desse período deixou suas marcas na sociedade, atuando conforme o interesse de Portugal, não só na conversão dos povos indígenas e dos escravizados vindos da África, mas, além disso, auxiliando na organização administrativa e institucional nas terras ocupadas. Durante o período colonial, a educação não foi prioridade do governo local; a elite da colônia brasileira estudava em Portugal ou em outras universidades europeias.

Os sacerdotes que trabalhavam na colônia continuavam submissos ao poder civil e eclesiástico português, moldando os povos originários escravizados para a subserviência da ordem estabelecida. Estes, recebendo o batismo, eram considerados catequizados, período em que essa era a única exigência para se tornar católico, segundo Pe. Comblin (1966, p. 581), que escreve:

> Cada brasileiro nasceu destinado ao batismo católico, e esta situação pareceu a mais normal do mundo: é tão normal que um brasileiro seja católico, como é normal que fale português, ou goste de feijão. O ser obrigatoriamente católico não foi sentido como violência e sim como fato da natureza.

[10]Prerrogativa da Coroa Portuguesa [...]. O direito de padroado foi cedido pelo papa ao Rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras "descobertas", de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada. (Hoornaert, 1994, p. 12)

Destaque-se que Pe. Comblin faz essa análise em 1966, a partir do seu conhecimento histórico da realidade brasileira, reconhecendo que ser católico no Brasil é produto de séculos de violência do sistema colonial importado. A Coroa portuguesa expandia o catolicismo em todas as terras dominadas e, ao final, parte expressiva das vítimas adotaram a crença imposta enquanto que outros a rejeitaram ou agiram nos moldes do chamado hibridismo religioso. Nesse período houve resistência à vinda de religiosos para o Brasil, visto que o sistema do padroado fazia do Rei de Portugal o verdadeiro chefe da Igreja, manipulando a organização conforme interessava ao reino, sistemática que perdurou até a proclamação da República.

O clero, acostumado a contar com o apoio do poder civil e do exercício de funções políticas, solidarizou-se com os grupos que ocupavam o poder. A Igreja, por falta de iniciativa própria, caiu na inércia, e o período Imperial no Brasil foi de decadência para a ICAR. Os bispos não mobilizaram a Instituição para a promoção das mudanças necessárias, como a independência nas questões religiosas e administrativas pertinentes, a criação de novas dioceses e nomeação de padres, entre outras.

Com a Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, e a promulgação da primeira Constituição Política, em 1824, que trazia em seu artigo 5º "a religião católica, romana continuará a ser a religião do Império". O texto garante a fidelidade sob a proteção dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Assim, no Império, mantiveram-se as imunidades e privilégios legais que a ICAR já gozava no período colonial.

Durante os 67 anos do Período Imperial (1822-1889), a relação entre os poderes se deteriorou; no final do Império a ICAR estava totalmente subordinada ao Estado, conforme registrou Hauck (1985, p. 16), em sua análise "faltava à Igreja do Brasil um centro de unidade, alguém que personalize a sua consciência, que se sentisse autorizado a falar em nome dela. Ou alguém que fosse a voz profética a denunciar os erros e apontar caminhos novos". O Império, com o apoio da maçonaria[11], (primeira bula papal contra os maçônicos em 04.05.1738, feita pelo Papa Clemente XII, chamada: *In Eminenti Apostolatus Specula*), aos poucos foi legislando sobre as funções administrativas da igreja.

O desprestígio do clero e o racionalismo materialista e cético das elites dirigentes aceleraram a decadência da religião. Entre outras medidas que o Império já havia tomado,

[11]A influência inicia no Período Colonial na Universidade de Coimbra e se acentua com a influência comercial com a Inglaterra. Marquês de Pombal (1755-1777) - A primeira Loja fundada em Lisboa em 1735. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-maonaria-em-portugal-de-1727-a-1802-2/. Acesso em: 26 maio 2025.

restringindo os poderes da ICAR, em 1855, o Imperador D. Pedro II estabeleceu uma norma limitando a entrada de noviços nas congregações religiosas masculinas e femininas no Brasil, fomentando a redução da população religiosa regular. A igreja no Brasil permaneceu distante das mudanças ocorridas na ICAR europeia em decorrência do Iluminismo e da Revolução Francesa no século XVIII.

O primeiro Censo Geral realizado no Brasil foi em 1872, conforme descreve Beozzo (1983), que ilustra a realidade da ICAR no final do período Imperial e as restrições impostas à expansão das congregações reveladas em números. Em 1857, havia doze dioceses estabelecidas no Brasil e as ordens e congregações religiosas masculinas eram oito[12], presentes em apenas sete dioceses: carmelitas, beneditinos, franciscanos, lazaristas (São Vicente de Paulo), capuchinhos, franciscanos do Comissariado Geral da Terra Santa, mercedários e jesuítas, totalizando 387 religiosos.

Os números refletem a política restritiva aplicada pelo Império, por exemplo: dificultar a autonomia administrativa, legislar sobre as ordens religiosas e proibir o ingresso de noviços e o clero secular[13] dependente dos subsídios da Coroa. São restrições que ao longo do tempo enfraquecem a atuação da ICAR, conforme descreve Hoornaert (1992, p. 277), em sua análise sobre a Instituição eclesiástica:

> O episcopado brasileiro no primeiro período colonial era absolutamente inexpressivo diante da imensidão do território, a estrutura do poder local, a complexidade da realidade cultural e por conseguinte teve uma influência mínima na formação da cristandade colonial. Entre 1551 e 1675 o Brasil (e o Maranhão) só possuíam um bispo, e entre 1675 e 1889 apenas um arcebispo, seis bispos.

Argumento que se confirma, a seguir, com a observação de Beozzo (1983, p. 97), pois no censo geral de 1872, o número de padres e religiosos no Brasil era pequeno em relação a extensão do território, "[...] identificados 2.363 padres, considerando o total de habitantes da época 9.930.478, correspondia a 4.202 hab./padre". A ICAR vinculada ao Rei em consequência do acordo conhecido como Padroado, impedindo os bispos de tomarem iniciativas contrárias à corte, os padres seculares eram funcionários do reino de Portugal e depois do Império do Brasil, a maioria exercia também funções civis e políticas na administração pública.

Observa-se nessa breve linha histórica da ocupação portuguesa e do Império até a Proclamação da República que as mulheres permaneceram submissas ao poder masculino com

---

[12] As informações sobre o número de Congregações e Ordens religiosas masculinas não são precisas conforme explica Beozzo (1983, p. 97), sobre o censo geral de 1872.

[13] Clero secular são padres ligados a um Bispo local, (Diocese, Arquidiocese, Prelazia, etc.). Clero regular são padres religiosos ligados a um Instituto de vida consagrada ou de vida apostólica (jesuítas, franciscanos, etc.). Disponível em: https://www.veritatis.com.br/qual-a-diferenca-entre-clero-secular-e-regular/. Acesso em: 09 out. 2024.

o reforço da pregação dos padres em suas homilias e nos confessionários. Elas não estavam incluídas nas prioridades da ICAR[14] e também, os poucos mosteiros e recolhimentos femininos existentes, tinham a função contemplativa (enclausurada).

Segundo Azzi e Rezende (1983, p. 26), as atividades sociais de educação e saúde começam a partir de meados do século XIX; e "para o Império, as mulheres brancas eram necessárias para manter a linhagem europeia" genuína da elite dominante na colônia, as filhas permanecendo sob vigilância constante do chefe da família que decidia sobre seu destino, futuro e escolha de casamento; e segue na (p. 44), cabia às "mulheres negras para aumentar a mão de obra escrava, condenando a miscigenação", submetidas a dominação masculina para servir como mão de obra doméstica, utilizadas como reprodutoras ou disponíveis às exigências sexuais dos homens brancos.

Foi somente a partir de meados do século XVIII, com a publicação do Alvará Régio[15], em 4 de abril de 1755, com força de lei, que ofereceu benefícios econômicos e políticos para casamentos entre lusitanos e indígenas que houve a aceitação da miscigenação, visando o aumento populacional do território. As mulheres negras continuaram escravas até 1888, com a promulgação da Lei Áurea.

1.2 OS PRIMEIROS PASSOS DA ORGANIZAÇÃO DAS CRFs NA COLÔNIA

No século XVI, a Europa vivia o período do Renascimento, que continuava provocando grandes mudanças desde o final do período medieval (1453), transformando suas estruturas sociais, políticas e econômicas. No cenário político destaca-se o fortalecimento do poder régio com a consolidação das Monarquias Nacionais. No cenário econômico, o declínio do feudalismo, permitindo maior liberdade comercial, também foi marcado pelas grandes navegações e descobrimentos realizados pelos espanhóis e portugueses, dando início a integração de todos os continentes da Terra. Ancorados na expansão econômica, novos interesses políticos e novas formas de governo se consolidaram na Europa.

Em 03 de janeiro de 1521, Lutero foi excomungado pelo Papa Leão X, dando início a Reforma Protestante que acentuou as mudanças na organização política dos países europeus.

---

[14]Mesmo Jesus Cristo valorizando as mulheres, muitos seguidores não adotaram a mesma visão. A exemplo do apóstolo Paulo, na primeira Carta a Timóteo 2,11-14 "Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão... (Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990). Na Idade Média, a ICAR dominava através do "sacramento do matrimônio", que a mulher deveria ser submissa ao homem.

[15]Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Alvara_regio_de_4_de_abril de_1751.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

Na ICAR, o Concílio de Trento (1545–1563), reafirmou seus dogmas desempenhando um papel central no contexto e operação da Contra Reforma realizada. Entre outras mudanças, cita-se a reafirmação do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) e a reafirmação dos sete sacramentos: batismo, confirmação ou crisma, confissão, eucaristia ou comunhão, matrimônio, ordem e extrema unção. Entre estes, confirmou-se a da indissolubilidade do matrimônio, sacramento que continuou proibido para membros do clero.

Seguindo as mudanças sociais e políticas, as congregações e ordens religiosas masculinas e femininas passam por adaptações substanciais. A Companhia de Jesus (jesuítas), criada por Inácio de Loyola, em 1534, deu grande apoio à Contrarreforma Católica. Sua estrutura foi inovadora: exigia que seus membros fossem doutores, sem obrigação de rezar comunitariamente como nos conventos e mosteiros, pois não tinham caráter de clausura, nem traje específico e, além disso, um quarto voto especial de obediência direta ao papa. Essa nova configuração possibilitou que através do ensino e das missões, divulgassem a fé católica na Europa e no domínio das novas terras.

Também surgiram novas Ordens Religiosas femininas na Idade Moderna europeia, segundo Bentes et al (2019), atendendo às novas necessidades sociais (início da urbanização, fortalecimento do comércio e as grandes navegações). Algumas adequações foram permitidas às Congregações femininas: trajes mais leves ou adequados a suas atividades, flexibilização de horários das orações, do convívio comunitário, entre outras.

Esses novos modelos de Instituições religiosas permitiram que as freiras tivessem vida ativa, tornaram-se profissionais em saúde, educação, etc. A Reforma Protestante (Lutero, 1517), promoveu a Contrarreforma[16] católica, acelerando mudanças na ICAR, incluindo as missões nos domínios ibéricos além-mar, atuando na conversão religiosa e cultural dos povos originários, período que muitas congregações religiosas masculinas e femininas vieram para o Brasil e América Latina.

Na formação da sociedade brasileira observa-se a subordinação feminina ao poder masculino em todas as esferas, refletindo os hábitos dos colonizadores. Del Priore (2009, p. 40), ao descrever a influência da ICAR a serviço do Estado no período Colonial, coloca que "adequar as necessidades de povoamento à devoção mariológica deve ter significado uma concreta hipótese de trabalho para a normatização das populações femininas [...], para a

[16]Contrarreforma foi um movimento político-religioso e cultural promovido pela Igreja católica que se deu em toda a Europa com início no século XVI, visando combater os princípios reformadores propostos pela Reforma Protestante, por meio do Concílio de Trento (1545 – 1563). BENTES, André L. A. et al. A Situação da Mulher na Idade Moderna. 2019, p. 8. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/wp-content/uploads/sites/11/2019/03/MulherIdadeModerna.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

reprodução dos ideais tridentinos[17] e para reprodução de brasileirinhos", incentivando a devoção religiosa privada a qual as mulheres assumiram o compromisso de seguir a doutrina católica.

Nos primeiros séculos, durante o período colonial e imperial elas foram impedidas de seguir a vocação religiosa[18] de ingressar ou criar conventos no Brasil. Mesmo para as famílias que por diversos motivos desejavam enclausurar suas filhas. Azzi e Rezende (1983, p. 45), relacionam diversos motivos: "vida religiosa como estado de perfeição reservado à elite, imposição social, libertação feminina", muitas filhas e dificuldade de encontrar homem adequado para casamento, valor do dote, divisão do patrimônio, entre outros.

Assim, o número total de "Congregações Religiosas Femininas atuando no Império brasileiro", conforme tabela organizada por Beozzo (1983, p. 123), com dados do Censo geral de 1872, eram onze; três constituídas no Brasil e oito congregações vindas da Europa, cujas atividades se centralizaram nas regiões Sul, Sudeste e alguns estados do Nordeste do Brasil, estas vieram para trabalhar em colégios, hospitais e obras assistenciais. Também Azzi e Rezende (1983, p. 24), em estudo sobre a vida religiosa feminina no Brasil escrevem:

> A falta de estudos aprofundados sobre as instituições religiosas destinadas à mulher no Brasil colonial é parte do descaso geral da historiografia brasileira para com o tema "mulher". Salvo poucas exceções, a maioria das referências sobre conventos, monjas e outras formas de vida religiosa feminina, apresentam-se em textos de caráter moralista ou piedoso, ou simplesmente informativo, sem uma análise mais profunda de seu significado no tecido das relações sociais da colônia.

Deve-se observar que a partir da década de 1980 houve grande interesse por parte dos pesquisadores em estudar o modo de vida das freiras, profissão, clausura, sexualidade, obediência, etc., reafirmando a importância desse segmento social. Como exemplo, cita-se: Ronaldo Vainfas, Mary Del Priore, Carolina Cubas, Leandro Neri Brito, Ana Cristina Laje, Salvatore Cernuzio, Henrique Cristiano José de Matos, Tereza Venturim, Miriam Pillar Grossi, Leila Mezan Algranti, entre tantos outros que se dedicaram a esse segmento da sociedade.

No entanto, como os autores constataram na citação acima, há poucas pesquisas sobre os registros históricos, arqueológicos e patrimoniais das congregações femininas no Brasil, até meados do século XX. Houve estudos pontuais sobre a vida cotidiana de alguns conventos relatando: hierarquia, rotinas de trabalhos, responsabilidades internas, horários, receita

---

[17] Idem nota 9, (p. 12) - Ideais tridentinos: Concílio de Trento (1545-1563), resposta às transformações causadas pela modernidade. Incentivando o culto a Maria mãe de Jesus, mulher como modelo à sociedade, vista como "ideal".

[18] A palavra vocação vem do latim: *Vocatio-onis*, cujo significado é chamada, convite. É a chamada de Deus para abraçar uma missão, uma forma de apostolado; é também uma inclinação natural para assumir uma missão no mundo.

financeira, média de vida, número de freiras convivendo no mesmo convento, interação social na comunidade. A escassez de registros sobre esses dados contribui para menosprezar a relevância do trabalho desempenhado pelas freiras na sociedade brasileira.

A invisibilidade dessas mulheres que historicamente participaram e ainda participam nas comunidades, desvaloriza essa escolha de vida para o sexo feminino, que não seja o casamento e a maternidade. Esse, era um outro caminho que possibilitaria liberdade, oportunidades de poder, estudos e novas descobertas missionárias. Como consequência da política do Padroado, a Colônia brasileira dependia das decisões do Rei de Portugal; que sem autorização régia[19] não era possível fundar conventos, educandários ou recolhimentos nos quais as mulheres pudessem viver isoladas socialmente favorecendo o celibato.

A religião estava relegada aos interesses políticos e econômicos da Coroa. Os autores Azzi e Rezende (1983, p. 24), observaram que havia dois tipos de vida religiosa feminina no período:

> [...] dois tipos de vida religiosa feminina: um oficial, canônico, estabelecido nos conventos e mosteiros, e reservados às mulheres brancas e ricas da classe senhorial portuguesa; outro bem mais informal e difuso, não reconhecido oficialmente, único acessível as mulatas, negras e mesmo a brancas pobres, vivido em recolhimentos, beatérios, nas casas de família. Apenas em poucos casos houve continuidade entre uma e outra forma quando recolhimentos foram transformados em conventos, com o reconhecimento da Coroa e da Igreja.

Período em que o Reino de Portugal só admitia a vida religiosa feminina enclausurada, contemplativa e mendicante[20], ou seja, não permitindo qualquer tipo de trabalho produtivo, além de bordados e rendas. O que, consequentemente levaria a solicitação de recursos à Coroa para manutenção dos mesmos. Para evitar prejuízos, e inibir novas solicitações, o Rei, para autorizar incluía uma cláusula exigindo que os conventos e ordens femininas deveriam manter-se com doações, heranças, dotes; mesmo assim, a elite senhorial da Colônia brasileira insistia na abertura de novas casas, porque para casar uma filha ela precisava de um dote que representava, muitas vezes, a divisão da fortuna familiar, não interessando ao patriarca e aos filhos a redução do patrimônio.

---

[19] O convento solicitava proteção régia e a partir dessa proteção permitia receber estipêndios da aristocracia que fizesse doações frequentes a essa casa na condição de incentivos fiscais.

[20] Mosteiros: local onde os membros de uma ordem monástica, monges ou monjas tem a vida contemplativa compartilhada, dedicada à oração, ao trabalho e a comunidade (Cartuxos, Carmelitas, Beneditinos, etc.). Conventos: neles vivem frades ou freiras, das ordens mendicantes (Franciscanos, Dominicanos, etc.). São o edifício e anexos onde estes habitam comunitariamente, porém não vivem em clausura. Ambos necessitam de uma ordem papal e a aceitação da instalação por parte de uma determinada ordem religiosa oficial da ICAR, seguem o cânone ou dogmas regulares.
Recolhimentos: Casa de religião ou retiro do mundo, sem votos religiosos. A fundação deste tipo de instituição era mais facilitada pelo fato de ser exigida somente uma licença episcopal para o seu funcionamento.

Outra estratégia utilizada pela elite brasileira era enviar suas filhas para conventos em Portugal, uma forma encontrada para as mulheres brancas saírem do Brasil, dado que dependendo do prestígio e da riqueza familiar as opções de casamento na colônia brasileira podiam não ser vantajosas. O que, segundo Azzi e Rezende (1983, p. 29), levou o rei, em 1732, expedir um alvará "proibindo o transporte de mulheres solteiras para Portugal sem a expressa autorização régia sob pena de multa e prisão aos capitães de navios", a exceção era para mulheres casadas e acompanhadas de seus maridos.

Com a proibição da criação de conventos pela Coroa, fundou-se os chamados recolhimentos de tipo conventual, não reconhecidos canonicamente pela ICAR, mas aceitos pela Coroa e com esperança de serem legalizados com o tempo. Laje (2016, p. 51), em sua pesquisa, observa a diferença entre convento e recolhimento no período colonial:

> Na prática cotidiana da América Portuguesa, verifica-se que os dois modelos acabavam exercendo funções muito próximas, apenas diferenciando-se em seu aspecto legal e na condução dos votos proferidos pelas reclusas. A fundação dos recolhimentos era mais facilitada pelo fato de ser exigida somente uma licença episcopal para o seu funcionamento, enquanto os conventos necessitavam ainda de uma ordem papal e da aceitação da ordem religiosa na qual a instituição desejava ingressar. [...], que geralmente são autônomas em sua administração, tendo como regente um abade ou uma abadessa[21], no caso de uma instituição feminina.

A primeira organização religiosa feminina que se conhece, conforme escreve Azzi e Rezende (1983, p. 30), foi "em 1576, de Olinda/PE, um recolhimento de mulheres da Ordem Terceira Franciscana" (ordem leiga de mulheres e homens casados, tem regras próprias), liderado pela Irmã Maria Rosa, viúva de Pedro Leitão. E a mesma, em 1595, fundou o Recolhimento da Conceição para a educação de moças órfãs que perseverou até o final do século XVIII, quando em 1798, o recolhimento foi transformado em educandário por iniciativa do bispo Azeredo Coutinho, conforme Laje (2022).

Nesse tempo de limitações à vida religiosa feminina, Azzi e Rezende (1983, p. 31), descrevem a criação dos recolhimentos a serem transformados em mosteiros no estado da Bahia "em meados do século XVII, período em que a vida religiosa começou a firmar-se na Colônia". Em 1677, o Recolhimento do Desterro em Salvador foi o primeiro a receber autorização para transformar-se em mosteiro, com a chegada de quatro religiosas Clarissas do mosteiro de Évora[22] Portugal, para formação de noviças brasileiras e administração do mesmo.

---

[21]Provavelmente Laje (2016) chama de forma genérica de abadessa (cargo vitalício) uma madre superiora conventual.

[22]Fundado em 1452 por D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, pertencia à Ordem dos Frades Menores, recebeu doações da realeza, servindo de refúgio para a princesa D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela. [s.d.]. Arquivo Nacional Torre de Tombo. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4411952. Acesso em: 18 out. 2024.

No século XVIII, na Bahia, houve a permissão para novos recolhimentos, em: 1739 – Recolhimento das Ursulinas da Soledade; 1742 – Convento das Ursulinas das Mercês; 1744 – Convento da Conceição da Lapa; 1755 – Recolhimento dos Perdões; 1755 – Recolhimento de São Raimundo. A sociedade baiana foi privilegiada na permissão de conventos em relação às outras regiões. Nunes (2001, p. 489), relata que:

> No final do século XVIII, em 1775, no total de conventos e recolhimentos, em Salvador, havia 564 escravas e servas e 32 escravos, para 300 religiosas e outras moradoras. A imagem de um convento religioso povoado de serviçais, de escravas e escravos, pode parecer muito estranha hoje. No entanto, numa sociedade escravocrata, em que a dominação branca era absoluta, a reprodução da hierarquia social nos conventos, contrapondo senhoras e escravas, parecia natural.

A Província da Bahia[23], início do povoamento português, teve sua economia baseada na exportação primária com o pau-brasil, depois, seguindo com o desenvolvimento da indústria açucareira, com trabalho escravizado. Os senhores de engenho controlavam terras, produção e a política local. O capital propiciava condições para financiar a criação de mosteiros ou recolhimentos, conforme exigências da metrópole portuguesa reproduzindo os privilégios elitistas dos conventos europeus.

Local onde filhas da nobreza aguardavam casamento (arranjado para consolidar alianças políticas, aumentar terras ou pagar dívidas) ou eram enclausuradas mantendo todas as regalias que sua condição social exigia. Ou seja, as chamadas freiras de coro (religiosas alfabetizadas e de status superior na comunidade) eram cuidadas por servas ou escravas[24], usavam joias e adornos, vestidos finos e tinham alimentação diferenciada.

Somente em 1705, o Rio de Janeiro conseguiu autorização régia para transformar o Recolhimento da Ajuda (fundado em 1687), em mosteiro; que se efetivou apenas em 1750, no convento da Ordem Concepcionista[25], com a transferência de cinco irmãs Clarissas do convento do Desterro da Bahia (oficialmente aprovado pela Coroa portuguesa e a ICAR), para orientar as recolhidas no carisma e deveres monásticos, isto é, a rotina religiosa de clausura, segundo Laje (2022). Em 1742, criou-se o Recolhimento do Desterro (RJ), que em 1780, transformou-

[23]Evolução da Economia da Bahia do Século XVI ao Século XX. Disponível em: https://docslib.org/download/3612996/7-a-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-economia-da-bahia-do-s%C3%A9culo -xvi-ao-s%C3%A9culo-xx. Acesso em: 18 out. 2024.

[24]Na tentativa de limitar o número de escravas e servas nos recolhimentos, iniciada em 1739 pelo arcebispo da Bahia, Dom José Fialho, até o final do século XVIII o Convento do Desterro (Salvador) resistiu às reformas, escandalizando a muitos pelos costumes mundanos e pouco austeros, escrevem Azzi e Rezende (1983. P. 50).

[25]Concepcionistas, são denominadas as monjas da Ordem da Imaculada Conceição, fundada em 1511 por Santa Beatriz da Silva, Toledo, Espanha. Disponível em: https://conventinhodeitu.com.br/quem-somos/irmas-concepcionistas/. Acesso em: 11 out. 2024.

se no Convento de Santa Teresa, canonicamente[26] estabelecido, seguindo o carisma carmelita de Santa Teresa D'Ávila, conforme descreve Silva (2019).

Na Província de São Paulo, por volta de 1685, fundou-se o Recolhimento Santa Teresa, que obteve os estatutos em 1748, tornando-se um convento legalizado conforme as leis civis e normas eclesiásticas vigentes, conforme relata Murayama (2010). Enquanto o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, fundado em 1774, por solicitação da religiosa Helena Maria do Sacramento à Frei Galvão, seguiram a regra das Concepcionistas, isto é, monjas enclausuradas e incorporado canonicamente a Ordem da Imaculada Conceição[27], em 1929.

O Mosteiro da Luz é patrimônio histórico desde 1943, abriga o Museu de Arte Sacra de São Paulo, mas ainda mantém a função original com as religiosas vivendo numa parte reservada do mosteiro. Em Sorocaba, as irmãs Manoela de Oliveira e Rita de Oliveira, fundadoras do Recolhimento de Santa Clara, instalado em 1811, com autorização real (1810), dada apenas para o funcionamento de um recolhimento de educandas, segundo Garcia (2016), orientadas por Frei Galvão, viveram como religiosas ignorando o objeto da autorização real.

Com referência ao missionário jesuíta, Azzi e Rezende (1983, p. 38), dizem que "Malagrida havia obtido do rei, em 1750, um decreto muito amplo, dando-lhe permissão para fundar, 'em sua vida', seminários, recolhimentos e conventos de religiosas no Norte e Nordeste do Brasil". Tornando-se assim, o promotor da vida religiosa feminina nesta região. Em 1752, na região de Igarassu[28], no interior de Pernambuco, fundou o Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus e, no mesmo ano, em São Luís/MA, o Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração; essas duas instituições não receberam autorização régia para transformar-se em mosteiros ou conventos.

Em Olinda, existia desde o fim do século XVI, o Recolhimento da Conceição, que também não obteve autorização para se tornar convento. O Recolhimento da Glória, fundado em 1777, em 1780 solicitou a permissão para se tornar convento sendo reconhecido e dotado de estatutos em 1799.

Em Minas Gerais, as comunidades de recolhimentos femininos do século XVIII, como a comunidade do povoado de N. Sra. do Bom Sucesso, a Casa de Oração do Vale das Lágrimas (1730-1780), nunca fizeram pedido para transformar-se em convento. O Recolhimento de N. Sra. da Conceição de Monte Alegre fundado em l716, torna-se convento em 1733. Os

[26]Aprovado segundo os procedimentos do Código de Direito Canônico da época.

[27]Disponível em: https://www.mosteirodaluz.org.br/igreja-de-frei-galvao/ Acesso em: 11 out. 2024.

[28]Prefeitura Municipal de Igarassu – Institucional – Disponível em: https://igarassu.pe.gov.br/cidade/institucional/. Acesso em: 23 set. 2024.

recolhimentos criados na região de Minas Gerais atenderam as necessidades locais e não tiveram a intenção de transformarem-se em conventos professos.

Essas recusas constantes da Coroa portuguesa na institucionalização de conventos femininos, acentuada após meados do século XVIII, sob o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, diplomata e primeiro ministro, Marquês de Pombal, título recebido em 1759, do rei D. José I, governou Portugal influenciado pelo Iluminismo, promoveu entre outras reformas: elevação do Brasil a vice-reino de Portugal, extinguiu as capitanias hereditárias, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro e expulsou os jesuítas do Brasil e de Portugal, os autores Azzi e Rezende (1983, p. 43), afirmam: "Todas as solicitações para novas fundações foram sistematicamente negadas desde então, e em 1764 proibiu-se a admissão de noviças nos mosteiros já existentes. Nessa segunda metade do século, a instituição já mostrava sinais de uma profunda crise, agravada ainda mais no século seguinte, na época imperial".

A preocupação da Coroa era com o povoamento do Brasil colônia e o crescimento da população portuguesa; havia poucas mulheres da metrópole até meados do século XVIII. Azzi e Rezende (1983, p. 26), continuam "em 1552, o jesuíta Manuel da Nóbrega escrevia cartas ao Rei pedindo que enviasse órfãs ou outras mulheres, ainda que de moralidade duvidosa, com as quais se pudessem casar os portugueses", evitando a miscigenação com mulheres indígenas e negras. A imigração portuguesa masculina foi maior que a feminina nos primeiros séculos, período em que a Coroa estava focada na exploração das riquezas da colônia e não no seu desenvolvimento.

A carência de mulheres de origem europeia tornou-se um obstáculo para a fundação de conventos femininos, a preocupação régia portuguesa, narram Azzi e Rezende (1983, p. 43), "foi a de preservar o poder da classe dominante lusa na colônia, por ser extremamente minoritária." Era preciso incentivar os casamentos e geração de filhos para garantir a hegemonia branca também na colônia e cabia às mulheres dessa etnia cumprir a sua obrigação no casamento servindo como penhor de alianças políticas e econômicas.

1.3 REPÚBLICA: ABERTURA PARA A VINDA DAS CRFs EUROPEIAS

A Proclamação da República, em 1889, frustrou o plano do Império de extinção das Ordens Religiosas aqui estabelecidas. Com a República implantada e a publicação do Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, separou-se definitivamente a ICAR do Estado, tornando-o laico, e, ao mesmo tempo, foi mantido o direito à liberdade de culto. Por ocasião da promulgação da segunda Constituição da República do Brasil, em 1891, a ICAR perdeu o status

de religião oficial no Brasil. Em seu livro, a Igreja e a República, Carneiro (1981, p. 103), destaca:

> Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, aos 7 de janeiro do ano seguinte o Governo provisório publicou o decreto da separação da Igreja e do Estado, abolindo no art. 4º - o padroado com todas as suas instituições, recursos prerrogativas; proibindo no art. 1º ao Governo federal leis, regulamentos ou atos administrativos sobre religião; declarando no art. 2º o direito de todas as confissões religiosas ao exercício de seu culto, sem obstáculo aos seus atos particulares ou públicos, assegurando no art. 3º a liberdade religiosa, não só aos indivíduos, isoladamente considerados, mas ainda as Igrejas que os unem numa mesma comunhão; estabelecendo no art. 5º a personalidade jurídica para todas as Igrejas e comunhões religiosas, e mantendo a cada uma o domínio de seus bens.

Com a separação oficial do Estado, a ICAR obteve a liberdade para trabalhar sem interferência direta da administração pública, por outro lado, perdeu a primazia estatal e a renda dos padres. Os bispos, em 1890, publicaram a - Pastoral Coletiva -, analisando os artigos do decreto acima, e, segundo Carneiro (1981, p. 104), entendendo que a separação é conveniente à Igreja: "[...] porque liberta a ação episcopal e paroquial dos pastores da Igreja da antiga tutela do poder executivo, que não mais como outrora, diz a Pastoral, governará a Igreja em nome do padroado e da maçonaria". Os bispos anunciavam que os brasileiros não separavam a religião da pátria e a República libertava a ICAR da submissão ao Estado, expandindo seu campo de atuação.

A autonomia nas decisões administrativas favorecia ações de evangelização, por exemplo, através da educação da população. Os bispos tomaram a iniciativa de solicitar ao Vaticano a ampliação da hierarquia episcopal; que em quatro séculos de atividades no Brasil Colônia e Imperial havia apenas doze Dioceses e duas Arquidioceses, uma em Salvador/BA e outra no Rio de Janeiro/RJ, dificultando o trabalho pastoral da ICAR. Já, em 1893, foram criadas mais cinco dioceses, entre elas a de João Pessoa,Paraíba. Às ordens religiosas não estavam mais proibidas de atuarem no país, assim os bispos convidaram congregações religiosas masculinas e femininas para auxiliarem na evangelização, fundarem e dirigirem colégios, entre outras obras sociais.

Até a Proclamação da República em 1889, existiam no Brasil dezesseis congregações, sociedades ou institutos religiosos femininos, de acordo com Beozzo (1983, p. 123). Nesse período republicano o catolicismo brasileiro abraçou a europeização da ICAR em sua defesa, como nos coloca Aquino (2014, p. 398): "Para reconstruir o seu lugar na ordem social brasileira, a Igreja priorizou uma reforma interna e a aproximação com os detentores da nova ordem". Com a aprovação do Vaticano houve a ampliação de dioceses, ajuda na formação intelectual e espiritual do clero e reforma das congregações e ordens religiosas no Brasil; as ordens femininas direcionaram seus esforços para a educação e a saúde.

Com o aumento da imigração europeia, em parte substituindo a mão de obra escrava (abolida em 1888), a vinda de congregações religiosas masculinas e femininas para o Brasil também favoreceu a manutenção das tradições e da cultura de origem desses imigrantes. O processo de transição do regime de padroado (1890), afetado pela reconfiguração geopolítica e econômica em curso na Europa, pela crise das monarquias, pelas redefinições das fronteiras geográficas e as consequências da Revolução Industrial, se soma ao fato de que o Brasil também sofre influência do primeiro Concílio Vaticano (1870), pois a postura da Santa Sé voltou-se para as colônias de domínio europeu, conforme escreve Miceli (2009, p. 19).

> O Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos a nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina.

Entre as estratégias do Vaticano estava o incentivo das vocações religiosas no estrangeiro, mesmo com as celebrações e orações em latim, até a realização do Concílio Vaticano II, ter padres e bispos locais melhorava as relações com seus governantes. Os colégios católicos implantados pelas CR masculinas e femininas na primeira República (1889-1930), apoiando as diretrizes do Vaticano, deram vida ao programa de educação católica, fortalecendo as devoções: a Aparição de Nossa Senhora, ao Sagrado Coração de Jesus, as novenas, as romarias, etc., reforçando a posição da ICAR junto à população brasileira.

Segundo Beozzo (1983, p. 127), ingressaram no Brasil, nessas quatro décadas iniciais da República, "setenta e nove Congregações e Ordens femininas europeias" com a finalidade de colaborar na evangelização, assistência social, administração hospitalar (Santas Casas de Misericórdia) e educação; escolarizar meninas não só para a vida religiosa, mas preparar para a função de esposa e mãe.

Demonstrou-se que nos primeiros anos da República brasileira, a ICAR promoveu grandes mudanças internas nas CRF de vida monástica (clausura), para congregadas de "vida ativa"[29], ampliando o crescimento intelectual e reforçando a liberdade de ação com a inserção nas comunidades. Eram voltadas para o trabalho nos colégios confessionais católicos (Escola Normal, magistério) para meninas-moças, administração de hospitais, crianças órfãs e idosos, dedicadas aos empobrecidos, e assim intensificaram o trabalho e a participação efetiva na sociedade.

As Congregações masculinas católicas deixaram de priorizar a catequese dos povos originários e escravizados, voltando-se para educação nos próprios seminários para formação

[29]Diferente das freiras enclausuradas, elas têm em seu projeto alguma forma de atuação social; sua imagem é a da "irmã de caridade", boa, solícita, atuante e dedicada aos necessitados. (Nunes, 2001, p. 492).

de padres. A partir da década de 1940, com a criação das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), passaram a promover a formação intelectual, moral e espiritual, influenciando o pensamento crítico social brasileiro, de setores carentes de conhecimento e experiência profissional.

1.4 IMPLANTAÇÃO DAS CRFs NO BRASIL

O primeiro Censo Geral realizado no Brasil foi em 1872, e reflete a negação do Império referente a ampliação da vida religiosa feminina (VRF) em seus domínios. Após 372 anos de ocupação, a população total, conforme o levantamento do censo, chegava a 9.930.478, segundo Beozzo (1983, p. 97), e "o número total de religiosas era de 286, número insignificante levando em conta o total da população". Deve-se ter em consideração que nesse período a Europa, influenciada pelas ideias iluministas e liberais, promovia a sociedade laica; e o Império brasileiro, oficialmente independente de Portugal, seguia a influência liberal europeia.

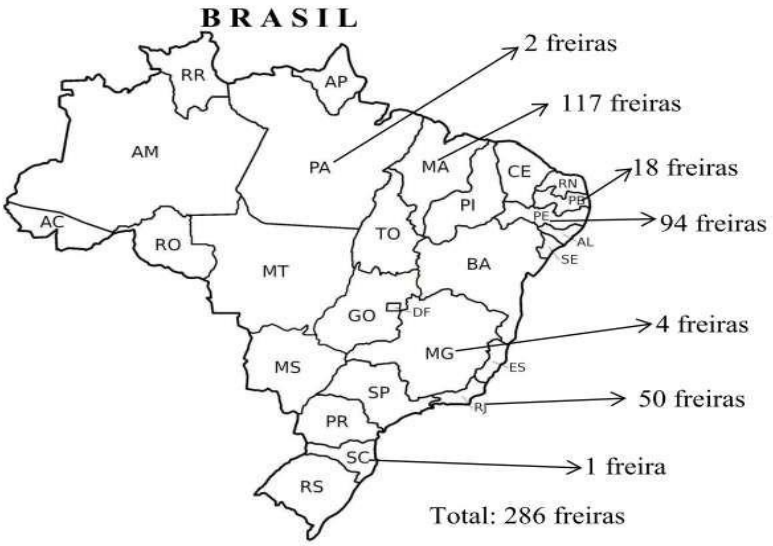
Nesse período as relações entre o Império e a ICAR se agravaram com as novas restrições impostas às Instituições, justificando o número insignificante de mulheres religiosas. Pode-se considerar uma fase de transição entre o velho modelo dos recolhimentos e as novas congregações vindas da Europa com objetivo de trabalhar na educação, saúde e assistência social. Beozzo (1983, p. 98), observa que o Censo Geral foi parcial, pois nos registros da Bahia não consta as mulheres religiosas, conforme o Relatório da Arquidiocese da Bahia apresentado a D. Roque Cocchia em 1885:

> Esta arquidiocese conta atualmente com as seguintes Ordens Religiosas: - do sexo feminino: Clarissas (Convento de N. Sra. da Lapa, com 6 religiosas), Ursulinas (Convento de N. Sra. das Mercês, com 7 religiosas), Agostinianas (Convento da Soledade com 7 religiosas).

O relatório do Mons. Manuel dos Santos Pereira, governador do Arcebispado da Bahia confirma que o censo realizado não contemplava as mulheres religiosas. Os dados de São Paulo também não foram contemplados, as Irmãs de São José de Chambéry atuavam desde 1859 em Itú, num colégio para meninas, um hospital e uma terceira casa em São Paulo capital. Os números do Maranhão também chamam a atenção, com 117 freiras, visto que havia dois recolhimentos: N. Sra. da Anunciação e dos Remédios, quantidade que sugere provável inclusão das educandas como freiras na realização da contagem do Censo. O Município

Neutro[30] com 50 freiras pertencia a Província do Rio de Janeiro. Mesmo com as inconsistências observadas nos números do Censo Demográfico, tem-se o primeiro registro oficial da quantidade de freiras no Brasil.

Figura 01: Distribuição das freiras no Brasil colonial e imperial



[31]

Fonte: Censo 1872 - Beozzo (1983, p. 97)

É notória, também, a distribuição geográfica das congregações religiosas na época, todas estavam sediadas no litoral do Brasil, com exceção de Minas Gerais. Locais de maior atividade econômica devido a exportação de pau-brasil, exploração da cana de açúcar e minas de ouro e pedras preciosas. Atividades que geram renda suficiente para a elite suportar as despesas financeiras da manutenção das casas de Recolhimento ou Mosteiros.

O interior do Brasil despertou pouco interesse por parte do Reino de Portugal, inicialmente. Só mais tarde, no século XVII, o governo português passou a se preocupar com a defesa das fronteiras e com a atuação missionária na região amazônica, realizada pelas congregações masculinas. As primeiras instituições, foram: Carmelitas (1627), Jesuítas (1636), Mercedários (1639), Franciscanos (1693), e outras. Foi somente em 1752, quando o Padre Malagrida chegou a São Luís/MA, que foram fundados os primeiros recolhimentos femininos no estado, de acordo com Rodrigues (2020).

[30]Município Neutro foi uma unidade administrativa criada no Império do Brasil, que existiu no território correspondente ao atual município do Rio de Janeiro entre 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional à Constituição de 1824) e 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

[31]**Mapa para colorir**. Disponível em: https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-brasil.php# google_vignette. Acesso em: 23 set. 2024

A vinda de CRFs para o Brasil foi autorizada a partir da Proclamação da República (1889), com o objetivo de suprir a ausência do Estado na assistência social e auxiliar a ICAR nas obras de evangelização. O Brasil do final do século XIX, não possuía o mínimo de infraestrutura urbana ou planejamento para o desenvolvimento organizado, com a abolição da escravatura a população negra ocupou as periferias, sobrevivendo ao duplo abandono, dos antigos senhores e da União Federal.

Dessa forma, as instituições religiosas prestam grande auxílio ao país, oferecendo mão de obra qualificada. Supriram o atendimento à elite das cidades mais prósperas que reivindicava acesso à educação, saúde, cultura, entre outros serviços, enquanto as pequenas cidades e as áreas rurais do interior permaneceram abandonadas pelo poder público. Essas congregações permaneciam com o sistema educacional dos seus países de origem, não buscavam atender às verdadeiras necessidades da população brasileira. Nesse contexto, muitas escolas ensinavam na língua italiana, francesa, alemã, entre outras, atendendo apenas a um pequeno grupo social.

Destaca-se, também, conforme Azzi (1983, p. 18), que a mudança do regime político proporcionou a aproximação da Igreja Católica brasileira com a romanização, com a reorganização do Estado a ICAR sentiu a necessidade de estar presente em todo território nacional, precisando de mão de obra especializada não só masculina, padres e religiosos, mas também feminina, em sua pesquisa sobre a existência e a vinda de novas CRFs para o Brasil o autor afirma:

> [...] a crise de muitas congregações religiosas da Europa em força do progresso do laicismo e do liberalismo, como na França e na Alemanha, veio a favorecer a transferência de grande contingente de religiosos para o Brasil, uma vez que no nosso país as portas estavam totalmente abertas nesse período.

Para Azzi (1983, p. 17), foi essencial a "presença de novas congregações femininas, merecendo destaque as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, as Irmãs de São José de Chambéry e as Irmãs Dorotéias", cujas atividades se expandem pelo país, priorizando a educação e a saúde, proporcionaram os serviços essenciais para a burguesia. As Congregações tiveram grande influência na evangelização da população, organizando novas associações religiosas entre os leigos (apostolado da oração, devoção a Nossa Senhora, clubes de mães, etc.), reafirmando a presença da ICAR na sociedade.

Muitos de seus colégios ainda hoje estão ativos, da educação infantil ao nível médio, servindo a elite da região. Hoje, o Poder Público disponibiliza educação, saúde e assistência social para a população. Com a Proclamação da República em 1889, e a Abolição da Escravatura em 1888, segundo Beozzo (1983, p. 122), "a composição racial da população

brasileira sofreu também profundas mudanças no impacto da maciça imigração europeia e, em parte asiática, do Médio Oriente (sírio-libaneses, turcos) e do extremo oriente (japoneses)".

O estado de São Paulo recebeu 1,7 milhões de imigrantes no período de 1877 e 1914, e junto, esses imigrantes trouxeram seus costumes, sua cultura e sua religião. A onda migratória se fixou principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Evidenciando a tradição europeia, continente que predominava o cristianismo e do qual recebeu maior influência, por conta da colonização portuguesa.

Para ilustrar a expansão das CRFs apresenta-se, a seguir, a tabela quantificando a entrada dos "Institutos de Vida Consagrada", que engloba todas as formas de Vida Religiosa, isto é, Ordens e Congregações, e nas décadas de chegada ao Brasil e o país de origem.

Quadro 1 - Entrada de Ordens e Congregações Femininas no Brasil – 1880 – 1930

País/Ano	Até 1880	1881 a 1890	1891 a 1900	1901 a 1910	1911 a 1920	1921 a 1930	**Total**
Alemanha	1	1	2	1	-	4	**9**
Áustria	-	1	-	-	1	1	**3**
Bélgica	-	-	2	1	1	1	**5**
Brasil	3	-	4	3	4	8	**22**
Colômbia	-	-	-	-	1	-	**1**
Egito	-	-	-	1	-	-	**1**
Espanha	2	-	-	-	4	3	**9**
França	2	2	4	12	4	4	**28**
Holanda	-	-	-	1	-	-	**1**
Itália	3	2	4	4	3	8	**24**
Polônia	-	-	-	-	-	1	**1**
Portugal	-	-	-	-	3	-	**3**
Ucrânia	-	-	-	-	1	-	**1**
Rússia	-	-	-	1	-	-	**1**
Total	**11**	**6**	**16**	**24**	**22**	**30**	**109**

Fonte: Beozzo (1983), capítulo V, no item: Ordens, Congregações, Sociedades e Institutos Femininos – Instalação no Brasil – até 1930 – século XVII a XX, os totais conforme tabela retirada da página 126.

O quadro mostra o número total de Congregações, e ao olhar para os primeiros séculos da dominação portuguesa e durante o Império brasileiro até 1880, observa-se que foram instaladas apenas onze CRFs e somente três fundadas no Brasil (especificadas no quadro abaixo). E no período de 1881 a 1930, das noventa e oito novas congregações, dezenove foram fundadas no Brasil e setenta e nove vieram de outros países, principalmente da França e Itália. Esse aumento se deu, além do movimento migratório, também em função das mudanças políticas e econômicas ocorridas na Europa, como a separação entre Igreja e Estados, estes implantando medidas severas contra as ordens religiosas.

As CRFs que vieram para o Brasil foram chamadas para suprir demandas específicas, principalmente na área da saúde, assistência aos órfãos e idosos, serviços de enfermagem e administração das Santas Casas de Misericórdia e hospitais. Promoveram a educação infantil, escolas primárias e colégios femininos (internos), desenvolvendo uma rede de escolas principalmente no centro sul do Brasil e em alguns estados do Nordeste. Comenta Nunes (2001, p. 494), "atividades que despertaram o interesse das mulheres no trabalho fora do âmbito doméstico; contribuindo com o aumento das vocações religiosas femininas no período, e proporcionando às jovens alternativas à realização humana".

No final do século XIX, período inicial da República no Brasil, o país estava carente de profissionais qualificados em todos os setores sociais, como a educação escolar feminina (que era separada da educação masculina), atendimento em hospitais (enfermeiras), asilos e orfanatos (assistência). Esse quadro de carência de mão de obra capacitada torna possível a compreensão da vinda e aceitação de congregações católicas pela sociedade brasileira. Segundo Bittencourt (2017, p. 36-37), em seu artigo analisa:

> [...] justamente quando da organização do Estado republicano e da expansão do pensamento liberal, implica em relacionar os três fatores que constituem o cenário nacional e internacional da época: a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de expertises no campo social e educacional.

Esse processo de aceleração da imigração de congregações católicas femininas para o Brasil fez parte da estratégia da ICAR para contribuir na evangelização cristã da América Latina. As escolhas das congregações não foram aleatórias: nas negociações já especificavam os serviços a serem prestados e a localização. O mais comum era servir em hospitais ou fundar colégios, suprir a necessidade de entendimento da língua dos imigrantes. Bittencourt (2017, p. 42), coloca que em muitos casos o convite partiu do clero, "[...] como foi o caso dos Redentoristas às Irmãs de São Pedro Canísio, convidadas, no início do século XX, para assumir

a Editora do Santuário". Essa congregação foi convidada para trabalhar junto à editora gráfica do Santuário de Aparecida em São Paulo.

No final do século XIX, o Brasil mesmo sendo um Império independente politicamente, continuava analfabeto, não havia rede de ensino primário[32] e secundário, a educação básica estava a cargo das províncias, evidenciando o pouco compromisso do governo central com a educação da população. Segundo o censo de 1890 a taxa de analfabetismo era de 82,63% para população de cinco anos ou mais, a população em idade escolar estava matriculada nas escolas que estavam nas mãos das Congregações e Ordens religiosas que priorizavam a educação da elite, isto é, a maioria dos colégios eram particulares. Apenas no início do século XX que o Governo Federal passou a legislar sobre a educação como prioridade nacional, conforme analisa Alves (2015).

Como visto no quadro anterior, durante o período Colonial e Imperial - até 1880 - havia onze instituições religiosas atuando no Brasil. Faz-se a seguir, um breve histórico da fundação e atuação social das mesmas no período. Considerando as congregações existentes conforme o Censo geral realizado em 1872.

Quadro 2 - Congregações e Ordens atuando no Brasil até 1872

	Nome da instituição:	País de Origem	Ano de Fundação	Chegada ao Brasil
1	Ordem de Santa Clara	Itália	1212	1677
2	Ordem de Santa Úrsula	Itália	1535	1737
3	Cong. das Religiosas Sagrado Coração de Jesus	Brasil	1742	-
4	Ordem de B. Virgem Maria do Monte Carmelo	Espanha	1562	1742
5	Ordem da Imaculada Conceição	Espanha	1484	1744
6	Irmãs do SS Sacramento, Filhas do Cor. De Jesus	Brasil	1825	-
7	Irmãs do Imaculado Coração de Maria	Brasil	1849	-
8	Soc. das Filhas da Caridade de São Vic. De Paulo	França	1633	1849
9	Congregação das Irmãs de São José de Chambéry	França	1650	1858
10	Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti	Itália	1834	1866

[32]Em 1827, o Imperador Dom Pedro I aprovou a Lei Geral da Instrução, conhecida como Lei Imperial. Essa lei determinava a obrigatoriedade da criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas do país, garantindo a universalização do ensino primário.

11	Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristãs	Holanda	1835	1872

Fonte: Beozzo (1983): capítulo V, no item: Ordens, Congregações, Sociedades e Institutos Femininos – Instalação no Brasil – conforme tabela retirada da página 123.

1) Ordem de Santa Clara (1677)

Conforme Laje (2018), por solicitação feita pelos Oficiais da Câmara da Cidade de Salvador, da nobreza e do povo da Bahia ao Rei de Portugal e Algarve D. Afonso VI, conforme registros, chegaram em Salvador (BA), em 09 de março de 1677 vindas de Évora (Portugal), quatro monjas: Margarida da Coluna, Jerônima do Presepe, Luiza de S. José e Maria de S. Raimundo, que fundaram o Imperial Convento de Santa Clara do Desterro.

As monjas pertenciam a Ordem de Santa Clara da Regra de Urbano IV, ou Clarissas Urbanistas, também chamada de Ordem das Clarissas da 2ª Regra – originalmente denominadas a Ordem das Damas Pobres, Ordem religiosa católica de clausura monástica[33], que havia sido fundada em 1212 por Santa Clara em Assis (Itália). Escreve Laje (2018, p. 82) "Os conventos das clarissas em Portugal e na América Portuguesa constituíram-se em espaços de poderes por receberem mulheres das elites, que estavam correlacionadas com as esferas políticas e religiosas locais". As clarissas em Portugal dinamizaram as relações de poder entre a sociedade e a corte. No Brasil seguiram as mesmas orientações da metrópole.

O prédio atual foi construído a partir de 1681 e concluído em 1726. Em 1775 nesse convento, registra Azzi (1983, p. 50), "havia 81 religiosas professas e 290 escravas particulares, 24 educandas e recolhidas seculares, 8 escravos e 40 escravas da comunidade totalizando 443 pessoas", transformando-se em uma comunidade numerosa, refletindo a situação social e os privilégios da elite local e a política da Coroa que proibia a saída das mulheres solteiras do Brasil. Hoje o espaço é gerido pelas Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus[34].

2) Ordem de Santa Úrsula (1737)

A Ordem conhecida como Religiosas Ursulinas da União Romana ou Irmãs Ursulinas (homenagem a Santa Úrsula) é uma ordem religiosa católica fundada na Itália, assim escreve

[33]A vida em clausura ou a vida monástica representa um modo de ser religioso. Os mosteiros representam uma das primeiras formas de vida religiosa. Neles, os monges e as monjas experimentam o que se chama de uma vida enclausurada, ou seja, uma vida mais fechada no interior do mosteiro.

[34]Convento Santa Clara do Desterro [s.d.]. Disponível em: https://www.salvadordabahia.com/experiencias/convento-de-santa-clara-do-desterro/. Acesso em: 13 out. 2024.

Nunes (1974, p. 70), em “25 de novembro de 1535 com 27 discípulas Ângela Merici fundou a Companhia de Santa Úrsula que se dedicaria na cidade de Bréscia, aos doentes, aos pobres e a instrução cristã das crianças e das jovens”. Ângela Merici (1474-1540), que pertenceu à Ordem Terceira Franciscana, conforme Papa Honório III (Documentos Eclesiásticos). Na fundação, era um instituto secular, não vinculado ao claustro e aos votos tradicionais. O lema da congregação é: Juntas**,** com o desígnio da formação e assistência de menores pobres.

O carisma era transmitido às irmãs mais novas através do trabalho: cuidar dos pobres, dar aulas, administrar hospitais e orfanatos, etc. Com o passar do tempo em 1566 o bispo de Milão Carlos Borromeu, exigiu adequação ao Concílio de Trento e passaram a viver em comunidades, usar um hábito (modelo de roupa único) e obediência à autoridade episcopal. Em 1612 em Paris começaram a viver como monjas, com votos solenes e clausura. Segue Nunes (p. 72), “A Companhia se transformou em Ordem Religiosa, e com esse caráter propagou-se pela Europa e pelo mundo através da atividade missionária”.

No Brasil, a história da missão Ursulina iniciou na Bahia em 1737, quando uma jovem brasileira, chamada Úrsula Luiza de Montserrat sentiu o chamado de Deus para fundar um convento dedicado à educação de meninas e moças inspirado no carisma das Irmãs Ursulinas. Este projeto em 1742 se transformou no Convento das Ursulinas das Mercês, com o apoio do Pe. Gabriel Malagrida, italiano, vinculado à Companhia de Santa Úrsula. Em 1739 iniciou o Recolhimento da Soledade, transformado em Convento de Nossa Senhora da Soledade em 1751, conforme Laje e Medeiros (2023), ambos conventos localizados em Salvador/BA. Porém, foi em 1895, já no período republicano, que chegaram as primeiras Irmãs Ursulinas vindas da França para contribuir na obra, dando início à expansão para outras partes do Brasil.

3) Congregação das Religiosas Sagrado Coração de Jesus (1742)

Fundada em 1742 em Igarassu, litoral norte, hoje pertence a região metropolitana de Recife/PE, pelos padres Miguel Rodrigues Sepúlvida e Gabriel Malagrida, o Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, como registra Laje (2022, p. 57), “obtiveram autorização de funcionamento em 1754, seguindo o carisma das ursulinas”. Inicialmente acolhia mulheres pobres e prostitutas arrependidas, não sendo clausura.

Com o tempo necessitando de recursos receberam também “donzelas virtuosas” em clausura com intenção de se tornarem religiosas. As obras contaram com o auxílio e doação de bens privados dos moradores da vila e de outras localidades nordestinas. Em 1747, o padre Gabriel Malagrida determinou a construção de uma igreja em terras anexas ao prédio do

Recolhimento, inaugurada em 1758, para garantir a clausura das mulheres. Com o falecimento do padre Sepúlvida, a administração do recolhimento encaminhou-se para a extinção das funções religiosas e degradação do prédio.

As mulheres recolhidas dependiam da concordância dos homens (pais, maridos, padres) para levar adiante o desejo de seguir a vocação religiosa, enquanto a manutenção do recolhimento estava sujeita as doações da comunidade local. O recolhimento desse grupo de religiosas perseverou e tornou-se a Congregação das Religiosas Sagrado Coração de Jesus de direito diocesano em 1963, pelo então arcebispo de Olinda e Recife Dom Carlos Gouveia Coelho. Atualmente, a Congregação está presente em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, com 15 comunidades. O carisma[35] da Congregação se realiza nas pastorais sociais e com projetos sociais próprios.

4) Ordem de Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo (1742)

No século XVI, na Espanha, Teresa d'Ávila e João da Cruz iniciaram um processo de reforma ao carisma carmelita [36]. Teresa fez um voto de que haveria de seguir sempre o caminho da perfeição (o amor e seguimento a pessoa de Jesus Cristo), mantendo-se próxima da Regra do Carmo. Em setembro de 1560, decidiu reunir um grupo de monjas e propôs-lhes a fundação de um mosteiro de tipo eremítico (isolado, silêncio contemplativo) com vida austera e número reduzido de irmãs. Em 1562 é fundado o mosteiro dedicado a São José e em 1593, o papa Clemente VIII concedeu total autonomia ao ramo das Carmelitas Descalças, assim denominadas, por usarem roupas rasgadas e sandálias ao invés de sapatos e hábitos.

Teresa D'Ávila fundou dezessete mosteiros femininos com rígida forma de vida, trabalho e silêncio. Morreu aos 67 anos em 1582, deixou várias obras escritas recebendo o título de Doutora da Igreja, em 1970, quando foi canonizada pelo Papa Paulo VI. O mosteiro carmelita, também conhecido por Carmelo, deixou a marca da presença e da iniciativa feminina na Igreja no século XVI.

[35]OS CARISMAS - 799**.** Extraordinários ou simples e humildes, os carismas são graças ao Espírito Santo que, direta ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, ordenados como são para a edificação da Igreja, o bem dos homens e as necessidades do mundo. Parágrafo II – item III, do Catecismo da Igreja Católica. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p1s2cap3_683-1065_po.html#PAR%C3%81GRAFO 4. Acesso em: 04 dez. 2024.

[36]A Regra da Ordem do Carmo foi escrita por Santo Alberto, o Patriarca de Jerusalém, entre os anos de 1206-1214 para os eremitas latinos do Monte Carmelo (montanha próxima a Israel), que vieram a ser os futuros frades carmelitas.

Hoje no Brasil, a Ordem está localizada em 11 estados, tem 37 conventos e mosteiros, dois estão localizados na Paraíba, o mosteiro feminino Carmelo Santa Maria Mãe de Deus (Carmelitas Descalças da Bem-aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo), inaugurado em 23 de agosto de 1997, no município do Conde. E o Carmelo Sagrado Coração de Jesus e Madre Teresa, está localizado no município de Bananeiras, inaugurado em 30 de maio de 1999.

5) Ordem da Imaculada Conceição (1744)

Em 1484, em Toledo, na Espanha, Beatriz Menezes da Silva, com doze companheiras, iniciou uma nova ordem religiosa: enclausurada, contemplativa e com carisma monacal (silêncio). Com o propósito de divulgar a condição de Imaculada Conceição de Maria, isto é, da virgindade antes, durante e depois do parto de Jesus. Em abril de 1489, o papa Inocêncio VIII aprovou a nova Ordem sob a proteção da conceição bem-aventurada, conhecida como Ordem das Irmãs Concepcionistas Franciscanas, Bula *Inter Universa* (30 de abril de 1489). Beatriz Menezes da Silva (1426-1492) nasceu em Ceuta, costa da África setentrional, filha de portugueses e foi dama de honra da corte da Rainha Isabel de Castela. Fez voto de perpétua virgindade e retirou-se para um mosteiro das monjas dominicanas em Toledo, por 30 anos viveu como leiga consagrada[37].

No Brasil foi inaugurado em 1744 o Convento da Lapa, em Salvador, seu nome oficial é Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, seguindo o carisma[38] e a Regra das Concepcionistas. Conforme registros em 7 de setembro de 1744, duas monjas clarissas do Convento de Santa Clara do Desterro, designadas para os cargos de: abadessa a Madre Maria Caetana de Assumpção e a Madre Jozefa Clara de Jesus por vigária e mestra; dando início a nova casa juntamente com 17 noviças. Porém, o Convento da Lapa ou mosteiro foi demolido em 1985, a capela[39] permanece ativa.

O segundo convento no Brasil, seguindo o carisma e a Regra das Concepcionistas Franciscanas com licença Régia de 1749, foi inaugurado em 1750, no Rio de Janeiro. O Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, com o ingresso de doze postulantes na

[37]Na ICAR, o leigo ou leiga consagrada, são homens e mulheres que, sem serem ordenados sacerdotes ou religiosos/as, decidem dedicar suas vidas a Deus de maneira radical. Seguindo o carisma de uma Instituição Religiosa e os Conselhos Evangélicos de: Pobreza, Castidade e Obediência, segundo o seu estado de vida, vivem a vocação no meio da sociedade. Exemplo: Ordem Terceira Franciscana, Dominicanos, Carmelitas, etc.

[38]A espiritualidade da Ordem da Imaculada Conceição fundamenta-se na vida de sua Mãe Fundadora. Santa Beatriz da Silva, imolada e consagrada ao amor, imitação e veneração de Maria Imaculada (CG. Art.6).

[39]História, fotografias e significados das igrejas mais bonitas do Brasil. 2015. Disponível em: https://sanctuaria.art/2015/03/05/convento-de-nossa-senhora-da-conceicao-da-lapa-salvador/. Acesso em: 13 out. 2024.

clausura, com a ajuda das monjas clarissas (o convento nunca adotou a constituição das clarissas). Em 1760 foi eleita a primeira Abadessa Concepcionista, a Madre Maria Isabel da Cruz e as clarissas retornaram para o Convento do Desterro na Bahia. Oliveira (2017, p. 14) descreve: "A abadessa, governadora do mosteiro, ao assumir esta responsabilidade deveria guiar as reclusas, seguindo sempre as constituições e leis católicas. Além deste apoio escrito, contaria com a supervisão do Bispo", isto é, as religiosas continuavam sob a tutela masculina.

6) Irmãs do SS. Sacramento, Filhas do Coração de Jesus (1825)

Consta na relação de instituições religiosas pesquisadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): n. 350 – Irmãs do Santíssimo Sacramento, Filhas do Coração de Jesus[40] - e na relação de congregações religiosas, conforme quadro acima, Beozzo (1983, p. 123), porém, não foram encontrados dados sobre a fundação ou vinda para o Brasil de alguma instituição religiosa feminina com esse nome. Há diversas congregações religiosas com variações do nome citado, provavelmente são duas congregações, porém há dificuldade de encontrar informações precisas referentes aos séculos XVIII e XIX, relacionou-se algumas instituições com variação do nome a título de exemplo.

- Congregação das Irmãs do Santíssimo Sacramento[41] (Sacramentinas) - Fundada em 30 de novembro de 1715, na igreja de Boucieu-le-Roi, interior da França, pelo missionário Pe. Pierre Vigne. Em 1872, tiveram a constituição aprovada pelo Papa Pio IX, e em 1885, Leão XIII aprovou como Congregação. Chegaram ao Brasil em 04 de outubro de 1903 a pedido do Clero brasileiro para prestação de serviços em hospitais e colégios, principalmente no Nordeste do país. Atualmente mantém atividades nos estados: Bahia, Alagoas, Ceará, Pará, Pernambuco e São Paulo.

- Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus[42] - Fundada em 08 de fevereiro de 1831 em Bergamo - Itália. Por Santa Teresa Verzeri e Monsenhor Giuseppe Benaglio.

- Congregação das Filhas de Jesus[43] - fundada em 1871 em Salamanca - Espanha. Chegou ao Brasil em 1911, estabelecendo-se em Pirenópolis - Goiás.

[40]Disponível em: https://laberog.paginas.ufsc.br/tabela-das-ordens-e-congregacoes-religiosas-que-atuaram-no-brasil/. Acesso em 13 out. 2024

[41]Disponível em: https://www.sacramentinasbrasil.com.br/. Acesso em: 25 fev. 2025.

[42]Disponível em: https://fscj.org.br/. Acesso em: 25 fev. 2025.

[43]Disponível em: https://filhasdejesus.org.br/. Acesso em: 25 fev. 2025.

7) Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (1849)

Considerada a segunda ordem religiosa fundada no Brasil em 08 de maio de 1849 no Rio de Janeiro (RJ), por Bárbara Maix e vinte e uma companheiras, vindas da Áustria. Em Viena, a revolução Josefinista[44] contrária às Ordens religiosas provocaram a expulsão de Bárbara Maix e suas companheiras, que embarcaram para o Brasil em 15 de setembro de 1848. No Brasil funda a congregação com novo dinamismo missionário[45] de vida religiosa consagrada, novo para a Igreja e para o Estado, unindo a fé e o serviço social. Sua congregação põe-se a serviço da população, época em que a mulher não tinha participação social, assume asilos, acolhe órfãos e pobres e abre pensionatos para jovens estudantes, assume enfermarias em hospitais.

Repudia a condição de escravas, todas as irmãs realizam os mesmos trabalhos em relação à igualdade. Hoje, a congregação mantém atividades de ensino e socioassistenciais no Brasil nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo e nos países: Haiti, Bolívia, Argentina, Itália, Paraguai, Moçambique e Angola, marcando sua presença evangelizadora e solidária.

8) Sociedade das Filhas da Caridade de São Vicente De Paulo (1849)

Também chamadas de Irmãs de São Vicente de Paulo, Irmãs da Caridade ou Vicentinas, são uma sociedade de vida apostólica comunitária fundada em 1633, na França, por Vicente de Paulo (1581-1660) e Luísa de Marillac (1591-1660). É a primeira CRF católica a ter vida apostólica[46] com carisma de serviço aos pobres; nos hospitais, escolas, paróquias, campos de batalha, doentes mentais, crianças abandonadas, mulheres marginalizadas, as pessoas idosas e outros. A Companhia está presente e atuante nos cinco continentes.

[44]Reforma radical feita nas relações entre Estado e Igreja Católica pelo imperador austro-húngaro José II (1765-1790), retirando a influência da Santa Sé no território austríaco.

[45]Até esse período as Instituições Religiosas no Brasil eram contemplativas, isto é, de clausura, retiradas da sociedade.

[46]Seguir o exemplo do envio missionário dos apóstolos. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html. Acesso em: 24 ago. 2024.

Hoje considerada a patrona[47] das obras sociais recebe muitas homenagens em seu nome, escolas de enfermagem, lares de idosos, etc. conforme Therrien (2012, p. 5), em seu artigo que descreve que a vinda da Congregação ao Brasil ocorreu:

> [...] mediante o pedido de Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana/MG, no período de 1844 a 1875; ao Padre Jean-Baptiste Etienne, Superior Geral da Companhia das Filhas da Caridade foi organizada a vinda de doze Irmãs ao Brasil para amenizar as dores dos pobres, escravos e doentes deste território. [...] e doze Irmãs da Caridade (Duos – irmã superiora, Rouy, Laveissière, Mass, Lenormand, Martinier, Rigail, Millet, Chazet, Bonnardet, Lezart, Charpentier e Odet) saiu do Porto de Havre, em Paris com destino a cidade de Mariana, em Minas Gerais, em 25 de novembro de 1848. A bordo do veleiro Etoile Du Matin chegaram ao Porto do Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1849, e após trinta dias na capital do Império, hospedadas no Convento das Freiras Franciscanas, prosseguiram em uma desgastante viagem terrestre a Mariana/MG, sob o lombo de burros, chegando em 3 de abril de 1849. Ao chegarem à referida cidade mineira, as Irmãs após conhecerem a população local, dedicaram-se a visitas aos pobres e ao cuidado dos doentes no Hospital Nossa Senhora das Vitórias. Posteriormente, fundaram a primeira casa das Filhas da Caridade no Brasil, a Casa da Providência, na qual residiam e fabricavam sabão líquido, sabonetes e brilhantinas cuja venda auxiliava na manutenção dos orfanatos; e o Colégio da Providência, um dos primeiros estabelecimentos secundários para a juventude feminina em Minas Gerais.

A distância geográfica da Europa dificultou a comunicação entre a coordenação das casas religiosas e a direção das obras sociais próxima as bases de atuação, em 1860 as Superioras Maiores decidiram oficializar no Brasil, a primeira Província das Filhas da Caridade[48], com sede no Rio de Janeiro, hoje atuando por todo o país, está organizada em seis províncias atendendo os objetivos do carisma e da missão da Sociedade, sempre ligadas ao cuidado, dedicam-se a servir aos pobres com humanidade. Suas atividades estão divididas em quatro áreas: educação, socioassistencial, saúde e religiosa.

9) Congregação das Irmãs de São José de Chambéry (1858)

A congregação chegou ao Brasil em 1858, a pedido de D. Antônio Joaquim de Melo, bispo da Diocese de São Paulo, que solicitou à Madre Maria Felicidade Veyrat o envio de algumas irmãs para prestar assistência aos pobres e imigrantes em terra estrangeira que estavam sem escolas, hospitais, igrejas e necessitavam de ajuda. Em 1858, chegaram seis irmãs; no ano seguinte, em 1859, veio a Irmã Maria Teodora Voiron, então com 24 anos, assumindo a

[47] No âmbito religioso, a patrona pode ser considerada uma padroeira ou alguma santa que é conhecida por defender determinado grupo de pessoas ou uma situação específica.

[48] Província de Curitiba, do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e da Amazônia. Disponível em: https://filhasdacaridade.com.br/institucional/provincias/21. Acesso em: 07 out. 2024.

responsabilidade pelas irmãs e pela missão no Brasil. Em 1872 foi nomeada Superiora Provincial – autoridade que representa e administra a Congregação na região ou país, escolhida por tempo determinado - para o Brasil.

O Colégio N. Senhora do Patrocínio – Itú/SP, fundado em 1858 foi o primeiro colégio da congregação para meninas e moças em regime de internato no estado de São Paulo. De 1858 a 1910 vieram da França para o Brasil mais de 200 irmãs. E até meados do século XX, a congregação acolheu numerosas vocações de jovens brasileiras. Atualmente, sua atuação abrange cinco estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, englobando os campos da educação, da saúde, da assistência social e da evangelização.

10) Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti (1866)

A Congregação fundada em 12 de agosto de 1834 em Gênova, por Paula Frassinetti (1809-1882), uniu um grupo de doze moças, fundando uma comunidade religiosa denominada: Filhas de Santa Fé, dedicadas à evangelização de jovens e crianças pobres. Conheceram as obras da Pia Obra de Santa Doroteia, aceitaram a proposta e passaram a ser denominadas: Irmãs de Santa Doroteia. A revolução de 1848 marca o início da reunificação do Estado da Itália causando conflitos, conforme Silva (2020) atingiu as instituições religiosas italianas e com a publicação da lei de Supressão das Ordens e Comunidades Religiosas provocou o fechamento de algumas casas da congregação na Itália.

Nessa conjuntura de crise italiana a Congregação em 1866, aceita o pedido de missão no Brasil feito pelo bispo Dom Manuel do Rego Medeiros da Diocese de Olinda e Recife. A Congregação se estabelece em Recife/PE, fundado o Colégio São José, em 19 de março de 1866, iniciou com apenas duas alunas, voltado para a educação e ao trabalho social junto a meninas, moças e senhoras da comunidade, colaborando na evangelização cristã. O colégio junto com a sede localizada na Rua da Soledade, no Bairro Boa Vista, no Recife, hoje é a Casa Provincial (ou Casa Mãe, sede administrativa) e o colégio em 1936 foi transferido para a Av. Conde da Boa Vista, onde funciona atualmente.

A Congregação está presente em onze estados, entre eles a Paraíba e o Distrito Federal. Trindade (2017) descreve a história da chegada da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia à Paraíba no início do século XX, convidadas por Dom Adauto Miranda Henriques, arcebispo da Arquidiocese de João Pessoa, para coordenar nas cidades de: Bananeiras o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1918-1975), em Alagoa Grande o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1919-1968), em Cajazeiras o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1928-1961), e chegando à João

Pessoa em 1965, construíram o Colégio Santa Dorotéia, localizado no bairro Castelo Branco, que atualmente atende crianças e jovens da educação infantil ao ensino médio.

11) Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (1872)

Em 10 de maio de 1835, na Holanda, Madalena Damen (1787-1858), professa da Ordem Terceira Secular Franciscana desde 1817, junto com outras três companheiras fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Sua missão espalhou-se para outros países e continentes. O Pe. Guilherme Feldhaus (os padres jesuítas assumiram a assistência religiosa aos imigrantes alemães, na região de São Leopoldo), preocupado com a educação das jovens, em 1872 escreve uma carta para à Superiora da Congregação, a Madre Aloísia Lenders, solicitando que algumas irmãs viessem ao Brasil para se dedicarem à educação da juventude feminina.

De acordo com Brito (2022), que descreve a história da Congregação, em 2 de abril de 1872 chegaram seis jovens irmãs voluntárias da Holanda para trabalhar em São Leopoldo (RS), uma comunidade de imigrantes alemães. E, em 05 de abril de 1872, mesmo sem local adequado receberam 23 alunas para o primeiro dia de aula do Colégio São José, no segundo ano já contavam com 120 estudantes. Atualmente o Colégio São José proporciona aos educandos masculinos e femininos educação pré-escolar ao nível médio.

Recebendo o apoio da ICAR e da comunidade, continua Brito, a Congregação cresceu seguindo sua missão na educação, estendendo-a para saúde e assistência social. Hoje atua no campo da educação, da saúde, da acolhida e hospedagem, da formação e espiritualidade e em projetos sociais nas cinco regiões do Brasil.

Após traçar um panorama conciso sobre os desafios enfrentados na organização das instituições religiosas femininas no Brasil e a relevância de seus serviços a população negligenciada pelo Estado até meados do século XX, dedicaremos o Capítulo 2 à análise do contexto sociopolítico do Nordeste e do Brasil, bem como ao exame do impacto do Concílio Vaticano II na ICAR e de suas repercussões sobre as CRFs em território nacional.

2 AÇÃO MISSIONÁRIA DAS FREIRAS NO NORDESTE (1964-1985)

Os movimentos e lutas sociais, Gohn (2010, p.11), "entende que [...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural" e no Brasil, no século XX, desde o início, tiveram um caráter urbano. A progressiva industrialização, iniciada na Era Vargas, a partir da década de 1950, acentuou a transferência da população campesina para as cidades, mudando o cenário, conforme Santos (1993), inflando as periferias sem a mínima infraestrutura habitacional, saúde, educação, transporte, entre outras. Nesse ambiente, eclodiu um caldeirão de antigas e novas reivindicações que o governo não conseguiu atender. No Nordeste, a estrutura latifundiária e as recorrentes secas contribuíram para a manutenção da pobreza.

O mapeamento das reivindicações e dos principais movimentos sociais do século XX, reunidos e analisados em seis etapas, como escreve Gohn (1995, p. 61), a partir da segunda fase, com destaque para a "Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945)", quando as lutas sociais ganharam impulso, a sociedade urbana se organiza e discute temas políticos e sociais. Impulsionada com a iniciativa do Cardeal Dom Sebastião Leme, que criou a Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, aplicando o método: ver, julgar e agir, segundo Souza (2006), contribuindo para a conscientização popular.

O pontificado de Pio XI, no contexto de mudanças sociais e políticas, promove a Ação Católica como alternativa da Igreja para responder aos desafios da época, e o Brasil assume a responsabilidade de reordenar sua prática pastoral por meio das ações sociais. Também tem início, em 1937, a organização dos estudantes com a realização do I Congresso Nacional dos Estudantes, legalizada como a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1942, com a publicação do Decreto-Lei nº 4.105, no Diário Oficial da União.

O período pós-guerra, de 1945-1964, corresponde a grande intervenção do Estado na economia, como a luta pela Petrobrás em 1954, com o slogan: O petróleo é nosso, além da implantação das siderúrgicas, construção de hidrelétricas, de grandes rodovias, de Brasília, entre outras iniciativas. Nesse período, a população também passa a pressionar o governo por melhores condições de moradia, salários, saúde, entre outros direitos sociais. O Brasil enfrenta os mesmos problemas sociais que afetam o restante do continente. De acordo com Gohn (1995, p. 90):

> [...] movimentos sociais desta fase foram muitos. As greves de operários e de setores do aparelho estatal, recém-expandido pelas necessidades da conjuntura, marcaram o período como um dos mais ricos da história do país em mobilizações e propostas sociais. Também culturalmente foi um período muito fértil, destacando-se realizações no cinema, na música (o surgimento da bossa-nova) e no teatro.

A América do Sul apresenta, ao longo das décadas de 1960 e 1970, um continente marcado por intensos conflitos e instabilidades políticas, caracterizados por sucessivos golpes militares. O Brasil no Século XX, também sofreu com a instabilidade político-militar de 1930, 1937, 1945 e 1964, marcada por golpes militares, de acordo com Fernandes (s.d.), refletindo a situação instável da população e a necessidade de reformas políticas, sociais e econômicas que atendessem as reivindicações. Os movimentos de base que exigem reformas na década de 1950, ganharam força com a organização dos movimentos: Trabalhista, Sindical, Estudantil, Reforma Agrária, Saúde, entre outras demandas.

Essas reivindicações por transformações sociais foram alimentadas por um contexto de crescente desigualdade econômica e social, agravado pelo crescimento desordenado da urbanização. No Nordeste brasileiro, região historicamente afetada pela pobreza e pela desigualdade, setores da ICAR e de outras Igrejas cristãs, como a Metodista, a Luterana e a Presbiteriana, desempenharam papel importante por meio de ações missionárias e sociais durante o período da Ditadura Militar.

Influenciada pelas novas diretrizes do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín (1968) e da Conferência de Puebla (1979), as missionárias viabilizaram serviços de promoção da justiça social. A atuação delas se concentrou no compromisso direto com as comunidades locais, no trabalho com os movimentos populares e organizações comunitárias. Entre as iniciativas estava a formação e o apoio às CEBs, como resposta às necessidades dessas populações excluídas e marginalizadas.

O trabalho missionário das freiras no Nordeste brasileiro, entre os anos de 1964 a 1985, foi exemplo de como a fé e a resistência, unidas ao compromisso com a mudança, podem transformar a realidade em espaços de acolhimento e solidariedade. Vê-se a seguir, que apesar das dificuldades impostas pela Ditadura Militar e limitações socioeconômicas, essas mulheres desempenharam um papel essencial na defesa de direitos e na construção de um futuro mais justo para as comunidades que acompanhavam.

Um exemplo de contribuição que permanece como testemunho foram as mudanças ocorridas no município de Santa Rita/PB, a “criação de uma creche na década de 1970, pelas Irmãs de Caridade da Mãe de Misericórdia”, conforme Ven (2013, p. 55), no bairro Popular, com objetivo de ajudar as mães que precisavam trabalhar, além das visitas e orientações às gestantes, auxiliando na redução da mortalidade infantil na comunidade. Constata-se que o trabalho missionário e o engajamento eclesial, mesmo sob opressão, promoveram mudanças.

Internamente, a Igreja passou por muitas crises, o Concílio Vaticano II foi o evento mais importante para a ICAR no século XX, ao convocar todos os bispos a representarem as formas de evangelização em diálogo com a modernidade; bem recebido pelos intelectuais às mudanças da liturgia e a apresentação de um cristianismo secularizado[49], enquanto que a restrição às devoções populares provoca resistência às massas, pois segundo Pereira (2003, p. 69), "a devoção tem como característica a fidelidade, o pacto entre o santo e o devoto", constituindo uma certa independência da igreja institucionalizada mesmo nascendo dentro da instituição.

A devoção popular a Nossa Senhora e aos santos católicos no Nordeste, reanimada pelas romarias e procissões, promove a união e a solidariedade entre os devotos como força que reage aos infortúnios. No entanto, nem sempre conviveu de forma pacífica com o catolicismo oficial, ocasionando conflitos em determinados casos - como o do Padre Cícero (1844-1934), na região do Crato (atual Juazeiro do Norte/CE). Visto pela ICAR com restrições por longo período, ele foi canonizado em 1973 e está em processo de beatificação desde 2022.

O número reduzido de padres e vocações religiosas levou a ICAR a buscar o apoio da população. Arns (1981, p. 192) afirma "Queremos afirmar a nossa sincera determinação pastoral de estarmos ao lado dos leigos, sobretudo quando por causa dos compromissos assumidos com a Igreja e com a sociedade, estão sujeitos à crítica, à luta interior, à calúnia e à perseguição". Entrelaçando essa visão teológica entre a hierarquia e o laicato, a ICAR encontrou nas CEBs o caminho para uma nova eclesiologia: uma igreja que nasce do povo. Apesar das resistências internas, consolidou-se assim novo jeito de ser Igreja, ampliando sua base de participação e renovando-se.

A influência do Concílio Vaticano II (1962-1965) sobre setores da ICAR brasileira incentivou a organização e criação de uma aliança proativa com as CEBs que Boff (2005, p. 257), afirma:

> O surgimento das comunidades de base representa uma saída para esta crise. O leigo assume a tarefa de levar avante o evangelho e manter viva a fé o importante é que são geralmente os pobres e ao mesmo tempo oprimidos e crentes, os membros das comunidades eclesiais de base. Eles constituem a base da sociedade (classes populares) e da Igreja (leigos).

[49]A partir do Vaticano II: mudança dos ritos e outras práticas; ascensão da participação dos leigos na liturgia. Sendo celebrantes, em grau distinto do clero, assumem ações antes exclusivas aos consagrados. Na proclamação das leituras bíblicas, no serviço do altar, na distribuição da comunhão, na animação do culto. Em regiões de ausência do clero confere-se aos leigos a função de batizar, presidir matrimônios e funerais, proferir a pregação e distribuir a comunhão previamente consagrada por um sacerdote. COSTA, Luiz A. R. A Virada Litúrgica do Vaticano II: Mutação conceitual e práxis institucional. **PLURA** [s.d.]. Disponível em: https://revistaplura.emnuvens.com.br. Acesso em: 25 out. 2024.

Dessa interpretação nasce a expressão que depois seria cunhada como: Igreja na base. A ACB, ao buscar maior envolvimento de leigos capazes de influenciar seus ambientes por meio do exemplo e da ação, tornou-se o instrumento pelo qual a ICAR brasileira - orientada por Roma – implementou uma reestruturação em grupos formais, visando à evangelização, à difusão da fé e à ampliação da presença cristã na sociedade. Formou dois grupos, conforme Silva (2020, p. 59), "AC Geral que congregava adultos de ambos os sexos organizados em setores específicos, cada um com o objetivo de uma ação determinada (maior destaque 1932-1950)", e mais tarde, incentivou a AC Especializada que congregava os jovens com o objetivo específico de preparar o apostolado leigo no período de 1950-1960.

Na década de 1960, a ICAR intensificou sua ação pastoral com a juventude, criando a Ação Católica Especial, organizada em diferentes setores: Juventude Agrária Católica (JAC), reunia os jovens trabalhadores rurais com o objetivo de mantê-los no campo, buscando reduzir a migração para as áreas urbanas; Juventude Estudantil Católica (JEC), reunia os estudantes secundaristas; Juventude Independente Católica (JIC), destinada a jovens profissionais liberais ou filhos da burguesia, não estudantes; Juventude Operária Católica (JOC), reunia jovens operários urbanos, como alternativa aos movimentos de influência anarquista ou marxista; Juventude Universitária Católica (JUC), agregava os estudantes das universidades.

O Concílio Vaticano II promoveu uma visão progressista e engajada[50] da Igreja no mundo, inspirando um movimento de modernização, renovação e compromisso social. Essa perspectiva de atenção ao povo refletiu-se nas práticas das Comunidades Eclesiais de Base no país. A seguir, busca-se reconstituir essa experiência, iniciando pela contextualização social, econômica, política e eclesial dos anos 1950 e 1960.

2.1 O CONTEXTO DOS ANOS DE 1950 E 1960 NO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial houve no Brasil a necessidade de transformações sociais, econômicas e políticas para construção da democracia e desenvolvimento industrial. Na expectativa de que o Brasil deixaria para trás a condição de país subdesenvolvido e dependente, tal objetivo não se concretizou devido à distribuição desigual de renda entre a população, ao aumento da pobreza e da fome, à exploração do trabalho, à grande participação dos setores primário e terciário na economia, entre outros fatores.

[50]Relacionado com a participação ativa, com o comprometimento empenhado na defesa de uma causa ou ideologia

Nesse período de mudanças profundas, para entendimento dos anos que antecedem o golpe de 1964, conforme escreve Nunes (1985, p. 71), é necessário referir-se ao fim da República Velha (1889-1930), diz "significa o fim do Estado oligárquico fundado na hegemonia da oligarquia agrária e o início do processo de formação do Estado burguês. [...] do desenvolvimento das relações e estruturas capitalistas de dominação e apropriação". Período marcado pela troca de favores por meio de esquemas onde as oligarquias controlavam a política no Brasil. O nascimento, a partir da República, de um novo país[51], isto é, uma nação com a vinda de milhares de imigrantes de muitas nacionalidades, culturas e religiões, desestabiliza as elites locais com os novos costumes, línguas e conhecimentos a assimilar.

O período do Estado Novo (1937-1945), governado por Getúlio Vargas, marcou o início da atuação política das massas populares no cenário nacional, segundo Vieira (1987), a população despertou para a questão social, com a implantação da legislação trabalhista, uma das principais bandeiras de luta no seu primeiro governo. Porém, Getúlio Vargas é afastado do poder em 1945, pelos militares, por conta de sua posição ambígua diante das forças nazifascistas vencidas pelos países democráticos no final da segunda guerra mundial[52].

Sendo restaurado o regime democrático, porém a forma de liderar dos governos eleitos teve que se adaptar à força das reivindicações organizadas por grupos de trabalhadores urbanos. Seguindo em sua análise, Vieira (1987, p. 20), sintetiza "[...] com o fim do Estado Novo, portanto, a atuação das massas populares das cidades passa a ser muito mais significativa do que em qualquer outra época anterior, dando destaque aos líderes populistas". A ampliação dos direitos sociais no primeiro governo de Vargas trouxe à política novos protagonistas que estavam excluídos das decisões ou participação no processo político formal anterior.

Em 1950, a campanha de Getúlio Vargas foi marcada pelo diálogo direto e ligado às demandas das classes populares, defendeu uma política de bem-estar social, com a ampliação de benefícios trabalhistas e a industrialização para promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Com o declínio da agroexportação cafeeira e o aumento da industrialização havia necessidade de um projeto de modernização nacional para fazer parte das nações desenvolvidas consolidando a soberania nacional. Na década de 1950, o Brasil vivencia uma série de movimentos sociais e políticos refletindo as tensões do pós-Segunda Guerra Mundial e a necessidade de mudanças. Descrito por Reznik, Miranda e Matos (2021, p. 9):

---

[51] O País é um determinado território social, político e geograficamente delimitado, habitado por uma população com cultura comum. Nação, se mantém unida pelos hábitos, tradições, religião, língua e consciência. Disponível em: https://www.significados.com.br/pais/. Acesso em: 26 out. 2024.

[52] RIBEIRO, Antônio S. 29 de outubro de 1945: O fim do Estado Novo. São Paulo: **ALESP**. 31 out. 2005. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581. Acesso em: 22 out. 2024.

> Atores políticos da década de 1950 brasileira ressignificam conceitos, dotando-os de possibilidades políticas inovadoras a partir de intensas disputas nas páginas dos jornais de grande circulação. Diante da morte de Getúlio Vargas e da disputa por seu eleitorado – e seu legado político -, os conceitos de povo e massa, por exemplo, representaram mais do que formas linguísticas de nomear e qualificar a população que entrava no jogo eleitoral. O povo passa a ser visto – e disputado – enquanto eleitorado consciente e apto ao exercício do voto.

O despertar dessa consciência do eleitorado se deu através dos movimentos sociais e políticos, que reforçam as denúncias e necessidades da população e se transformam em ações. Entre eles, destacam-se o Movimento Trabalhista e Sindical, que resultou na conquista de direitos trabalhistas urbanos, e a UNE, que se destacou na promoção e participação de debates políticos e sociais, além de exigir melhorias na educação.

Nesse período, surgem movimentos populares e de protesto contra a desigualdade social e as precárias condições de vida nas favelas, escreve Istan (2015), essas favelas surgiram no século XIX, com a abolição da escravatura e se acentuaram com o processo de urbanização nas décadas de 1950 a 1970. Esse termo é usado para indicar aglomerações habitacionais com carência de infraestrutura que tiveram sua origem nos cortiços do período colonial. No século XX, cresceram na periferia das cidades em consequência do incentivo à industrialização, mas sem infraestrutura básica como água, esgoto e habitação.

Na década de 1950, houve campanhas de repressão contra o comunismo, que, no Brasil, foi combatido a partir do pensamento conservador da elite e da ICAR. Os bispos lideraram campanhas anticomunistas e contra outros movimentos considerados subversivos, seguindo as orientações da Encíclica *Divinis Redemptoris* (1937). Associadas à propaganda, a desinformação, guerrilhas e a resistência não violenta, entre outras, essas campanhas faziam abordagens indiretas e agiam nas margens, buscando uma conversão gradual das ideias e ações. Além disso, em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), graças inclusive, à destacada iniciativa de Dom Hélder Câmara.

Acompanhando as mudanças, Nunes (1985, p. 72) afirma que “as transformações sociais que se agravaram neste período com o êxodo rural sempre mais acentuado”, isto é, um processo de expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras que inflaram as periferias das cidades que se transformaram em grandes favelas. Outro problema evidenciado foi o analfabetismo, que segundo os dados do IBGE em 1950, atingia 51% da população. Somente em 1947 que, segundo Costa e Araújo (2011), o governo lançou a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). E no campo da saúde, a população também se mobilizou para exigir do governo atendimento público.

Na região Nordeste, nas décadas de 1950 e 1960, o movimento de luta pela reforma agrária[53] apresentou-se com grande intensidade. Assim como seus aliados urbanos, os trabalhadores rurais sem terra iniciaram a organização das lutas camponesas em Pernambuco. Esse movimento surgiu a partir de ações de trabalhadores que lutavam pelo direito à criação de Sindicatos Rurais e, posteriormente, se espalhou por outras regiões, a exemplo das Ligas Camponesas.

Segundo Ham (2006, p. 18), "em Sapé, centro das Ligas Camponesas, na Paraíba, onde tudo começara oficialmente com sua fundação, no início de 1958, por João Pedro Teixeira[54] e os companheiros já em formação desde 1954". Nesse mesmo ano, filiaram-se 227 camponeses na Liga de Sapé. A luta, que buscava melhorias nas relações de trabalho e nas questões sociais, econômicas e políticas, expressava-se por meio de mobilizações, ocupações de terras públicas, marchas e passeatas.

A Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, lutava contra a monopolização das terras pelos latifundiários e proprietários das usinas de cana de açúcar, que expulsavam os camponeses das terras por eles ocupadas, transformando os trabalhadores rurais autônomos em diaristas ou boias-frias, submetidos em condições análogas à escravidão. O regime, por meio de suas políticas fundiárias, promoveu uma concentração de terras sem precedentes, beneficiando sobretudo latifundiários, grandes fazendeiros e empresários do setor privado.

O movimento e a mobilização dos camponeses geraram enfrentamentos com os latifundiários, resultando na morte do líder João Pedro Teixeira e na perseguição de outros companheiros. Esse foi um período em que parcelas minoritárias da Igreja Católica apoiavam as lutas sociais, não apenas devido aos intensos conflitos no campo, mas também por meio do apoio e incentivo aos agentes pastorais e da criação das CEBs, que, segundo Calado (1996, p. 87):

> Também os estados que compõem o Regional Nordeste II[55] tem sido, ao longo de séculos de colonização, palco de crescentes conflitos de terra. O projeto de colonização suscitou, com efeito, incessantes manifestações de resistência por parte dos povos e grupos invadidos. Das revoltas dos povos indígenas ao Quilombo dos Palmares; das Ligas Camponesas às atuais lutas pela ocupação de terras, este é o

[53] Paralelo ao movimento pela reforma agrária, também ocorria o grande êxodo nordestino para o sudeste por causa das secas, extrema pobreza em busca de oportunidades de trabalho. Assim, também tem um movimento migratório e o abandono dos lares pelos homens. Mulheres ficam em casa nas condições acima citadas. Migração para o sudeste e para construção de Brasília (candangos).

[54] João Pedro Teixeira – em 02.04.1962 foi morto nas proximidades de Café do Vento, com três tiros nas costas, a mando de Tavares e dos fazendeiros Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/o-assassinato-do-cabra-marcado. Acesso em 21.08.2024

[55] A CNBB considera a região Nordeste II os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Calado, 1996, p. 87).

> cenário do Nordeste II, em relação ao qual não se altera profundamente de outras regiões do país.

O envolvimento da CNBB com as Ligas Camponesas evoluiu para a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a partir de 1974. Antes, em 1965, a Arquidiocese de Olinda e Recife havia organizado a Ação Católica Rural atuando nas diversas dioceses dessa regional e que segundo Calado (1996, p. 88):

> Trata-se da penetração e do alcance da chamada Ação Católica, na região. Na marcante atuação de movimentos como a ACR (Ação dos Cristãos no Meio Rural), do MER (Movimento de Evangelização Rural) e da própria Pastoral Rural, estão fincadas as raízes mais vigorosas do trabalho da Igreja no meio rural.

Esses movimentos sociais apoiados pela CNBB no Nordeste II, e incentivados pelos bispos Dom Hélder Câmara, Dom José Távora e outros, teve destaque segundo Calado (1996, p. 89), por meio do "Movimento de Educação de Base organizado nacionalmente com o apoio do Governo Jango (1961-1964), atuava como uma rede de alfabetizadores adultos, funcionando sob a responsabilidade mais direta do setor politicamente progressista da CNBB". Esse período histórico ficou marcado por bispos e clero católicos dedicados ao povo, a igreja dos pobres.

O movimento de educação de base, que adotou a linha "educar para transformar", teve como inspiração o educador Paulo Freire (1921-1997). Seu método de alfabetização dialógica promovia um aprendizado crítico, no qual o aluno é visto como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Freire via na educação uma ferramenta para o desenvolvimento e a superação das desigualdades sociais. A Igreja Católica engajada incentivou a participação dos membros da JUC e de outros leigos nesse processo. Essas iniciativas integram um período de grandes mudanças no Brasil e prepararam o terreno para as transformações políticas e sociais que se consolidaram nas décadas seguintes.

Os Movimentos das CEBs[56], que na expressão do Cardeal Aloísio Lorscheider - a CEB no Brasil é Igreja - um novo modo de ser Igreja, que ao promover a organização comunitária e a prática da fé alinhada à realidade social tornaram-se espaço de resistência e solidariedade em face da opressão, que se encontrava nos aspectos econômicos, políticos e culturais. O desenvolvimento das classes trabalhadoras conquistou seu espaço na ICAR através do operariado, que se multiplicou com o incentivo à industrialização no país.

Em meados da década de 1950, setores da Igreja romperam com a oligarquia agrária e buscam recuperar as relações com o Estado. Nunes (1985, p. 76) coloca como a ICAR já vinha

[56]Os bispos do Brasil já haviam feito a opção pelas "comunidades de base" desde 1966, para tornar a Igreja mais viva, mais corresponsável e mais integrada. [...] Livro sistematizado e lançado em 1968, pela Editora Vozes, na obra do Pe. Raimundo Caramuru *Comunidades eclesiais de base: uma opção decisiva.* Disponível em: https://portaldascebs.org.br/historia-das-cebs/. Acesso em: 20 ago. 2024.

buscando um processo de renovação pastoral a partir dos anos 1930, período que as iniciativas foram tímidas, "Só mais tarde, pelos anos 1960, é que a pastoral católica vai incorporar elementos da chamada 'religiosidade popular', ainda que timidamente, e desenvolver projetos pastorais específicos para os grupos indígenas (CIMI)[57], trabalhadores rurais (CPT), grupos operários, etc.". A ICAR ainda não havia percebido a necessidade de ser protagonista nos meios populares urbanos que cresciam rapidamente com a ascensão da industrialização que modifica os rumos da organização social existente.

A crescente urbanização da população brasileira impôs a ICAR a necessidade de ações concretas voltadas à população empobrecida e excluída. Seus primeiros passos ocorreram ainda em 1948, com a Ação Católica. Segundo Nunes (1985, p. 76), esse movimento contribuiu para a aquisição de uma compreensão eclesial da realidade social brasileira, "a partir de 1956 a levará a posições de compromisso explícito com as classes trabalhadoras, especialmente depois de 1968". A adesão às diretrizes do Concílio Vaticano II e o compromisso assumido em Medellín (1968), os Bispos ofereceram sustentação ao movimento de resistência ao Golpe Militar de 1964, assumindo o compromisso de defender as reformas sociais e contra a perseguição, a prisão e a tortura de manifestantes.

Enfim, é importante destacar que nas décadas de 1950 e 1960 a população da periferia urbana e rural, se organizou com o apoio da ICAR por meio da Ação Católica, nas diversas pastorais. Além das reivindicações à infraestrutura urbana, as demandas pela educação, moradia, entre outras. No entanto, foi a reforma agrária que desencadeou conflitos em várias regiões, especialmente no Nordeste do Brasil.

2.2 CONCÍLIO VATICANO II: SOCIEDADE BRASILEIRA E NORDESTINA

O Concílio Vaticano II (1962-1965) provocou transformações que se manifestaram por meio da doutrina, organização e conduta dos católicos. As decisões tomadas durante o Concílio resultaram em quatro Constituições Apostólicas, nove decretos e três comunicações. As Constituições Apostólicas são documentos do Magistério Pontifício, promulgados pelo Papa, com força de lei, e tratam dos ensinamentos da Igreja sobre temas específicos.

A Constituição Apostólica Dogmática: documento que trata de conteúdos de fé, cuja aceitação é obrigatória para todos os fiéis católicos; Pastoral: documento que trata das diretrizes da Igreja sobre a ação prática junto aos seus seguidores; Apostólica: é um documento geral,

[57]O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972 pela CNBB, tem como líder o Bispo Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia, destacando-se pela defesa dos povos indígenas na região amazônica.

sem as especificações anteriores. São guias para a vida prática da Igreja em diferentes áreas de seus ensinamentos e atividades. Os escritos oficiais produzidos pelo Concílio Vaticano II foram incorporados ao Código de Direito Canônico, tornando-se leis da ICAR para todos os cristãos.

Essas novas orientações publicadas pelo Concílio Vaticano II provocaram na Igreja da América Latina a necessidade de ir além, de ampliar o alcance do diálogo com os pobres, a se posicionar frente à situação social precária do seu povo. Em 1968, os bispos da América Latina reuniram-se em Medellín, na Colômbia, e ao final do encontro lançaram o documento que ficou conhecido como Conferência de Medellín 1968.

O movimento inspirado pelo Concílio Vaticano II conhecido como *aggiornamento*, isto é, atualização ou renovação, deu segurança aos bispos que participaram do Concílio (1962-1965), como Dom Hélder Câmara arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985), Dom José Maria Pires Arcebispo de João Pessoa (1965-1995), Dom Eugênio de Araújo Sales arquidiocese de Natal (1962-1965) e arquidiocese de São Salvador da Bahia (1965-1971); Dom José Vicente Távora arcebispo de Aracaju (1960-1970), Dom Antônio Batista Fragoso bispo de Crateús/CE (1964-1998), entre outros, para incentivar a CNBB a se posicionar em defesa dos excluídos.

O Papa João XXIII (1881-1963) justifica a convocação do Concílio na atenção ao espírito que a ICAR cumpre há vinte séculos. O objetivo inicial de tornar a Igreja mais próxima do povo, caminhando junto, foi cumprida fielmente pelo Papa Paulo VI (1963-1978). A Constituição *Lumen Gentium* (1964), segundo Almeida, (2004, p. 4):

> [...] aparece como uma "transição necessária": de uma linguagem conceitual e jurídica a uma linguagem imagética; de uma Igreja voltada para si a uma Igreja voltada para Cristo; de uma Igreja "cristomonista" a uma Igreja "trinitária"; de uma Igreja "societas" a uma Igreja mistério; de uma Igreja hierárquica a uma Igreja Povo De Deus. A Igreja da *Lumen Gentium* é uma Igreja a caminho, peregrina na história, que não tema a transitoriedade como condição para atingir a meta definitiva: o Reino De Deus.

Essa Constituição, elaborada pelo mais numeroso e ecumênico[58] dos Concílios, salienta a natureza da Igreja como Povo de Deus e destaca o papel dos leigos na vida e na missão da Igreja. No Brasil se ressalta a adesão dos bispos que atuavam no Nordeste II, nomeados acima, sob a liderança de Dom Hélder Câmara, essa abertura sinalizada pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (Luz dos Povos) foi crucial para o movimento em que os leigos assumiram responsabilidades nas atividades sociais propostas pela Igreja. E respondendo a sua vocação de leigos conforme o Decreto *Apostolicam Actuositatem* (sobre o apostolado leigo). Almeida

[58]No sentido tomado pelo Concílio, o termo *ecumênico* representa a unidade da Igreja de Cristo que vai além das diferenças geográficas, culturais e políticas entre as diversas Igrejas. Darlei Zanon, 2024. Disponível em: https://www.vidapastoral.com.br/atualidades/incentivo-ao-ecumenismo-orientalium-ecclesiarum-e-unitatis-redintegratio/. Acesso em: 28 nov. 2024.

(2004, p. 7), ainda coloca que “a Igreja é uma Igreja que caminha, que peregrina com os seres humanos, em busca do Reino, que sempre vem e que virá em plenitude”.

Outra constituição apostólica que modificou muito o comportamento da Igreja foi a Constituição *Gaudium et Spes* (alegria e esperança), que reconhecendo as mudanças ocorridas a partir do final do século XVIII, com o início da industrialização, abordou as relações entre a Igreja e a sociedade, enfatizando a responsabilidade social dos cristãos, no item 4, escreve:

> Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos. Nunca os seres humanos tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica.

A Constituição Pastoral reconhece as contradições vividas pelo povo de Deus, como o aumento da riqueza global contrastando com a crescente indigência da maioria da população. A igreja assume sua responsabilidade com a humanidade na construção do Reino de Deus, por meio do evangelho, e dirige-se a todos os homens e mulheres de boa vontade. Valoriza novas vozes - mulheres, jovens, pobres, diferentes culturas - e aborda temas como gênero, sexualidade, eugenia, matrimônio, família, e novas formas de guerra, exigindo um novo olhar sobre seus ensinamentos, como propõe a *Gaudium et Spes*: uma Igreja aberta ao diálogo e ao serviço.

Ciente dessa situação, a ICAR no Brasil assume uma postura ativa na defesa dos direitos humanos e na luta contra as injustiças sociais, confrontando a ditadura militar vigente desde 1964. A industrialização acelerou a urbanização desordenada, enquanto a migração interna, provocada pelas constantes secas no Nordeste, aumentou significativamente a população carente de apoio nas periferias das grandes cidades, tornando urgente a adoção de medidas práticas para minimizar o sofrimento desses empobrecidos. Desde 1932, a Igreja já havia iniciado, junto aos leigos, um movimento denominado ACB, que ganhou novo impulso depois do Concílio Vaticano II, no contexto da renovação da ICAR. Almeida (2204, p. 14) descreve a importância do engajamento dos leigos e leigas nessas iniciativas:

> [...] com o suporte de movimentos organizados, não só assumem tarefas nos mais diversos campos da vida política, econômica, social, cultural e religiosa em seus países de origem, mas chegam a partir para as “terras de missão”, colaborando com os missionários, padres e religiosos, estrangeiros, e com os presbíteros e bispos locais.

A ICAR busca se posicionar nesse processo de mudança econômica e instabilidade política, com o espírito engajado no trabalho comunitário para incentivar os católicos no envolvimento das transformações políticas e sociais que se acentuam no país. A ICAR brasileira inspirada nos documentos do Concílio Vaticano II adere às mudanças internas na busca da proximidade com a população, cria e orienta grupos para uma nova prática pastoral junto aos

estudantes, a população operária, a juventude agrária, a juventude independente e as CEBs entre outras formas de atuação do novo modo de ser igreja a partir das orientações do Concílio Vaticano II.

Os nove decretos elaborados pelo Concílio Vaticano II, são guias para a vida prática da ICAR em diferentes áreas de seus ensinamentos, fazendo parte da transformação proposta. Cita-se os três decretos diretamente relacionados à vida pastoral da igreja e dos leigos:

- *Perfectae Caritatis*: sobre a vida religiosa (1965), este decreto normatiza a vida monástica, religiosa apostólica, os institutos seculares e as novas comunidades, vinculados a ICAR que professam a fé através de voto público de pobreza, obediência e castidade. Nesse decreto o Concílio promove e incentiva mudanças estruturais nas instituições religiosas femininas. Até o Concílio, a VR no Brasil dedicava-se, principalmente a educação e a saúde, conforme Nunes (1985, p. 90) houve uma renovação adaptativa "trata-se da modernização das estruturas conventuais, da 'renovação' proposta pelo Concílio Vaticano II e assumida pelos quadros dirigentes das Congregações, em atitude de obediência aos ditames da Igreja e numa tentativa de solucionar a crise interna".

O Papa Francisco escreveu em 2014 uma Carta Apostólica[59] proclamando o Ano da Vida Consagrada, onde reafirma os documentos do Concílio Vaticano II e a Exortação Apostólica do Papa João Paulo II (1994), sobre a VR e incentiva as Congregações a se questionarem: "Espero que cada forma de vida consagrada se interrogue sobre o que pedem Deus e a humanidade de hoje" (Cap. II, item 5).

No período pós-conciliar, as instituições religiosas se adaptaram ao modelo de sociedade industrializada e capitalista que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. O modo de organização rígida das ordens e congregações já não fazia sentido na sociedade pós-industrial e há necessidade de incorporar-se à sociedade, prossegue Nunes (1985, p. 91), era inadiável, pois havia "[...] forte negação das estruturas da Vida Religiosa Tradicional. As iniciativas de mudanças reestruturando a vida nos conventos [...] ampliam-se as possibilidades de iniciativas pessoais. Também a experiência das 'pequenas comunidades' se inicia".

De certa forma, houve uma exigência por parte das orientações do Vaticano para as CR priorizarem o trabalho na luta pela conquista de transformações da sociedade caminhando junto com o povo oprimido. Com a necessidade constante da Igreja Católica Apostólica e Romana

[59]Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_lettera-ap_20141121_lettera-consacrati.html. Acesso em: 29 nov. 2024.

de acompanhar as mudanças da sociedade, o Papa João Paulo II, tratou do tema em sua exortação apostólica *Vita Consecrata* à missão da Igreja no mundo, em 1996.

O documento *Vita Consecrata*, segundo Zanon (2003, p. 4), "apresenta uma bela atualização do Concílio e insiste na renovação constante dos Institutos, adaptando-se às exigências dos tempos, e na necessidade de promover as vocações". O testemunho de vida das religiosas e religiosos consagrados exige força e dedicação para dar frutos hoje diante de tantos desafios. Esse decreto ajudou as congregações a repensarem suas missões, estimulando e colaborando na participação consciente e responsável da educação do povo na tarefa de melhorar suas condições de vida.

- *Apostolicam Actuositatem*: sobre o apostolado leigo (1965)

Este decreto trata da natureza e estabelece os princípios e especificidades do ministério leigo. A Constituição *Lumen Gentium* (Concílio Vaticano II, cap IV, n. 33) diz: "Os Leigos, congregados no povo de Deus e constituídos no único corpo de Cristo sob uma só cabeça, quaisquer que sejam, são chamados a contribuir para o incremento e para a santificação perene da Igreja". A missão dos leigos, segundo o decreto *Apostolicam Actuositatem*, apresenta as orientações abordando a vocação do leigo ao apostolado, isto é, levar ao mundo a mensagem de Cristo, através da palavra, do testemunho e dos sacramentos que se fundem com o objetivo da ICAR de construir o Reino.

O documento indica e exemplifica os vários campos de realização: na família vivendo os valores cristãos e educando na fé; no ambiente social, promovendo o diálogo e o entendimento. A ICAR se volta para a reinserção dos leigos nas estruturas eclesiais desenvolvendo atividades sociopolíticas na defesa de projetos sociais com viés transformador do ambiente desassistido pelo Governo nacional, preconizando a melhoria de vida da população vulnerável e sua reintegração social e também na fé católica. A ICAR através da CNBB, manteve o diálogo com o Estado mesmo estremecido em vários períodos da ditadura, no entanto nunca houve rompimento.

Nomeia também, as várias formas que os leigos podem exercer a sua ação apostólica, quer como indivíduo ou integrado nas comunidades e associações; as relações entre leigos e clero, as tarefas e funções específicas de cada um. Trata do incentivo à formação dos leigos, alcançando um envolvimento maior dos mesmos na atividade apostólica da Igreja. Os leigos são chamados a serem fermento no meio do povo exercendo o apostolado, não substituindo o Clero na sua ausência, mas sendo testemunhos vivos de Cristo. Desde o início da ICAR os apóstolos (leigos) que seguiram Jesus foram exemplos na divulgação vivendo seus ensinamentos nas comunidades.

- *Ad Gentes*: sobre a atividade missionária da Igreja (1965)

Esse decreto incentiva e organiza o trabalho missionário, impulsionando a evangelização a todos os povos. Inicia com a expressão: "A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na 'missão' do Filho e do Espírito Santo" (*Ad Gentes*, n. 2), fundamentando a Missão na Trindade. Ao discorrer sobre a "obra missionária" orienta, a ICAR deve dirigir-se a todos pelo testemunho cristão de vida, caridade e justiça, sob a orientação do bispo e do Papa, que são os responsáveis pelas missões, isto é, os responsáveis pela provisão das necessidades da atividade, da escolha do local e tipo de obra a ser realizada, por exemplo: ajuda humanitária junto aos refugiados de guerra, aos imigrantes, nas catástrofes ambientais, etc., onde os missionários leigos ou religiosos testemunham os ensinamentos do evangelho.

Sobre a vocação, os chamados devem desenvolver uma espiritualidade missionária e entregar-se à obra, Cristo chama a todos, cada um possui diferentes dons, os cristãos são chamados a colaborar na evangelização segundo os seus próprios carismas e ministérios, ressalta para que todos tenham consciência das próprias responsabilidades na missão. É dever do povo de Deus (todos os fiéis) estar comprometido em evangelizar na vida quotidiana.

Cumpre destacar a importância desses documentos para orientação espiritual e práticas das atividades também desenvolvidas pelas mulheres religiosas, a partir desse Decreto houve uma mudança radical na VR, os conventos se reestruturaram e muitas religiosas optaram por viver em pequenas comunidades inseridas nos meios populares (PCIs), priorizando a atividade missionária.

- Conferência de Medellín (1968)

A Conferência foi uma consequência direta do Concílio Vaticano II, um evento crucial para a Igreja na América Latina. Foi pensada pelos bispos Dom Manuel Larraín (Chile) e dom Hélder Câmara (Brasil) ainda em Roma, durante o Concílio Vaticano II, levaram ao Papa Paulo VI a intenção de promover um encontro na América Latina para discutir e aplicar os ensinamentos do Concílio à luz dessa realidade. Nesse contexto social a Conferência foi um marco na transformação da ICAR latino-americana, com a Opção pelos Pobres passou a ter uma identidade própria, revolucionando o modo de ser Igreja a partir desses ideais.

A expressão: Opção pelos Pobres, segundo Barros (2019), teve sua origem durante o Concílio Vaticano II, com um grupo de bispos latino-americanos, bispos da chamada: Igreja dos pobres, por defenderem a causa dos pobres em suas perspectivas pastorais, esse grupo de bispos (cerca de 40 Padres Conciliares), assinou um documento chamado o: Pacto das

Catacumbas[60] em Roma, após uma celebração eucarística na catacumba de Santa Domitila em 16 de novembro de 1965, próximo do término do mesmo. O documento é um desafio ao episcopado para uma vida de pobreza, rejeitando todos os privilégios do poder e a colocar os pobres no centro de seu ministério pastoral, conforme os treze itens constantes no Pacto.

Em 1968, durante a Conferência de Medellín, os Bispos da América Latina oficializaram o compromisso de viverem pobres e a se dedicarem aos pobres. Sobre a Pobreza da Igreja, o Documento de Medellín (14.1, p. 62), inicia "O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana". Partindo das reflexões sobre as condições de pobreza e injustiça vividas pela população, a necessidade de compreender a realidade ganhou força na Teologia da Libertação, justificando a opção pelos pobres e propondo mudança e renovação na atuação da Igreja com a participação da sociedade.

No período da realização da conferência, muitos países da América Latina viviam em regime de exceção sob a pressão de ditaduras militares, agravando o quadro da pobreza de grande parte da população. O desafio de integrar as orientações pastorais do Concílio Vaticano II com a realidade dos países Sul Americanos levou a Conferência de Medellín a adotar três tópicos centrais:

a) Promoção humana, enfrentamento das questões sociais, a miséria e as injustiças proporcionando desenvolvimento integral e a educação deve ser libertadora;

b) Evangelização (crescimento na fé), a necessidade de diálogo, o compromisso com a dura realidade humana local e a catequese atenta promovendo a transformação das estruturas injustas;

c) Igreja visível em suas estruturas, junto às pastorais nas comunidades, como as CEBs e outras formas de participação social.

Partindo desses tópicos foram elaborados dezesseis documentos especificando as diretrizes da Conferência nos mais diversos temas como: justiça, paz, libertação, movimentos de leigos, pastorais, etc.; o impacto das reflexões sobre a pobreza e libertação nesses documentos provocaram verdadeiras mudanças na ICAR, os bispos em Medellín leram a realidade latino-americana à luz do Concílio.

[60]Pacto das Catacumbas da Igreja Serva e Pobre. Disponível em: http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/dhc/textos/pactodascatacumbas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

A Conferência se ocupou na formação de diaconato permanente com a participação mais ativa dos religiosos, religiosas e leigos, no atendimento às comunidades carentes de sacerdotes, e nos planos de Pastoral de Conjunto as congregações religiosas atenderem as obras mais urgentes, o trabalho que realizam as religiosas encarregadas de paróquias nos lugares em que a presença de padre não é permanente. O Documento de Medellín (1968), também, coloca que as religiosas se integrem à pastoral hierárquica em diversos níveis: no sacerdócio, no conselho pastoral, em organismos supra diocesanos, enfim a Conferência convoca as religiosas no continente latino-americano a participação ativa na evangelização do Povo de Deus, na formação, assessoria e inspiração das obras apostólicas.

Em 1971, o padre peruano Gustavo Gutiérrez publicou um livro com o título: A Teologia da libertação, a obra apresenta a fé centrada na justiça social favorecendo aos mais pobres, ideologia pastoral que já estava em desenvolvimento na América Latina e assim passou a ser denominado. A Teologia da Libertação divulgada na década de 1970 se tornou práxis política dos teólogos na América Latina como: Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Juan Luís Segundo, Jon Sobrino, Rubem Alves, José Míguez Bonino, entre tantos outros teólogos que estudam as causas da pobreza da América Latina.

No Brasil, com a experiência da Ação Católica e o apoio da CNBB incentivando às CEBs e valorizando o trabalho dos leigos no planejamento pastoral, com a inserção das comunidades religiosas (início das PCIs) nas periferias entre outros movimentos sociais orientados pelo Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, houve um mutirão de voluntários leigos que se engajaram nas causas sociais. Com um método simples de pequenos grupos que se reuniam para ler um texto bíblico e discutir à luz de sua realidade, provocando os participantes a pensarem nas suas condições de vida e a buscar alternativas de mudança.

As orientações descritas no documento são claras quanto a posição que a ICAR deve seguir no Continente Latino Americano, período de muita instabilidade institucional, econômica e preocupação com o contingente da população empobrecida que era majoritária. Ao analisar os 50 anos da Conferência de Medellín, os autores Siqueira, Baptista, Teodoro-Silva (2018, p. 649), detalham a posição tomada pelos bispos:

> A igreja assume de forma clara o trabalho de inserção nas comunidades pobres. A educação passa a ser pensada numa perspectiva libertadora. A juventude, engajada nos movimentos sociais e políticos, como a Ação Católica, enfrenta crises e a repressão, especialmente no Brasil, com o golpe civil-militar de 1964.

Entre tantos desafios enfrentados pelos Bispos Latino-Americanos estava o dos regimes militares, no Brasil, a CNBB liderada pelos bispos: Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns, entre

outros, também incentivaram e apoiaram a Teologia da Libertação. Interpretaram a realidade de pobreza e exclusão brasileira comprometidos com a libertação, fizeram uma reflexão teológica convidando o povo para uma ação transformadora desta realidade.

Animados e apoiados pelo Concílio Vaticano II, com as diretrizes da Conferência de Medellín e inspirados na TL, os bispos progressistas do Brasil trabalharam a conscientização social nas periferias empobrecidas e no campo ampliando as pastorais sociais. O documento elaborado na Conferência de Medellín em 1968, salientou a urgência na defesa dos oprimidos e injustiçados na América do Sul e Central, declarando a Opção pelos Pobres. Com o incentivo às mudanças nas CRFs feita pela ICAR, as freiras iniciaram o movimento de saída dos conventos e aos poucos assumiram o espírito da TL indo trabalhar no meio do povo excluído, isto é, fizeram de fato a Opção pelos Pobres.

- Conferência de Puebla (1979)

Essa Conferência faz uma análise concreta da compreensão da fé presente na América Latina, a situação da sociedade e o futuro da evangelização. Convoca todos a ação prática do compromisso evangélico. O texto organizado em cinco partes: a) Visão pastoral da realidade latino-americana; b) Desígnios de Deus sobre a realidade da América Latina; c) A evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação; d) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina; e) Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais. Faz um roteiro das análises e objetivos da ICAR de forma didática, enfatizando a preocupação com a desigualdade e injustiça social, visto como contradição com o ser cristão.

Conscientes dos desafios para transformar a realidade, no final do documento o item 1309, relaciona atividades pastorais evangelizadoras no Continente visando a promoção humana, entre elas: as CEBs em comunhão com seus pastores; os movimentos de apostolado leigo, como movimentos de casais, de juventude e outros; novos ministérios e serviços; intensa atividade pastoral comunitária dos sacerdotes, religiosos e religiosas nas regiões mais pobres. Consciente da dignidade da pessoa a Igreja opta nessa Conferência, em ser uma Igreja servidora, missionária que se compromete com a libertação a serviço da paz e da justiça. Insere na atividade apostólica da Igreja o compromisso na ação transformadora, na promoção solidária, de estar junto aos povos.

Nogueira e Costa (2021, p. 30), fazem um comparativo dos textos finais de Medellín e Puebla e na questão relacionada aos pobres como as Conferências registraram as referências, “Medellín já havia falado em visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados” (Documento de Medellín, 14, 9), mas foi Puebla que radicalizou isso ao escrever que, seguindo na linha de Medellín, adotaria “uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos

pobres" (Documento de Puebla, 1134)". Os autores Nogueira e Costa (2021, p. 31), também discutem o termo Pobres em ambos os documentos, analisando a quem essas categorias se referem.

> Medellín fala de pobres em três sentidos: 1) enquanto carentes dos bens deste mundo, 2) pobreza espiritual enquanto abertura a Deus e 3) pobreza como compromisso com os sofredores (Cf. DM 14,4). Puebla fala de duas formas de pobreza: 1) no sentido de privação e marginalização, da qual precisamos nos livrar e 2) une o que Medellín chama de pobreza espiritual e evangélica numa só, pobreza essa que deve ser abraçada por todos os seguidores de Jesus (Cf. DP 1148).

A Conferência de Puebla avança na análise social criticando e propondo ações concretas em defesa da população excluída, traz uma autocrítica, pois nem toda Igreja está envolvida nas atividades pastorais dirigidas a elas. Segundo os autores Nogueira e Costa (2021, p. 37), essa formulação Opção Preferencial pelos Pobres se deveu a Puebla, pois justamente foi em Puebla a primeira vez que a expressão apareceu em um documento do magistério da ICAR.

Assim, traçou-se uma relação dos principais documentos da ICAR a partir do Concílio Vaticano II que regem e orientam as ações pastorais sociais, que incentivaram os Bispos e a comunidade religiosa para saírem de seu habitat tradicional, conventos, mosteiros, escolas, hospitais, etc. e liderarem os trabalhos sociais em todos os setores, seja na saúde, educação, defesa dos direitos básicos, a estar junto nas comunidades colaborando na reflexão e buscando novas alternativas.

2.3 O SURGIMENTO DAS CEBs E DAS PASTORAIS SOCIAIS NO NORDESTE

O impacto do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968) no Nordeste brasileiro foi significativo. Região onde o catolicismo popular, isto é, as devoções, rituais, símbolos e narrativas religiosas que não são institucionalizadas pela ICAR, são toleradas, está enraizada na cultura. A celebração da liturgia na língua vernacular facilitou o formato de celebrações mais simples, cores, materiais, preces, cantos nos ritmos populares, palmas, instrumentos musicais, e outras manifestações. A chamada Celebração da Palavra, confiada a leigos, leigas e freiras missionárias, como uma espécie de missa simplificada, com a participação nas leituras rituais, nas ofertas e outros ritos, aprofundou a presença do povo.

A instituição dos ministros, e principalmente ministras extraordinárias da eucaristia, de batismo e unção dos enfermos por motivos pastorais e suprir a falta de sacerdotes em locais remotos. Os ofícios e novenas populares, ritos funerários, etc., encorajaram a participação e envolvimento do povo nas atividades religiosas e sociais promovidas pela ICAR. Nesse caminho de mudanças o fortalecimento das CEBs, e das pastorais são legados visíveis das ações

de transformação que consolidou a orientação da ICAR para uma práxis próxima aos empobrecidos e oprimidos nas décadas de 1960 a 1980.

O subdesenvolvimento da região Nordeste provocou a ICAR local a tomar iniciativas concretas na redução da penúria vivida pela população periférica e campesina, muitas eram as causas, entre elas a seca e os latifúndios. “A tomada de consciência da desigualdade regional foi crucial para criar ações efetivas”, como observa Santos Costa (2014, p. 120), que ainda em dezembro de 1949, houve a fundação do Serviço de Assistência Rural (SAR) em Natal/RN, seguidos pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) e do Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL).

O estímulo à sindicalização e a educação rural, junto com a criação da Campanha de Fraternidade em 1963 em Natal/RN, mostra algumas das ações propostas pela ICAR nordestina que se propagaram pelo Brasil. A situação de vulnerabilidade social inquietava os bispos que atuavam na região Nordeste, Dom Hélder Câmara (Olinda/Recife/PE), Dom Antônio Fragoso (Crateús/CE), Dom José Maria Pires (João Pessoa/PB) e Dom Marcelo Carvalheira, (Guarabira/PB), foram alguns dos bispos que protagonizaram grandes mudanças sociais nessa região marcada pela desigualdade.

Assumiram a defesa dos direitos humanos da população vulnerável, como bandeira de luta, realizaram a Campanha da Fraternidade, durante a quaresma, em 1962, na cidade de Natal/RN e em 1963, dezesseis dioceses do Nordeste também realizaram a campanha e a partir de 1964 foi realizada em âmbito nacional, com objetivo de conscientizar sobre a importância da fraternidade humana com um tema e os fundos arrecadados financiavam as atividades relacionadas ao mesmo, como a fome, menores abandonados, drogas, etc.

No estado da Paraíba Dom José Maria Pires fundou o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos[61] (CDDH) do Brasil, em 1976. A Campanha da Pastoral da Criança fundada em 1983 por Zilda Arns Neumann com o apoio da CNBB mobilizando mulheres (religiosas e leigas) em todo o Brasil, salvando milhares de criança da desnutrição, partilhando uma postura crítica em relação às questões econômicas, políticas e sociais, campanhas que agregam os leigos na luta e promoção da vida.

Durante o período da ditadura militar, com o apoio da CNBB, as comunidades de base incorporaram as diretrizes do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín que foram ativas na conscientização da população a respeito dos seus direitos. Os movimentos dos leigos

[61]O CDDH da Arquidiocese da Paraíba, tendo como objetivo inicial prestar assessoria jurídica junto a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas por proprietários de terra ou pelo regime dos militares.

da AC comprometidos com vários movimentos de transformação social – Movimento de Educação de Base (MEB), adaptado para cada região, Salem (1981, p. 24) diz que usando o método ver, julgar e agir da ACB, adota uma linha de "educar para transformar" reunindo leigos engajados no processo político, em mais de cinquenta dioceses espalhadas pelo país.

O Movimento Popular de Cultura (MPC) no Recife, Campanha de Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba, etc., aderindo a experiência alfabetizadora de Paulo Freire, realizada em Angicos/RN em 1963, baseado na emancipação da educação e alfabetizando jovens e adultos e que serviu de base para o Programa Nacional de Alfabetização em 1964.

As CEBs, que promoviam na vida comunitária a prática da fé alinhada à realidade social, tornaram-se espaço de resistência e solidariedade em face da opressão, tecendo um posicionamento político e de cidadania. As CEBs tiveram papel importante na defesa dos empobrecidos, com a organização em pequenos grupos entre 10 e 50 pessoas, moradores de bairros periféricos ou povoados rurais, que lutaram pela união coletiva. Organizados em comunidades inspiradas na TL refletiam o cotidiano, e conscientes da exclusão reivindicavam seus direitos sociais e políticos, por justiça.

Amparadas pelo apoio dos líderes religiosos católicos, as comunidades consolidaram sua organização em defesa do direito à terra, seguindo o exemplo histórico das Ligas Camponesas (extintas em 1964), movimento que lutava pela reforma agrária e a garantia de direitos aos trabalhadores rurais. Nesse contexto, a contribuição das freiras integrou-se aos esforços dos movimentos católicos especializados - JAC, JEC, JOC, JUC - mediante a orientação e o incentivo à participação juvenil nas lutas sociais e políticas. Cabe destacar que os jovens atuantes nas pastorais sociais desempenharam função pedagógica fundamental na formação de novas lideranças comunitárias.

Exemplificando as iniciativas da Igreja na Arquidiocese de Natal, Santos Costa (2014, p. 120), descreve a atuação de Dom Eugênio Sales, administrador apostólico em 1960, com referência a escassez de sacerdotes para o trabalho de evangelização "patrocinou a experiência pastoral de Nísia Floresta[62] (nas cercanias da capital potiguar), por meio da qual religiosas e leigos constituíram comunidades de oração, de culto e de vida nos meios populares, naquilo que é tido como um dos embriões das CEBs". Estimulando a renovação das funções da Igreja diante da conjuntura social a repensar o papel de apoio às comunidades, levando a criação de

[62]Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, foi uma escritora, educadora e poetisa nascida na cidade de Papari, no Rio Grande do Norte, no ano de 1810, cidade que hoje leva o nome de Nísia Floresta, em sua homenagem. Disponível em: http://nisiafloresta.rn.gov.br/a-mulher/. Acesso em: 28 ago. 2024.

múltiplos programas: clubes de jovens, de mães, formação de líderes, conscientização religiosa e política, cooperativismo, sindicalismo, educação de base, etc.

Segue narrando Santos Costa (2014, p. 135), "Dom Eugênio Sales obteve em maio de 1958, a concessão de um canal de rádio e instalou em agosto do mesmo ano o primeiro conjunto de escolas radiofônicas na Diocese de Natal, mediante a Emissora de Educação Rural". O sucesso dessa iniciativa se expandiu e em 1959 foi implantada em Aracaju por Dom José Vicente Távora.

A necessidade de ampliar a alfabetização na região nordestina levou em 21 de março de 1961, a presidência da República e a CNBB assinarem um acordo criando o Movimento de Educação de Base (MEB), decreto nº 50.370, assinado pelo presidente Jânio Quadros e Dom José Vicente Távora, bispo de Aracaju (1958-1970), seu fundador e primeiro presidente do MEB.

Os bispos que atuavam na regional CNBB-Nordeste II foram pioneiros em ações sociais para minimizar os conflitos relacionados entre os grandes proprietários agrícolas senhores de engenhos, isto é, aqueles que monopolizavam a terra e ditavam as regras e as leis para os trabalhadores do campo. O primeiro movimento dos trabalhadores rurais organizado no Brasil, com o objetivo de garantir terra e trabalho aos moradores arrendatários, cerca de 140 famílias, foi na localidade de Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão (PE) em 1954, com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e legalizado em 1955, através do advogado Francisco Julião Arruda de Paula, deputado pelo Partido Socialista.

Foi nos anos 1960 que o movimento cresceu numericamente segundo Gohn (1995, p. 98), se transformou no maior movimento agrário do Brasil no período:

> [...] espalhando-se por treze estados, liderado por Francisco Julião, [...] A Igreja e o PCB participaram do movimento das Ligas. Em 1963, com a legislação que autorizou sindicatos no meio rural, a mobilização passou a ser em torno da criação dos sindicatos. As invasões de terras em Minas Gerais, Rio de Janeiro e no Nordeste do país foram também uma constante neste período. As Ligas foram extintas em 1964.

Desencadeando a sindicalização, a formação de cooperativas, a conscientização de classe e de cidadania ativa, manifestações a favor do direito de organização dos trabalhadores do campo por diversos líderes como advogados, parlamentares, padres, bispos entre aqueles que apoiavam os camponeses de Pernambuco. O termo: Ligas Camponesas, não era assumido pelas associações de lavradores nordestinos que se organizaram até o início da década de 1960, segundo Novaes (1997, p. 36), "a primeira Liga Camponesa da qual se tem notícia na Paraíba foi a de Sapé, e a ela está ligado o nome de João Pedro Teixeira".

A primeira tentativa de organização feita em 1956 foi frustrada, de acordo com Novaes (1997, p. 37), porém com a mudança de conjuntura no país, "[...] já em meados de 1958, no Grupo Escolar da cidade de Sapé, com a presença de autoridades municipais [...] funda-se a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé", período em que houve a organização de associações em outros municípios da Paraíba e estados do Nordeste.

Em João Pessoa, surgiu a Comissão Intersindical (COSINTRA) reunião de vários presidentes de sindicatos para atender as demandas básicas dos trabalhadores, com o tempo esse apoio foi se modificando conforme os interesses de grupos econômicos e políticos da região, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Associação Paraibana de Imprensa (API), e outros. Já os movimentos de AC, no início da década de 1960 se multiplicavam, escreve Calado (1996, p. 88).

> Demonstrava ser um período de efervescentes desdobramentos das lutas pelas chamadas reformas de base, a partir de ampla mobilização dos estudantes, dos operários, dos camponeses e de outros segmentos da sociedade civil brasileira. [...] nesse contexto, a Reforma Agrária aparecia como o pleito dotado de maior potencial de mobilização.

Porém as dificuldades de implantação das Ligas Camponesas eram potencializadas com as ameaças dos latifundiários, mas mesmo assim foram se organizando, conforme Calado (1996, p.89), cita "na zona canavieira da Paraíba e outros estados, em busca da Reforma Agrária, 'na lei ou na marra', como se dizia então". A ICAR acompanhava o movimento da Reforma Agrária através do MEB, que além de alfabetizar funcionava como canal de conscientização política dos trabalhadores rurais e como via de informação para si, nesse grupo de voluntários se encontravam muitas mulheres estudantes na área da saúde, educação, direito, etc., muitas freiras missionárias lideraram esses grupos, vindas de diversas regiões do Brasil e do exterior.

O MEB alcançava os agricultores distribuídos nos sítios e engenhos do interior dos estados da região CNBB-Nordeste II, alfabetizando através do serviço de rádio e com a ajuda de monitores membros da JUC e da JAC, junto com a Ação Popular (AP) criada em junho de 1962, a partir de movimentos cristãos ligados a AC e ao movimento estudantil. No Nordeste a AP participou ativamente do MEB, porém mais tarde rompeu com a hierarquia católica, ao se lançar no movimento de resistência armada contra a recém instalada ditadura militar que absorve parte dos militantes da JUC.

Segundo Calado (1996, p. 90), criam-se outros órgãos para ajuda aos agricultores, "Passam a um plano prioritário de ação órgãos como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), o Serviço de Assistência Rural – Rio Grande do Norte (SAR), o Serviço

de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), ligados ao Regional Nordeste II". Calado, também destaca (p. 90), a rearticulação da JAC por meio da criação da Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), voltada aos trabalhadores rurais adultos ligados à Igreja.

2.4 A RELEVÂNCIA DA AÇÃO MISSIONÁRIA DAS FREIRAS

Repercutindo as novas orientações do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín a ICAR no Brasil direcionou seu foco de trabalho para as periferias das cidades e do campo, tornando-se próxima dos empobrecidos na sua realidade local. Em articulação com a realidade concreta, a Constituição *Perfectae Caritatis* (1965) provocou a renovação da vida religiosa consagrada, e muitas CRFs no Brasil repensaram suas missões. Também, a Constituição *Ad Gentes* (1965), que trata da atividade missionária da Igreja, incentivou as missões no Brasil e impulsionou o trabalho evangelizador nas áreas rurais e periféricas do Nordeste.

Por outro lado, o processo de mudança que atingiu as Congregações e Ordens religiosas descrito por Nunes (1985, p. 90), ocorreu em duas etapas: "a primeira pode ser caracterizada como de 'renovação adaptativa', abrangendo os anos imediatamente pós-conciliares até os primeiros anos da década de 1970. A segunda é a etapa da 'inovação criativa' e compreende o fim dos anos 1970, indo até os dias atuais". A renovação adaptativa caracterizou-se pela descentralização de poder, pelo retorno à sociedade fora dos muros dos conventos, a incorporação de comportamento e valores modernos, etc. A inovação criativa se manifesta por meio de iniciativas voltadas ao crescimento pessoal, à profissionalização e à ampliação das oportunidades de atuação no campo secular, entre outros aspectos.

A doutrina do Concílio Vaticano II refletiu a dura realidade que já se manifestava dentro dos conventos, a necessidade de estar próximo ao povo de Deus, o período incitou profundas transformações na dinâmica interna das Ordens e Congregações Religiosas, trouxe a necessidade de profissionalização, não só no campo da saúde e educação como vinham atuando, mas como lideranças comunitárias, advogadas, agrônomas, jornalistas, mas de estar presente no comércio, nas fábricas, etc., essa etapa de conscientização descrita por Nunes (1985, p. 95), num dos encontros regionais da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), realizada em 1971, é significativo, coloca:

> Das onze "dimensões novas" apontadas pelas Irmãs, quatro se referem à questão profissional: alargamento do campo de trabalho, além dos tradicionais (colégios, hospitais, etc.); necessidade de preparação profissional; invocação do incentivo da Igreja à capacitação profissional da religiosa; afirmação da possibilidade e do dever de "trabalhar em uma profissão secular", inclusive como "testemunho de pobreza".

Nessa conjuntura de mudanças, com amparo da ICAR e das freiras, floresce outra forma de organização trazendo profundas alterações na concepção do projeto religioso das Congregações. As Pequenas Comunidades, grupos de três a cinco religiosas residindo fora dos conventos. Causando a renovação da vida religiosa tradicional (VRT), foi denominada e reconhecida como: Comunidades dos Meios Populares. A formação desse tipo de comunidade, iniciado por volta de 1963, dentro das próprias Instituições, com a separação entre o local de trabalho e moradia, observa Nunes, ganha força e legitimação na década de 1970.

Nascem assim, as Pequenas Comunidades Inseridas, como ficaram conhecidas, formadas basicamente por freiras que optaram pelo engajamento pastoral, caracterizam-se por atividades elaboradas e dirigidas por Dioceses e Paróquias para atendimento de várias realidades e grupos, como a pastoral da juventude, da criança, carcerária, do migrante, da sobriedade, dos idosos, etc., recebendo formação correspondente a cada uma; vivendo em meio ao povo que estava à margem da sociedade, esse novo tipo de ação apostólica das freiras promove uma integração completa com a comunidade.

Em alguns locais recebiam dos bispos a responsabilidade pastoral de paróquias sem padre residente, nesses casos as freiras assumiram as funções do sacerdote, realizando os sacramentos do batismo, casamento, extrema-unção, a comunhão, a liturgia da palavra, e demais pastorais, só não realizavam os sacramentos da penitência e consagração eucarística, exclusivo para homens que receberam o Sacramento da Ordem.

Com o Concílio, a ICAR revê sua autocompreensão, como Povo de Deus, e retoma a questão de sua presença no mundo, reconhecendo a necessidade de planejar; essa etapa é marcada pela integração pastoral de conjunto, a ICAR percebe que há um quadro de pessoal capaz e numeroso nas CRFs, disposto a cooperar como Nunes (1985, p. 99), relata:

> Elabora, então, planos integrados de pastoral, estrutura órgãos intermediários e convoca seus efetivos, entre os quais as religiosas são de primordial importância, tanto pelo seu número ampliado, quanto pela submissão passiva às normas provindas de Roma, atitude em que as coloca sua posição na estrutura eclesial e sua condição de mulheres.

A primeira dessas comunidades estabeleceu-se no Nordeste, nomeada por Dom Eugênio Sales, bispo na diocese de Natal/RN, diz Nunes (1985, p. 101), "A experiência de entregar paróquias as religiosas começaram em outubro de 1963, [...] confiava então a uma comunidade de quatro irmãs[63] Missionárias de Jesus Crucificado na paróquia de Nísia Floresta." O

[63]FREIRAS tomam conta de tudo. **Visão**, Natal/RN, 31 jul. 1964. Religião. Irmãs: Elza Brito Martins (28 anos); Maria José Cardoso Ramos (22 anos); Rosa Seabra Ferreira (33 anos); Marlene Pessoa de Lins (27 anos) –

redirecionamento da ação das freiras (1963-1989), período que assumiram as tarefas ligadas a serviços pastorais da Igreja revela mais a carência de padres do que qualquer mudança estrutural da Instituição. A avaliação da CRB em relação ao trabalho das freiras nas paróquias sem padre, segue Nunes (1985, p. 107), que é "promover e evangelizar as massas, isto é, o desenvolvimento e a fé".

A relevância da legitimação das PCIs, no âmbito da prática eclesial, deu-se diante do mundo, abolindo a separação entre a vida religiosa e realidade secular. As freiras passam a assumir presença no mundo, como qualquer cristão, para a realização da caridade, constituindo uma presença evangélica voltada a organização das CEBs. A inserção no mundo reduz as linhas que definem a freira em comparação com a leiga, a freira passa a se profissionalizar e trabalhar fora dos estabelecimentos confessionais, como em colégios oficiais, hospitais, comércio, etc., marcando a presença cristã nas comunidades.

As PCIs, segundo Rezende (1999, p. 1), foi o modo como as freiras encontraram para rapidamente atender seus anseios pessoais de mudança e estar inserida entre as comunidades que realmente necessitavam de ajuda, definindo como:

> [...] uma forma de vida religiosa católica feminina muito disseminada no nordeste brasileiro – constituídas de pequenos grupos (três a cinco pessoas) de mulheres católicas celibatárias consagradas (freiras), pertencentes a Congregações religiosas canonicamente estabelecidas e tradicionalmente dedicadas a manutenção de obras de assistência social, de saúde e de educação que, a partir de meados dos anos 60 do século XX, abandonaram o estilo de vida conventual e de trabalho tradicional de seus institutos religiosos, residem em bairros pobres, dedicando-se a "convivência com os pobres", a sua evangelização, e a trabalhos de educação informal e de pastoral popular".

Esse modelo de evangelização promovido pelo Concílio Vaticano II, fez-se presente em toda a América-latina e no Nordeste brasileiro, especialmente nos estados da região CNBB-Nordeste II, com apoio dos bispos locais é considerado pioneiro desse tipo de VR. Havia em 1981, cento e vinte duas dessas comunidades, de cinquenta e quatro Congregações diferentes, de diversas regiões do Brasil e do exterior, ver Rezende (1999, p. 10). A explosão de PCIs resultou da inquietação das freiras e da crítica ao modelo conventual da VR, na busca por retomar as formas de vida e trabalho das fundadoras, revivendo o carisma autêntico das pioneiras que, segundo as biografias, se dedicavam ao convívio com os excluídos.

Houve também muitas solicitações feitas por bispos, Dom Eugênio Sales[64] escreveu ao Papa João XXIII em 1962 e recebeu dele autorização para que as religiosas também exercessem

---

Disponível em: https://domeugeniosales.webnode.com.br/religiosas-responsaveis-por-paroquias/. Acesso em: 30 ago. 2024.

[64]Disponível em: https://domeugeniosales.webnode.com.br/religiosas-responsaveis-por-paroquias/. Acesso em: 01 dez. 2024.

trabalho apostólico, nas tarefas pastorais junto aos pobres, suprindo a carência cada vez maior de padres. Porém, a maioria delas voltou-se para o trabalho de apoio às CEBs, ou nas Pastorais Sociais (Pastoral da Terra, Pastoral da Saúde, Pastoral Operária, Pastoral das Favelas, etc.), junto aos sindicatos, associações de bairro, movimentos de trabalhadores do campo, de mulheres, por direitos humanos e sociais, etc.

Nunes (1985, p. 234), coloca "a questão do trabalho remunerado na Igreja", analisando o convívio das freiras com os movimentos pastorais, reforçou a necessidade de profissionalização delas em diversas áreas e também de autonomia financeira, sem depender da remuneração das paróquias, dioceses, doações ou da própria congregação, muitas freiras trabalhavam em escolas, hospitais e assistência social prestando serviços ao estado ou município tendo remuneração fixa, outras com o tempo tinham a própria aposentadoria para sobreviver.

Os bispos do Nordeste, provocados pelo surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, criaram os próprios Serviços de Assistência Rural (SAR), iniciado em Natal/RN, para dar uma resposta mais conciliadora ao quadro de luta existente. Ter consciência de que era a região Nordeste a região do Brasil com mais injustiças sociais torna seu episcopado pioneiro em novos modelos de ação na ICAR, na tentativa de acompanhar os desafios da realidade social e política do país, seja no empenho de manter sua influência sobre a sociedade ou na busca da renovação evangélica.

Nessa tentativa de abertura e participação social, a Igreja chama as freiras e as leigas para cursos de formação teológica, pastoral e bíblica. Criando o Centro de Estudos Bíblicos[65] (CEBI) em 20 de julho de 1979. A Igreja solicita às CRFs o engajamento efetivo nos processos de formação para leigos. As freiras que participaram nesses movimentos sociais, capacitaram-se para assumir a liderança, obtiveram prestígio pessoal, questionavam e eram dinâmicas dentro de suas próprias Instituições.

Esse novo cenário eclesial entusiasma os movimentos da AC Especializada, compostos por grupos de leigos e leigas chamados a ação missionária no seu meio social inspirados nos valores do Evangelho. Rezende (1999, p. 96), caracteriza a fase:

> Embora inicialmente a ideologia e a linguagem desses movimentos não contemplam o conceito marxista de classes sociais, seu método – 'ver, julgar e agir' – os conduzia a análise da situação de seus respectivos 'meios' e era inevitável que a realidade da exploração, das injustiças e as lutas de classe se lhes fosse impondo como evidência e os levando a uma visão da sociedade brasileira muito mais crítica do que aquela dos bispos.

[65]Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) – Disponível em: https://cebi.org.br/historia/. Acesso em: 22 out. 2024.

Como observa Rezende, os movimentos sociais aproximam-se de posições políticas e ideológicas da esquerda - defendendo a igualdade e o bem-estar de todos - e, logo, ao objetivo da revolução brasileira da qual a JUC e a JEC falavam no final dos anos 1950. Nomeados pelos bispos, os sacerdotes atuavam como assistentes espirituais[66] desses Movimentos, enquanto as freiras educadoras, designadas adjuntas, assessoravam as equipes de base da JEC. Estas, por sua vez, eram instadas pelos estudantes a aprofundar a reflexão espiritual, bíblica e teológica, orientada pelos ensinamentos de Cristo sobre a missão do laicato e articulada aos desafios sociais do Brasil e da América Latina.

Em 1960, as freiras que atuavam como assistentes auxiliaram as equipes da JEC, que se multiplicaram nos colégios sob sua responsabilidade, e integravam-se ao Movimento nas escolas públicas, participando da sua organização. Já as freiras universitárias aproximaram-se de seus colegas da JUC. Elas disponibilizavam os prédios dos seus colégios - propriedades das Congregações - aos movimentos da AC para realização de reuniões e assembleias. Além disso, eram convidadas a participar como observadoras e a se engajar como colaboradoras. No início da década de 1960, um clima de agitação cultural e ideológica era visível em diversos setores da sociedade: na música popular brasileira, no cinema, na televisão, no teatro, na moda e em movimentos estudantis, feministas e camponeses, anunciava um espirito de mudanças.

Muitas freiras que se identificavam com práticas educativas orientadas para as classes populares, acreditavam na educação e na cultura como fatores de mudança social e política, aderiram ao programa de alfabetização de adultos que a ICAR iniciou no Nordeste envolvendo particularmente jovens militantes cristãos; promovendo novas experiências de renovação pastoral incentivadas por Dom Helder Câmara líder do episcopado reformista. Os bispos do Nordeste convocam os religiosos e religiosas das regiões ricas do Centro-Sul a enviar quadros para servir a Igreja e ao povo nordestino.

O Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, reafirmaram a necessidade da redução da desigualdade social, e é compreensível que as freiras já tivessem essa perspectiva também, respondendo com rapidez a hierarquia da ICAR, que lhes oferecia as condições materiais básicas para estar junto a população segregada, observa Rezende (1999).

A partir do ano de 1963, começam a chegar ao Nordeste freiras de diferentes Congregações e regiões do Brasil e do exterior, visto que na Páscoa de 1957, o Papa Pio XII havia publicado a Encíclica *Fidei Donum*, na qual rogava as igrejas, especificamente os Bispos

[66]O Catecismo da ICAR, no parágrafo 2690, aponta que "O Espírito Santo concede a certos fiéis dons de sabedoria, de fé e de discernimento, em vista deste bem comum que é a oração (direção espiritual)". Desse modo, não necessariamente o diretor espiritual precisa ser um sacerdote.

e Dioceses dos países ricos da Europa e da América do Norte, a generosamente concederem recursos humanos e materiais para ajudar as Dioceses dos países em desenvolvimento, para compor pequenas comunidades, vivendo no meio do povo, integrando-se nas atividades sociais locais.

O Nordeste brasileiro foi uma das regiões beneficiadas nesse processo e no final dos anos 1950 começou a receber religiosos europeus, norte-americanos e canadenses em número considerável. Assim chegam além de padres, religiosos e pequenos grupos de voluntários leigos, freiras de diferentes CRFs, entre elas as Irmãs de Caridade da Mãe de Misericórdia, Irmãs Franciscanas de Dillingen, Irmãs Cônegas de Santo Agostinho, destinavam-se a atender aos mais pobres, servindo em paróquias[67] de áreas carentes, integrando-se à pastoral de conjunto, dedicando-se a atividades religiosas e auxiliando as obras sociais da própria igreja local.

Muitas vêm em caráter provisório, período definido por suas dioceses de origem para auxiliar as dioceses brasileiras na formação de pessoas, para assumir tarefas pastorais e sociais e depois retornar a seus países de origem. Muitas CRFs que chegaram, aderiram ao projeto das Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular, experiência reconhecida como o início das PCIs. Até o final dos anos 1970, a maioria das participantes das pequenas comunidades inseridas implantadas na região CNBB-Nordeste II vinha de fora dela, respondendo ao apelo do Papa Pio XII e dos Bispos brasileiros.

Entretanto, esse número alterou-se ao longo dos anos 1980. Além disso, com as mudanças políticas, sociais e econômicas na década de 1990, elas perderam a importância que outrora tiveram para a ICAR, segundo Pousa (2015):

> No entanto, não imunes à crise, as Pequenas Comunidades, na chegada dos anos 2000 perdem o sentido de sua integração e a certeza da força do conjunto diante das respostas a dar aos desafios da realidade sócio-econômico-político-eclesiástica que se apresenta em toda sua complexidade: globalização progressiva, envolvendo toda a vida do povo; neoliberalismo que influi no dia a dia; atentado de 11 de setembro: nova face do terrorismo; crescimento da influência do imperialismo dos Estados Unidos; manipulação por parte da mídia, do poder político vigente, do pentecostalismo; fundamentalismos em confronto; volta à fidelidade católica canônica. Amplia-se a consciência do que deva ser, nesse contexto, a inserção das PCIs, e a necessidade de se atualizar sua identidade coletiva. Percebe-se, ao mesmo tempo, a existência deste grande desafio: na sociedade, o movimento é de mudança; na Igreja, o movimento é de retração.

O primeiro Encontro Regional das PCIs da CNBB-NE-II, realizado em 1981, confirmou como a primeira PCI da região e do país a equipe de freiras Missionárias de Jesus Crucificado

[67] Cânones 524 e 530. Disponível em: https://liturgiadashoras.online/iuris-canonici/capitulo-vi-das-paroquias-dos-parocos-e-dos-vigarios-paroquiais/ Acesso em: 01 dez. 2024

que, em 1963, chegou do Centro-Sul a Nísia Floresta/RN para assumir a função de vigárias[68], nomeadas pelo Bispo Dom Eugênio Sales, com a obrigação de ajudar o pároco em todo o ministério paroquial - exceto a administração dos sacramentos da Eucaristia e da Penitência - em uma paróquia sem padre. No ano seguinte, chegaram a Taipu/RN as freiras da Congregação do Imaculado Coração de Maria, vindas do Rio Grande do Sul, como vigárias. Elas administraram a paróquia por trinta anos (1964-1994) e viveram na cidade por mais 42 anos, até se transferirem para Natal em 2006.

O município de São Gonçalo do Amarante/RN, recebeu em 1966 a Congregação Filhas do Amor Divino, vindas da Bélgica, que além do atendimento à paróquia, foram precursoras no serviço de saúde no município, Irmã Amália Morais com experiência e dedicação a saúde dos empobrecidos reuniu doações para construção e fundação do Hospital Maternidade Belarmina Monte, inaugurado em 1978. Atualmente, em plena atividade, atendendo a população através do SUS.

Em 1966, surgem as três primeiras PCIs na Arquidiocese de Recife e na Paraíba, o movimento se inicia em 1969, com um grupo de freiras brasileiras de uma Congregação de educadoras, de fundação italiana, segundo Rezende (1999, p. 128), que "sentindo o forte apelo de ir morar no meio do povo, deixa os colégios e vem para a Paraíba".

Até 1980 as freiras que vinham trabalhar nas PCIs iam para os pequenos municípios e povoados no interior, no meio rural ou em cidades periféricas às capitais: "queriam ir para os abandonados" descreve Rezende (1999, p. 129), servir em lugares distante dos centros e abandonados pelo Estado, e era aí mesmo que o clero às queria ver, suprindo a ausência deles em espaços afastados, evangelizando em nome da ICAR. Na metade da década de 1970, a existência de pequenos grupos de freiras residindo em bairros e povoados pobres, convivendo com o povo e dedicando-se às diversas tarefas de pastoral e organização social em várias dioceses do regional CNBB-NE-II já deixara de ser um simples fato para tornar-se um projeto comum, intercongregacional.

Quando os grupos de diferentes Congregações religiosas começam a reconhecerem-se como realizadoras de um novo modelo de VR, reúnem-se para trocar ideias e experiências, para elaborar uma fundamentação místico-teológica e ideológica de suas escolhas, tornando-se visíveis no âmbito eclesial, muitas das Congregações que tinham vindo do exterior, motivadas

[68]Disponível em: https://domeugeniosales. webnode.com.br/religiosas-responsaveis-por-paroquias. Acesso em: 01 dez. 2024.

com o apelo missionário feito na Encíclica *Fidei Donum* (1957), identificaram-se com esse projeto e passaram a assumir o modo de vida local.

Além da diversidade sociocultural das PCIs, sua implantação geralmente decorria de convite ou aceitação[69] por parte de bispos e padres, que detinham poder sobre as pastorais da jurisdição diocesana e do local. Quase sempre, tratava-se de um compromisso de trabalho auxiliar ao da hierarquia, o que caracterizou as PCIs de primeira geração em seu período de crescimento quantitativo, durante a década de 1970. O impacto da inserção no ambiente do interior nordestino foi intenso para essas freiras pioneiras, vindas de outras culturas e realidades conventuais. Elas precisaram se readaptar à vida comum junto à população local, convivendo com a falta de infraestrutura básica, como água, energia, e outros serviços essenciais.

Escreve Ven (2013, p. 38), com Dom José Maria Pires e os ensinamentos do Concílio "passaram a descobrir e percorrer novos caminhos, a conhecer e adotar novas formas de vida consagradas para o serviço misericordioso dos pobres. Com o correr dos anos, sempre com renovado empenho, elas se tornaram Irmãs das Pequenas Comunidades Inseridas.", reviram o significado da vida religiosa e do propósito proposto ao aceitar essa nova missão de vida.

A motivação religiosa, o treinamento disciplinar da vida conventual fez parte da superação das dificuldades na adaptação e permanência na missão das PCIs, sua espiritualidade e fé vinculavam-se ao sofrimento do povo nordestino, interpretando-o como prática missionária e pastoral. Todavia, as freiras perceberam quão difícil era assumir a vida onde viviam os pobres, Rezende (1999, p. 129), descreve "as doenças, as dores das perdas, caminhar sob a poeira e o sol, a alimentação restrita, o esforço físico para sobreviver era a forma concreta de identificação com a realidade nordestina". Para elas, partilhar as duras condições da vida dos pobres significava literalmente, seguir Jesus no testemunho cotidiano, entretanto a inserção no meio do povo trouxe novas interpretações para VRT e do carisma das fundadoras.

Em vista disso, as freiras das PCIs desempenharam um papel fundamental na evangelização e na promoção social das regiões mais carentes do Nordeste brasileiro durante o período da DM. Com apoio dos Bispos e da ICAR, foram ativas no apoio aos Sindicatos Rurais, a CPT, nas associações de bairros periféricos, alfabetização de adultos, pastoral da saúde, entre tantos outros movimentos que as CEBs lideraram. Seu compromisso com os pobres, sua participação ativa na conscientização e organização das comunidades e lideranças, foram profundamente influenciados pelo espírito do Concílio Vaticano II e pela TL.

---

[69]Orientações nos capítulos VI e VII. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccscrlife/documents/rc_con_ccscrlife_doc_14051978_mutuae-relationes_po.html. Acesso em: 01 dez. 2024.

No capítulo 3, proceder-se-á a investigação e análise das freiras que atuaram junto às comunidades populares paraibanas, examinando: (1) as primeiras reações da ICAR frente ao Regime Militar instaurado em 1964; (2) bispos, padres e religiosos investigados pelo Regime e as respostas iniciais da hierarquia da ICAR; (3) mapeamento das freiras inseridas nas comunidades populares da Paraíba, com registro nominativo; (4) a investigação dos motivos que transformaram essas religiosas em alvo preferencial dos aparatos repressivos do Estado, e as táticas por elas desenvolvidas para resistir à perseguição política e ao controle estatal.

3 AS FREIRAS INSERIDAS NOS MEIOS POPULARES PARAIBANOS

O período de 1964 a 1985 foi caracterizado pela repressão extensiva à população, nesse contexto as freiras missionárias protagonizaram resistência pacífica de diversas formas apoiadas pela Arquidiocese de João Pessoa, segundo Silva (2019), Dom José Maria Pires teve papel de liderança nessa resistência, destacando-se por suas críticas públicas à Ditadura Militar. Considerado um líder religioso ativo, envolveu-se em diversos conflitos no campo em prol dos trabalhadores rurais e em detrimento aos interesses dos grandes fazendeiros e do Governo Estadual.

A atuação de clérigos, freiras e grupos de leigos católicos na defesa de direitos sociais e políticos e na organização de trabalhadores urbanos e rurais, sob sua liderança, provocou conflitos entre o Regime e a ICAR, a participação desses grupos denominados pela imprensa e pelos Órgãos de Informação como progressistas, foi, em grande medida, associada ao comunismo e, por isso alvos dos Sistema Nacional de Informação (SNI) e Segurança.

A inserção das freiras no âmbito da região Nordeste II da CNBB caracterizou-se por um compromisso profético no enfrentamento das desigualdades estruturais da região. O contexto socioeconômico local, marcado pela exclusão decorrente do modelo latifundiário e periodicamente devastada por crises climáticas, gerou intensos fluxos migratórios que pressionaram as periferias urbanas do estado[70]. Foi nesses espaços, caracterizados pela carência de infraestrutura básica - incluindo saneamento, abastecimento de água, habitação, transporte, serviços de saúde e educacionais - que um contingente significativo dessas missionárias estabeleceu seu campo de atuação pastoral e social.

Outras se dirigiram ao interior da Paraíba para cumprirem a missão professada, locais de muita pobreza, em casas precárias, com a falta d'água, restrição de alimentos, transporte, energia elétrica, viveram entre os moradores com as mesmas privações. Ambos os grupos de freiras cumpriram os objetivos da TL, chamadas a solidarizar-se com os oprimidos buscando atender na plenitude sua missão, trabalhando nas favelas urbanas e comunidades rurais pobres.

Nos municípios de Santa Rita, Itabaiana, Lucena, Mogeiro, Cabedelo, Alagoa Grande, Pitimbu, Gurinhém, Pilar, entre outros, elas priorizaram a conscientização da realidade vivida, através do método usado pelas CEBs: ver-julgar-agir, que proporcionou o surgimento de vários

[70]Se em 1940 a população rural representava 78,1% dos paraibanos, em 2010 a situação se inverteu com 75,4% vivendo na zona urbana. Em 1960 a população rural representava 65,1%, em 1970 era 57,9% e em 1980 representava 47,7%, invertendo a posição de um território majoritariamente rural. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2017/05/Paraiba.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

movimentos sociais, entre eles: Movimento contra o custo de vida alto, o Movimento contra o desemprego, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimentos de Alfabetização e Educação Popular, e outros. Esse método ver-julgar-agir foi desenvolvido pelo padre belga, Joseph Cardijn, junto ao movimento operário em Bruxelas na década de 1920, e aplicado no Brasil a partir do movimento da Ação Católica em 1935, no Documento de Medellín (1968), de Puebla (1979), e documentos da CNBB. Na Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 15 de maio de 1961, pelo Papa João XXIII, que justificou o uso nas sugestões práticas:

> 235. Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as seguintes palavras: "ver, julgar e agir".

A promoção da conscientização social e política incentivada pelo Concílio Vaticano II e estar no meio do povo inspirada na Conferência de Medellín e TL, determinou a partir da década de 1970 a consolidação das CEBs como movimento relevante dentro da ICAR na América Latina. Comprometidas com os pobres através da luta pela transformação das estruturas opressoras existentes na região. As freiras dedicaram seus esforços defendendo os movimentos sociais como a organização de sindicatos rurais, a luta pela reforma agrária e direitos sociais básicos.

Apoiadas pela Arquidiocese as freiras e padres enfrentavam as perseguições e ameaças feitas pelos latifundiários, conforme Benevides[71] (1985, p. 15), descreve: “a ação violenta e traiçoeira do ‘Sindicato da Morte’ mantido, na Paraíba, segundo a tradição oral, pelos elementos dos grupos Velozo Borges e Ribeiro Coutinho, com a conivência e apoio concreto das autoridades governamentais”, famílias que detinham o poder econômico na região e proprietárias das terras.

Os militares designados para manter a ordem na região dos conflitos percebiam, nas ações humanitárias realizadas pelas freiras com o apoio da ICAR, ameaças à ordem estabelecida. Muitas freiras foram perseguidas e ameaçadas pelos latifundiários e monitoradas pelos Órgãos de Segurança conforme descrito nos arquivos do SIAN, o sistema de vigilância organizado pelo Governo Militar seguia de perto as atividades realizadas pelas freiras, muitas

[71]Dissertação de Cezar A. C. Benevides, sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, 1985. p. 15. A justificativa do SNI para investigar o autor: “Em suma, a tese de BENEVIDES é um amplo retrato da vida político-social da PARAÍBA e o detalhamento das condicionantes (miséria dos trabalhadores rurais e oligarquia dos grandes proprietários) que levaram ao surgimento das Ligas Camponesas a partir de 1958, bem como da participação da política e da Igreja em todo este universo”. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/85005672/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_85005672_d0001de0003.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

vezes descrevendo detalhes dos diálogos e eventos religiosos promovidos por elas. Como consta no relatório[72]:

> [...] Houve incitamento dos agricultores contra os patrões, proprietários, etc. A Madre Superiora desse colégio, ficou tão indignada que falou para o meu informante, 'como seria bom ter um oficial do Exército gravando essa reunião'. O Padre Kemple não dava palpite, ficava de lado satisfeito, rindo, com o seu trabalho que tinha produzido.

As atividades das freiras na Paraíba, orientadas pela Arquidiocese:

1. Socorro humanitário: recursos para alimentos, água, saneamento básico, redução da mortalidade infantil. A partir de 1964 a CNBB promoveu a nível nacional, a Campanha da Fraternidade no período da quaresma. Organizada a partir de textos eclesiais e marcada pelo gesto concreto de doação de valores em dinheiro através de envelopes exclusivos para a campanha, que direcionava o auxílio arrecadado para assegurar a vida da população excluída.

2. Frente educativa: alfabetização de jovens e adultos, ampliando o MEB (1961), usando o método Paulo Freire, conforme descrito no capítulo dois, precursor do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), organizado pelo governo militar brasileiro, instituído em março de 1968, com o objetivo de combater o método do MEB, desativado em 1971, que incentivava o aprendizado a partir da reflexão da vida concreta. O EJA é o sistema atual de alfabetização de adultos oferecido pelo Governo federal, não tendo participação da ICAR.

3. Conscientização de classe e organizações dos trabalhadores, as CEBs representaram um novo jeito de ser igreja na base. Educavam na fé e na luta social, com as letras dos cantos que descreviam a realidade vivida, promoviam a união dos grupos, organizavam mutirões de apoio nas áreas rurais e nas associações de moradores de bairros, construindo uma nova Igreja e nova sociedade.

4. Organização e conscientização política: promoção de movimentos sociais; luta por direitos estatais - saúde, educação, transporte e moradia – e por direitos políticos; incentivo a organizações sindicais de trabalhadores e cooperativas rurais; denúncias da esterilização de mulheres pobres sem consentimento; tendência de controlar as crianças pobres, evitando a proliferação de uma 'sub-raça' no Nordeste; e estímulo ao controle da natalidade por meio da BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil[73] (1965-1980).

---

[72]Página 75/79. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76099551/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099551_d0001de0002.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

[73]Menezes, Valderiza A. Evitando "a proliferação de uma sub-raça": as estratégias da BEMFAM na defesa do controle de natalidade (1965-1980). Mneme. Revista de Humanidades. v. 20 n. 43 (jan./jun. 2019). Disponível em: https://br.search.yahoo.com/yhs/search?hspart=sz&hsimp=yhs-002&p=benfan+bem+estar+da+familia&type= type80260-3574265482&param1=454329570. Acesso em: 10 mar. 2025.

Para concretizar os objetivos definidos, Dom José Maria Pires criou, em 1967, uma comissão denominada Ação Pastoral Arquidiocesana (APA), para atender a todos. Dentro da APA, um segmento voltado para Pastoral Geral atendendo as paróquias, e outro segmento voltado para os camponeses (Pastoral Rural), para os operários (Pastoral Operária), para os jovens (Pastoral da Juventude) e os pescadores (Pastoral dos Pescadores[74]), buscando a formação de uma nova Igreja e uma nova organização social.

Em 1969, organizou a Ação Pastoral Igreja Viva, tendo como líderes os padres Everaldo, João Maria Cauchi, Irmã Marlene, Irmã Verônica, leigos e leigas, que prosperou na região do agreste paraibano (Itabaiana, Ingá, Pilar, Mogeiro, São Miguel de Taipu, etc.), ocupando-se com questões sociais, questionava a realidade na qual a ICAR estava inserida.

Dentre as várias metas, destacou-se a dimensão humana, que se tornou libertadora. Nos pequenos grupos, como as CEBs, o povo tomava consciência da realidade e transformava em ações concretas. Escreveu Pereira (2012, p. 113), "Ação diante das mais diversas necessidades, como as dificuldades no campo educacional, a carência de grupos de alfabetização de adultos, problemas de falta ou má qualidade da água, limpeza de açudes e construções habitacionais". Exemplos de ações realizadas – mutirões para plantio ou colheita das lavouras e na construção de casas.

Já a Operação Gota D'água (1970), buscava soluções para as vítimas da seca em todo o estado da Paraíba, operação de cunho assistencial. Em conjunto com outros grupos da sociedade na obtenção de apoio financeiro, da UFPB com o projeto para tornar a água potável, e participação das dioceses de Campina Grande, Patos e Cajazeiras, essa ação não prosperou.

A Equipe de Promoção Humana (1971) atuava junto às comunidades da periferia da capital paraibana e em pequenas cidades do interior, suprindo a ausência do Estado nas áreas de educação, saúde e moradia. Em 1976, deu lugar ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba, que se destacou na defesa da reforma agrária. Apesar de o Brasil, como membro das Nações Unidas, ter aderido em 7 de abril de 1947 à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) - adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 -, a partir do Golpe Militar de 1964 esses direitos passaram por restrições gradativas até seu completo abandono em 1968, com o Ato Institucional n. 5.

Com o agravamento e violação dos direitos da população, Dom José Maria Pires fundou em 21 de abril de 1976, o CDDH na Arquidiocese de João Pessoa. Após oito anos de repressão,

[74]O Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP) iniciado em 1968, Olinda/PE, se espalhou para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1976, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida nacionalmente pela CNBB. Disponível em: https://cppnacional.org.br/node/3. Acesso em: 09 mar. 2025.

o Brasil passou a ter um centro paraestatal que vinha intermediar as demandas da população desassistida pelo Estado desde 1968. A Declaração dos Direitos Humanos foi incorporada à Constituição Cidadã de 1988 e ratificada em 25 de setembro de 1992, reafirmando o compromisso com os princípios e valores da Declaração da ONU, processo esse em que o país aceita legal e oficialmente os termos e obrigações do tratado internacional.

Atuando junto às CEBs, segundo o documento de Conclusão de Medellín (1968, p. 67), concebe essas comunidades como:

> A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na "comunidade de base", ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. (...) Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento.

Segundo Dom José havia mais de quatrocentas CEBs[75] na Arquidiocese, tanto na zona rural, quanto na periferia de João Pessoa e demais cidades, encorajando a formação de novos grupos para fortalecer uma nova consciência política de sua realidade, defendendo o compromisso político e reivindicação no campo das ideias.

Lutando de forma pacífica, por exemplo nas manifestações religiosas, como na Via Sacra celebrada no ano de 1976, classificada pelos Órgãos de Segurança[76], "atividades específicas da esquerda clerical nas localidades de Mogeiro, Gurinhém e Lucena, todas no estado da Paraíba", o texto religioso acrescentava a reflexão com a realidade local. Segundo o relatório confidencial[77] enviado ao SNI (1985, p. 5, item b):

> Formação Religiosa - Inclui reuniões e sermões onde, munidos de farta literatura e cânticos (Z7:C) despertam antagonismo entre rurícolas e os proprietários de terra. Nessas ocasiões, os pronunciamentos denotam o incitamento à luta armada conforme verifica-se em trechos de alguns cânticos os quais destacam-se:
>
> "Já chega de tanto sofrer
> Já chega de tanto esperar
> A luta vai ser tão difícil
> Na Lei ou na marra nós vamos ganhar".
> "Se a gente morrer nesta luta/o sangue será
> Uma semente/A vitória vamos conquistar/
> A história não falha/ E nós vamos ganhar".

[75]PASSOS, Mauro. Dom José Maria Pires - um eco em movimento. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, p. 1 - 11, 27 ago. 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/602271-dom-jose-maria-pires-um-eco-em-movimento. Acesso em: 21 mar. 2025.

[76]Assunto da primeira estação: "JESUS também foi chamado de agitador e subversivo pelos Agentes da Lei", assim relacionando as demais estações da Via Sacra. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095280/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095280_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

[77]Anexo livreto "Cantando e Lutando" editado em 1984, Equipe Nordeste I. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/85007041/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_85007041_d0001de0002.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

‘Caminheiros na estrada
Muita cerca prende o chão
Todo arame e porteira
Merecem corte e fogueira
São frutos da Maldição”.

Em 1985, no final da ditadura, ainda ecoavam as falas das Ligas Camponesas, extintas pelo Governo Militar em 1964. No entanto, os pobres organizavam-se em torno da ICAR, - único espaço onde não eram perseguidos, pois a instituição não podia ser atacada diretamente pelo regime.

A CPT desde seu início em junho de 1975, como pastoral da CNBB, teve destaque na defesa de conflitos agrários em todo o Brasil, nesse período a ICAR tinha forte influência no campo e contribuiu no congresso realizado em Brasília de 21 a 25 de maio de 1979, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 1963. Nesse congresso os trabalhadores reunidos diziam-se cansados de pedir a reforma agrária, nascendo a semente do futuro Movimento dos Sem Terra (MST), fundado em 1985 no Paraná.

Nas áreas rurais as freiras tiveram espaço para incentivar a consciência política desse povo que frequentava os pequenos grupos organizados pelas CEBs; sobretudo por meios dos círculos bíblicos, com o método ver-julgar-agir, refletindo o evangelho examinavam o dia-a-dia, identificavam as violações cometidas pelos poderes instituídos, incentivaram a luta por direitos, a organização comunitária e a formação de líderes nas próprias comunidades.

O testemunho missionário das freiras foi assinalado pela coragem e pela solidariedade com os empobrecidos, mesmo quando intimadas pelos órgãos de segurança para depoimentos, elas não renunciaram à missão. Sobre o advogado Wanderley Caixe, o relatório[78] SNI (1981, p. 28), descreve “O ‘jornaleco’ publica que as freiras vão depor hoje no DPF como agitadoras e termina o artigo com a seguinte afirmação: "Freiras e Padres são hoje as grandes preocupações dos Órgãos de repressão que não se conformam com a opção da Igreja pelos pobres”.

As freiras referidas acima são Irmã Tony e Irmã Marlene, que trabalhavam junto ao CDDH na defesa dos agricultores na região de Alagamar. Vivendo nas PCIs, entre as pessoas que sofrem diretamente com a exploração, tornaram-se símbolos de resistência nesse período da história do Brasil. Mesmo sendo monitoradas e perseguidas, as freiras continuaram acreditando no poder transformador da fé e das ações comunitárias desafiando o poder repressivo.

[78]Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82028628/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82028628_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

Com o passar do tempo, a ICAR está entre as instituições que mais combateram a Ditadura Militar, no entanto, o Regime Militar não a perseguiu abertamente, pois mesmo diante das tensões existentes em 1969, os bispos brasileiros estabeleceram um diálogo secreto com os militares que ficou conhecido como Comissão Bipartite, conforme Meirelles (2024, p. 8), criada em 1970 no Rio de Janeiro, "essa comissão era uma espécie de fórum secreto criado para estabelecer o diálogo entre lideranças católicas e a cúpula do regime militar", com a finalidade de abrandar a violência decorrente do Golpe de 1964 - intensificada com a publicação do AI-5 em 1968.

Entre os bispos que mais participavam das reuniões dessa comissão estavam: Dom Eugênio Sales (Arcebispo do Rio de Janeiro, nomeado Cardeal em 1969), Dom Lucas Moreira Neves (futuro Arcebispo de Salvador e Cardeal em 1988), Dom Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo, nomeado Cardeal em 1973), Dom Aloísio Lorscheider (Arcebispo de Fortaleza, nomeado Cardeal em 1976), entre outros, que foram investidos de poder político pelo Governo do Vaticano como Arcebispos e Cardeais (ministros e diplomatas do Estado do Vaticano), eles se pronunciavam e denunciavam casos de perseguições, mortes, torturas, desaparecimentos que ocorriam sob a tutela dos militares.

Segundo Pereira (2012, p. 107), em seu estudo sobre a atuação da ICAR durante a ditadura coloca: "Com posturas mais conciliatórias, outras progressistas e ainda outras mais conservadoras, a Igreja Católica se dividia e apresentava múltiplas faces de posicionamentos políticos", época em que a maioria da população professava o catolicismo. O Regime Militar perseguiu membros da igreja, bispos, padres e freiras, homens e mulheres leigos católicos que passaram a lutar em defesa dos direitos da população das periferias e do campo. Postura essa, que não diz respeito apenas à questão religiosa, mas às próprias concepções políticas que seus integrantes defendiam. Mainwaring (2004, p. 83), em sua pesquisa diz:

> A orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Interagem com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe.

A partir da convicção dos participantes e militantes leigos, como: Ophélia Maria de Amorim, advogada, defensora das Ligas Camponesas na Paraíba, Maria Celeste Vidal Bastos, professora; Eraldo Fernandes, médico e ex-militante do PCB; Glaucia Maria de Luna Ieno, estudante de medicina; Genaro Ieno, Psicólogo; são alguns exemplos de estudantes e profissionais de diversas áreas que contribuíram no processo de resistência à Ditadura Militar na Paraíba, colaborando com o trabalho missionário das freiras e expressando o

comprometimento com a justiça social durante o período da ditadura militar. Constituíram um capítulo da história da resistência à ditadura, tornando-se as vozes que clamaram pelos direitos dos desamparados na luta por um Brasil mais justo e igualitário.

3.1 APLAUSOS E APOIO AO GOLPE MILITAR

No início, a CNBB teve uma postura comedida ao apoiar o golpe militar, pois temia uma revolução comunista no Brasil. A posição da ICAR no Brasil em relação ao golpe militar de 1964 não foi unânime, manifestando diferentes posturas conforme setores e regiões do país. O contexto sociopolítico era marcado por profundas divergências e tensões ideológicas. Contudo, através de declaração da Comissão Central da CNBB - liderada por Dom Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina/MG -, divulgada em 02 de julho de 1964, setores da Igreja manifestaram apoio ao golpe[79], como barreira ao perigo comunista, alinhando-se ao discurso anticomunista então hegemônico na Santa Sé e no Ocidente.

Porém, essa postura foi se alterando à medida que o Regime Militar aumentou a repressão, cerceando e violando os direitos humanos. Na década de 1960, a ICAR, no Brasil, vivia um momento de transição. Parte do clero, influenciado pelo Concílio Vaticano II, e pelas encíclicas sociais: *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), do Papa João XXIII, e *Populorum Progressio* (1967), do Papa Paulo VI, começava a adotar uma postura crítica em relação às injustiças sociais e à concentração de riquezas.

Todavia, grande parcela da ICAR junto aos bispos conservadores, viam no comunismo, associado às reformas propostas pelo presidente João Goulart, uma ameaça real aos valores cristãos e à ordem social. Medo alimentado pela elite econômica, política e setores conservadores da sociedade brasileira. Com o passar do tempo e da intensificação da repressão com o uso de tortura pelos militares, muitos agentes da ICAR mudaram de posição.

Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, se tornou um dos mais importantes críticos da ditadura militar e defensor dos direitos humanos dentro e fora do Brasil, denunciando a violência e a tortura cometida pelos militares. Essas denúncias se tornaram contundentes após o Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar direto de Câmara, ser sequestrado, torturado e morto em Recife, na madrugada de 27 de maio de 1969[80]. A gravidade do fato

[79]Íntegra da declaração transcrita p. 147-149, in SOUZA LIMA, L. G. **Evolução Política da Igreja e dos Católicos no Brasil**. 1. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1979. v. 3000. 266 p.

[80]Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. p. 174. Acesso em: 12 fev. 2025.

despertou apoio de outros setores da ICAR que ainda se mantinham em silêncio em relação ao regime.

Indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz, em 1970, 1971, 1972 e 1973, sofreu intensa campanha do regime militar no exterior impedindo sua premiação. Apesar da pressão do Regime Militar sobre Dom Helder Câmara, este recebeu, em Oslo, em 10 de fevereiro de 1974, o Prêmio Popular da Paz[81], criado pela Liga Norueguesa da Juventude com apoio de outros movimentos, em contraposição à não concessão do Prêmio Nobel da Paz ao mesmo, recebendo diversas premiações internacionais e nacionais em honra a sua incansável luta pela defesa dos direitos humanos.

Na Paraíba não foi diferente das outras partes do país, a Arquidiocese liderada pelo bispo conservador Dom Mario de Miranda Villas-Bôas (1959-1965), seguiu as orientações da CNBB junto com parte do clero que assumiu uma postura simpática a intervenção militar, mas havia vozes dissonantes dentro da ICAR, que mais tarde se converteram em importante oposição e crítica ao regime.

Dom José Maria Pires, assume a Arquidiocese da Paraíba em março de 1966, na época adotou uma posição moderada seguindo a posição da hierarquia eclesiástica, mas com o agravamento da repressão no passar dos anos, destacou-se na posição contrária ao regime militar e ao apoio na defesa dos direitos humanos, contra a violência exercida pelo regime.

O mesmo não ocorre com a elite paraibana, que independente das mudanças no sistema político nacional, permanece no poder readaptando-se facilmente ao novo regime para continuar no controle da máquina estatal. A Paraíba, desde a década de 1950, buscou maior desenvolvimento econômico através da adesão às políticas nacionais de incentivo à industrialização, que se intensificaram com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, órgão federal que permaneceu ativo até 2001. Com sede no Recife, a instituição foi concebida pelo economista Celso Furtado e contou com atuação decisiva do sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira, que exercia o cargo de superintendente adjunto.

A autarquia, subordinada à Presidência da República, visava o desenvolvimento socioeconômico e a redução da desigualdade em relação às outras regiões do país, porém, com a mudança de regime em 1964, sua atuação não cumpriu os objetivos iniciais de mudança estrutural da economia nordestina.

[81]Disponível em: https://domheldercamara.org.br/premios/. Acesso em: 21 mar. 2025.

Pedro Moreno Gondim, advogado e político, um dos fundadores do Partido Social Democrata (PSD) em 1945, eleito vice-governador no período de 1956-1960, exerceu o cargo de governador interino de 1958 a 1960, sendo eleito governador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), assume o cargo em 1961-1965, com uma administração populista, período de avanço das forças populares e de esquerda. Segundo Cittadino (2006, p. 111), o governo procurou o diálogo com todas as áreas e organizações sociais e políticas inserindo-se no contexto nordestino:

> O estado assistiu à organização do movimento estudantil, ao crescimento da atuação dos sindicatos de trabalhadores do setor privado, a intensificação da atuação dos setores mais progressistas da imprensa local, e, fundamentalmente, ao avanço da mobilização camponesa, seja da ala vinculada às Ligas Camponesas, seja da vinculada aos sindicatos rurais. A todos esses setores, com os quais mantinha canais de diálogo permanente, o governo Pedro Gondim propiciou espaço de atuação e desenvolvimento, o que lhe garantiu, por parte da UDN, redobradas e contundentes críticas.

O início da década de 1960, era de forças conservadoras, as oligarquias latifundiárias da zona açucareira dominavam a economia e a política com o partido União Democrática Nacional (UDN), os militares descontentes com a situação nacional uniram-se a essas forças e formaram uma articulação conjunta de civis e militares, comprometendo a administração do governador; impossibilitado de atender as demandas populares e as reivindicações dos latifundiários e das oligarquias udenistas com maior poder de pressão, rompendo definitivamente com as forças progressistas no final de 1963, seu governo ficou marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais.

De acordo com Araújo (2020, p. 28), "o Governador Pedro M. Gondim, pressionado pelas forças aliadas conservadoras, se posicionou a favor do golpe em 01 de abril de 1964, apoiando os militares, o que garantiu sua permanência à frente do Governo do Estado e sua liberdade". Dessa data em diante, instauram-se as perseguições aos líderes de movimentos sociais rurais e urbanos na Paraíba. Os prefeitos e políticos que se manifestaram contrários ao golpe tiveram seus mandatos cassados: Agassiz Almeida, deputado estadual; Geraldo Camilo, prefeito de Mulungu; Antônio Mariz, prefeito de Souza; Newton Rique, prefeito de Campina Grande; Antônio Fernandes de Andrade, prefeito de Rio Tinto.

Estes representam apenas alguns exemplos de perseguições documentadas no relatório da CEV-PB[82]. Na realidade, qualquer manifestação de oposição ao golpe militar configurava motivo para cassação dos direitos políticos do cidadão por tempo indeterminado. A imprensa paraibana, por sua vez, posicionou-se favoravelmente ao regime, solidarizando-se com o

[82] Disponível em: https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final. Acesso em 23 fev. 2025.

Governador Gondim e com as forças militares. Seus periódicos não apenas endossaram o golpe, como também promoveram os movimentos que o legitimaram, destacando-se as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade, organizadas em João Pessoa em 09 de abril de 1964 e diversas outras nas cidades do interior[83]. Tais eventos revelavam o sentimento anticomunista que predominava e o caráter cívico-religioso das mobilizações.

Essas manifestações foram promovidas pelo Movimento de Arregimentação Feminina do estado da Paraíba (MAFEP), com o apoio da ICAR, da Associação Comercial de João Pessoa, da Federação do Comércio do estado da Paraíba e outros, para enfatizar apoio ao novo regime. Conforme Silva (2019, p. 46), "De mães, esposas, donas de casa e religiosas, as mulheres consideradas de família na Paraíba assumiram também o cenário público em nome da família tradicional brasileira". Elas carregavam faixas que exaltavam a atuação dos militares e enalteciam a vitória da Democracia contra o Comunismo, em nome de Deus. Totalizando vinte manifestações entre os meses de abril a junho de 1964.

A frente da Arquidiocese de João Pessoa, Dom Mário de Miranda Villas-Bôas, bispo conservador, não se mobilizou para combater às denúncias de perseguições e maus-tratos contra sindicalistas no estado da Paraíba em 1964[84]. Foi a partir de 26 de março de 1966, com a posse do Bispo Dom José Maria Pires (1965-1995), que iniciaram mudanças na postura da ICAR paraibana em relação às ações da Ditadura Militar, passando a defender os oprimidos e suas lideranças que sofriam perseguições políticas.

Desde o início do Golpe Militar, as lideranças sindicais e estudantis, professores universitários, membros das Ligas Camponesas e do PCB foram perseguidos e vigiados, e na tentativa de sobreviver buscaram abrigo no anonimato e em regiões distantes, muitas vezes sem sucesso. O período foi marcado por ameaças e terror contra os militantes, uma vez que os órgãos de investigação militar os perseguiam, como atestam os depoimentos do relatório final da CEV-PB/2017. As associações e organizações populares eram rigidamente vigiadas pelo regime, que as considerava suspeitas de envolvimento com ideais comunistas e, portanto, passíveis de eliminação.

O Regime Militar realizou intervenções na UFPB, substituindo o Reitor Mário Moacyr Porto (abril/1960-abril/1964), e demitindo professores considerados subversivos nas escolas estaduais e municipais. Alguns exemplos retirados do relatório da CEV-PB/2017. Os

[83]SILVA, Rosicleide H. Golpe civil-militar: apoio de estudantes, mulheres e imprensa. Tese (Doutorado) – UFPB/Educação – João Pessoa, 141 f. 2019. p. 46.

[84]Disponível em: https://cev.pb.gov.br/audiencias/perseguicao-aos-sindicalistas-pela-ditadura-1. Acesso em: 18 nov. 2024.

professores Rui Gomes Dantas, Ângela Maria Bezerra de Castro e Carlos Alberto Farias de Azevedo foram demitidos e afirmam que o objetivo foi atingir a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), em colégios estaduais e na universidade.

A Universidade da Paraíba, demite os Professores Catedráticos e Interinos, Francisco de Assis Lemos de Souza e Luiz Hugo Guimarães, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba e Agassiz de Amorim e Almeida, da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Em vários sindicatos os dirigentes foram substituídos por indicações de confiança dos militares.

Foram alvos de intervenção na zona rural da Paraíba as Ligas Camponesas (LC) e os sindicatos rurais, cuja principal bandeira era a reforma agrária e o direito à terra para os pequenos agricultores. A LC foi identificada como organização de comunistas e de resistência armada contra os latifundiários da região e contra o regime político instalado. Em muitos casos os usineiros expulsaram e tomaram as casas e as terras desses pequenos agricultores que viviam em seus latifúndios há gerações, num sistema muito semelhante ao feudalismo. Conforme Araújo (2020, p. 33), em sua pesquisa sobre a memória e resistência das lideranças sindicais e sociais que sofreram perseguição do regime identifica:

> O deputado Estadual Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba; o sapateiro, militante do PCB e organizador da Liga de Sapé, João Alfredo, mais conhecido por 'Nêgo Fuba'; e Pedro Inácio de Araújo, também conhecido por 'Pedro Fazendeiro', militante em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os líderes sindicais Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro permaneceram meses detidos no 15º Regimento de Infantaria do Exército em João Pessoa. Quando libertados em 7 de setembro de 1964, desapareceram[85] sem deixar vestígios - seus destinos jamais foram esclarecidos. Francisco de Assis Lemos, Deputado Estadual preso no Recife e levado para Fernando de Noronha em abril de 1964 após sofrer torturas físicas e psicológicas, foi liberado. Em depoimento à CNV-PB, durante Audiência Pública realizada em Sapé em 2 de setembro de 2014, afirmou que os dois líderes mencionados (Nêgo Fuba e Pedro Fazendeiro) estavam presos junto com ele.

O clero conservador faz oposição ao Arcebispo, segundo Pereira (2012, p. 86), "Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, que segundo o próprio Arcebispo, era alinhado ao poder político vigente. [...] os padres não nutriam grandes afetos pelo Arcebispo, pois este tentava implementar mudanças no ambiente eclesial à luz das resoluções conciliares". No entanto,

[85]Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/joao-alfredo-dias/. Acesso em: 12 fev. 2025.

houve um grupo de padres e freiras favoráveis às reformas nas práticas pastorais sociais e aberta à participação do povo que aos poucos foi ganhando força.

Dom José Maria Pires combateu a repressão e o autoritarismo do regime em suas homilias, palestras e cartas enviadas às autoridades; mesmo conhecendo o risco de prisão, manteve-se firme na luta pelos direitos de lideranças políticas, sindicais, estudantis, comunitárias, etc., agindo como mediador nos conflitos, minimizando ou evitando o abuso de poder por parte dos militares.

O Governador da Paraíba, João Agripino (1966-1971), muitas vezes solicitou sua presença durante os conflitos para atuar como mediador. Por exemplo, em 02 de abril de 1968, após a celebração da missa em memória do jovem Edson Luís Lima Souto, assassinado no Rio de Janeiro em 28 de março deste ano. Conforme Pereira (2012, p. 93), "a celebração estava repleta de estudantes que haviam combinado uma manifestação de protesto contra o regime ditatorial ao final da missa". Durante a manifestação os policiais agrediram estudantes e populares, quando Dom José foi chamado, ligou para o governador João Agripino que resolveu o impasse com a polícia, e os estudantes foram para suas casas.

Dom José Maria Pires, aos poucos, ganhou o título de bispo subversivo, ao mostrar-se progressista em seus discursos e no seu apoio à Dom Hélder Câmara. Assumindo o compromisso da Igreja com os pobres, reconhecia na população oprimida a busca pela libertação; afirmava a necessidade de promover a organização do povo cristão em pequenas comunidades de fé, de culto e de amor. Essa prática o tornou um desafeto dos militares.

Nesse período inspirado na TL, passa a incentivar a criação das CEBs – com o objetivo de aproximar ainda mais a Igreja da sociedade, priorizando a população carente. Com coragem assinou, juntamente com os demais bispos do nordeste e superiores provinciais, o documento: Eu ouvi os clamores do meu povo[86], de 06 de maio de 1973, que denunciava a situação de abandono do povo nordestino.

Na Paraíba, inicialmente, o apoio da sociedade ao golpe se deu, principalmente pelo temor ao governo anterior, de João Goulart, pudesse ter consolidado a revolução comunista. Políticos e empresários conservadores viam os militares como uma força estabilizadora. Contudo, com o aumento da repressão e perseguição de opositores políticos e da censura, ampliou a insatisfação e o descontentamento da população em diversas áreas. No campo

[86]Documento dos Bispos do Nordeste. **Eu ouvi os clamores do meu povo**. Salvador: Editora Beneditina, 1973. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/Eu_Ouvi_os_Clamores_do_meu_Povo-1.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

religioso, a postura de Dom José Maria Pires representava uma resistência que, ao passar do tempo, se consolidou como uma voz crítica à ditadura no Nordeste.

Pode-se afirmar que o apoio ao golpe militar de 1964 na Paraíba, à semelhança do ocorrido no resto do país, envolveu uma combinação de fatores políticos, econômicos, sociais e religiosos. Setores conservadores - incluindo segmentos significativos da ICAR - compreenderam a intervenção militar como um mecanismo necessário para a preservação da ordem social estabelecida. Mas quando a violência e as violações dos direitos humanos ficaram visíveis, muitos líderes religiosos se opuseram ao regime.

A Paraíba destacou-se a nível nacional na defesa da reforma agrária por meio da Arquidiocese de João Pessoa. Os conflitos agrários, intensificados com a criação das Ligas Camponesas em 1958 no município paraibano de Sapé, tiveram como marco trágico o assassinato do seu principal líder, João Pedro Teixeira, em 1962. Essa violência política se prolongaria por décadas, como evidenciado pelo assassinato de Margarida Alves, presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, em 1983. Esses casos emblemáticos serão analisados em detalhes no item 3.2 a seguir.

A relação entre a ICAR e o Golpe Militar de 1964, na Paraíba, reflete a complexa diversidade de posições dentro da própria Igreja. Embora muitos líderes eclesiásticos tenham inicialmente apoiado o golpe, preocupados com o avanço do comunismo, outros como Dom José Maria Pires, expressaram resistência importante ao autoritarismo que ganhava força nos anos subsequentes, especialmente com o endurecimento do regime militar. Dom Marcelo Carvalheira também foi uma dessas personalidades combativas frente ao progressivo abuso de poder na Paraíba.

3.2 BISPOS, PADRES E RELIGIOSOS NA MIRA DA DITADURA

Desde a implantação do regime militar os membros da ICAR foram observados de perto pelos órgãos de investigação. Nos arquivos produzidos encontrou-se muitos nomes de padres, freiras e leigos, porém a maioria das vezes nomeavam apenas os bispos que consideravam progressistas ligados aos movimentos sociais e CEBs. Quando se referiam aos demais religiosos era de forma genérica: padres e freiras, dificultando a identificação se essas pessoas eram realmente religiosos/as ou apenas leigos/as que se dedicavam às causas sociais.

Dentre os padres que atuavam com a juventude católica, destacaram-se em João Pessoa: Juarez Benício e Marcos Trindade, e em Campina Grande: João Batista Filho e Itan Pereira, todos perseguidos de acordo com o relatório final da CEV-PB (p. 431). Há inumeráveis

registros nos documentos confidenciais produzidos pelo SNI, DOI/CODI que carecem de uma organização e sistematização, o que dificultou a pesquisa e a identificação dos mesmos.

Outros órgãos na Paraíba que faziam parte da rede de informações do Regime Militar, repetem confusamente as mesmas informações, no entanto, isso reflete a preocupação e a vigilância do regime militar sobre a participação da ICAR na sua atuação junto aos pobres na defesa dos direitos humanos, nos conflitos sociais, pela reforma agrária, etc., como consta no "Relatório elaborado, em 1980, pelo SNI", transcrito na CEV-PB (2017, p. 530):

> Na área de jurisdição da ARE/SNI (AL, PE, PB e RN)[87], os problemas fundiários no estado da Paraíba afloram com preponderância acentuada, face os seguintes aspectos:
> a)orientação do clero, dito progressista, sob a liderança marcante do Bispo D. JOSÉ MARIA PIRES ("DOM PELÉ") que, em seu trabalho de base, estimula ao máximo os trabalhadores das propriedades rurais a se organizarem para desenvolver a luta em busca do reconhecimento do direito à posse da terra. Para isso, a própria legislação vigente é simplesmente ignorada, derrotando o direito de herança;
> b) desenvoltura extremada da atuação de religiosos estrangeiros na agressão ao Governo, seja através de ação pessoal, seja através de publicações oficiais da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, que, inclusive, procura achincalhar as mais altas autoridades da República. Contam, inclusive, com a colaboração de marxistas recentemente anistiados. Além disso, pregam a luta de classes, provocando graves incidentes.

O caminho pastoral que Dom José Maria Pires escolheu seguir na Arquidiocese da Paraíba consolidou-se através de diversos projetos sociais, entre eles destacaram-se: Igreja Viva, CEBs, Operação Gota d'água e Equipe de Promoção Humana, que se transformou no Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), em 1976, entre outros. Todas essas iniciativas foram apoiadas por padres, freiras e leigos, muitos deles vieram de outras regiões e países convidados pela ICAR conforme descrito no capítulo anterior.

O projeto da Arquidiocese que teve projeção nacional foi o CDDH, onde atuavam o Frei Hermano José (Joseph Hermann Curten, alemão), frei Anastácio, Padre João Maria Cauchi (John Marie Cauchi, maltês), o bispo auxiliar Dom Marcelo Pinto Carvalheira, a Irmã Marlene e Irmã Tony. Os registros produzidos pelo SNI relacionam diversos nomes nos quais se identificam integrantes ligados às ações de resistência organizadas através do CDDH.

Nos documentos disponíveis no SIAN, encontram-se diversos nomes de padres e religiosos citados em vários relatos, como: Padre Adriano (Adrian Cornelis Smits, holandês), Padre Cristiano, Padre Leônidas, Padre José Floren, Padre Conrado, Padre Leonardo (Leonardus Theodorus Vissers, holandês), Padre Hildon Bandeira, Padre Jakson, Padre Williams, Padre Antônio Armando Kemple, Padre Juarez Benício Xavier, Padre Everaldo Peixoto, Padre José Trigueiro do Vale, Padre Luiz Albuquerque Couto, Padre Noé de Oliveira

[87] As palavras escritas em "Letras Maiúsculas" são transcrição fiel dos documentos do SNI.

Azevedo, o cônego Eurivaldo Tavares (capelão da Polícia Militar), Padre Celestino Grillo, Padre Joseph Jules Comblin, Padre Luigi Pescarmona, Padre Dirk Cecile Paul Corneille Segal (belga), Padre Mauro Carli (italiano), Padre Julião (Giuliano Pellegrino, italiano), Padre Albino Donati (italiano), os padres italianos estavam ligados à Diocese de Cajazeiras.

Na pesquisa, a análise de dados revela que os assuntos ligados à Igreja Católica na defesa dos direitos humanos, conforme divulgado pela imprensa, encontram-se vinculados à figura do arcebispo Dom José Maria Pires. É raro encontrar registros publicados pela mídia referentes à atuação de padres individuais, ou mesmo das Dioceses de Campina Grande, Patos e Cajazeiras - sufragâneas da arquidiocese de João Pessoa. Desse modo, observa-se que a representação midiática da ICAR no contexto paraibano concentra-se na liderança do arcebispo, fato que explica a cobertura jornalística dedicada às suas ações em detrimento de outros agentes eclesiásticos.

O conteúdo dos arquivos registrados como confidencial pelos órgãos oficiais de segurança refere-se aos religiosos monitorados pelo regime considerados progressistas. Os nomes dos padres acima elencados foram encontrados em jornais, arquivos da Arquidiocese da Paraíba e arquivos do SNI, disponíveis através do SIAN digital.

3.3 FREIRAS MONITORADAS

Ao iniciar essa pesquisa sobre a atuação das freiras no estado da Paraíba buscou-se informações junto ao arquivo da Fundação José Américo, que recebeu a custódia de documentos produzidos pelos órgãos de investigações CIPS e DOPS no período de 1964 a 1985. Para encontrar nomes das freiras usou-se os seguintes termos buscadores: irmãs, freiras, religiosas, missionárias, monjas, congregação. Outros nomes foram encontrados no relatório final da CEV-PB, tanto em depoimentos feitos pelas próprias freiras que trabalharam no período quanto em testemunhos de outros depoentes ligados à Arquidiocese de João Pessoa.

Por fim, encontrou-se nomes junto aos relatórios do SNI, disponíveis no SIAN digital. Porém, como descrito na relação de nomes, as informações estão imprecisas, poucos registros contém o nome completo ou o nome da Congregação Religiosa que pertenciam. Alguns nomes que os órgãos de investigação relacionam como freiras ou irmãs religiosas, eram leigas que participavam de atividades sociais promovidas pela ICAR. A presença das freiras nos movimentos de oposição e resistência ao regime militar, tem sido pouco estudado pela historiografia até o presente momento, sabe-se pouco do trabalho efetivo das religiosas e quem eram essas mulheres.

Na história escrita, os padres e os bispos com frequência ocupam as narrativas sobre a Igreja durante a ditadura; quanto às freiras, outras religiosas e leigas, elas ficaram relegadas a um papel secundário, mesmo quando protagonistas nas lutas contra a opressão por meio da organização de ações efetivas. Como exemplo, a organização das CEBs, a promoção de grupos de formação e apoio às lideranças sindicais, a luta em defesa da reforma agrária, programas de alfabetização, entre outros.

A presença delas nas manifestações, passeatas e atividades de conscientização política desafiava não só o regime militar, mas também a estrutura hierárquica patriarcal da própria ICAR. No relatório produzido pelo SNI/Recife[88] de 10 de janeiro de 1980, contém diversos recortes de jornais que relata conflitos de terra na Paraíba, destacando a presença dos Bispos Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara na região e reproduz o pedido de habeas-corpus impetrado por Dom José Maria Pires a favor das Irmãs Marlene e Tony, que comprova a importância da presença e atividade das mesmas nos movimentos junto a população oprimida.

Nas comunidades, as freiras assumiram funções antes reservadas aos padres, como administração de paróquias e dos sacramentos, com exceção da confissão e consagração (exclusivos da ordem sacerdotal), ou seja, nem outros homens não ordenados poderiam ministrar. As freiras redefiniram os limites entre comprometimento político e religioso, impulsionando a transformação social e a resistência ao autoritarismo entre 1964 e 1985. Esse tema ganha relevância ao evidenciar o papel do gênero feminino na oposição à ditadura e, consequentemente, no desafio à hierarquia patriarcal da ICAR.

As freiras, amiúde vistas como figuras submissas, surgem como agentes ativas na luta por justiça e liberdade. Algumas de suas histórias registradas nos documentos e depoimentos da CEV-PB, livros, teses e dissertações acadêmicas, revelam a complexidade de sua atuação e os riscos assumidos no período. Nas imagens a seguir (Figura 01) é visível a mudança externa de como as freiras se adaptaram às mudanças sociais.

Com o incentivo do Concílio Vaticano II, as freiras passaram a participar ativamente da sociedade, ingressaram em universidades e tornaram-se profissionais qualificadas em diversas áreas, como: professoras, advogadas, médicas, assistentes sociais, psicólogas, enfermeiras, jornalistas, teólogas, entre tantas outras demandas. Também é visível a mudança no vestuário, a substituição dos hábitos, característicos de cada instituição, por outros mais leves, conforme o clima do local e que as profissões exigiam. Nas imagens (Figura 01), abaixo, (retiradas da

[88]Diversos recortes de jornais publicados na Paraíba e Recife. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/80000898/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_80000898_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 maio 2025.

internet), a título de exemplo, a fundadora da Congregação de Santa Doroteia na Europa e as irmãs no Brasil atualmente.

Figura 02 - Adaptação das freiras Dorotéias as mudanças sociais



Santa Paula Frassinetti (1809-1882) | Grupo de Irmãs Cong. Santa Doroteia Retiro Espiritual /SP – 2010 | Irmãs Santa Doroteia Autazes/AM – 2020

Ao explorar a trajetória dessas mulheres, este trabalho busca discorrer sobre o legado de resistência. Como parte integrante da memória coletiva da ditadura, as freiras representam um exemplo de coragem e compromisso com os valores humanos, inspirando as pessoas a lutar por uma sociedade justa e igualitária. A seguir, relaciona-se os nomes das freiras/irmãs que trabalharam junto a população paraibana citados nos arquivos confidenciais[89] produzidos pelos agentes dos órgãos de segurança do regime militar.

- De acordo com arquivos do DOPS - Paraíba

1 – Irmã Consuelo (SDQ)

2 – Irmã Felicidade

3 – Irmã Maria Salete Horácio da Silva

4 – Irmã Tonny (Antônia Maria Van Han) – Holanda – Cong. Franc. Santo Antônio

- De acordo com o Relatório da CEV-PB

5 – Irmã Marlene Burgers (Holanda) – Cong. Franciscana Santo Antônio

6 - Irmã Ana Maria Theresia Melman

7 - Irmã Maria do Socorro Batista - APT

[89]Relação de nomes e sites consultado. A tabela (Anexo A), apresenta a relação dos sites consultados durante a pesquisa, organizados em ordem numérica, com a indicação do nome da freira, local do registro: Arquivos Dops/PB –Acervo José Américo, CEV-PB e respectivo endereço eletrônico.

- De acordo com os arquivos do SIAN

8 – Irmã Maria Valéria Rezende – Cong. Cônegas de Santo Agostinho

9 – Irmã Maria Dolores Cordeiro de Melo

10 – Irmã Almeida

11 - Irmã Carmelita – Congregação Santa Doroteia

11 – Irmã Albertina Ferreira da Silva

12 – Irmã Ana Cesar Bonfim

13 – Irmã Veronica Soares de Oliveira

14 – Irmã Tânia Maria de Sousa

15 – Irmã Adélia Carvalho - salesiana

16 - Irmã Doralice – Cong. Irmãs de Santa Doroteia

17 - Irmã Genoveva Carmelita Schottz – Cong. Irmãs de Santa Doroteia

18 – Irmã Hermínia Freire de Almeida – Cong. Irmãs de Santa Doroteia

19 - Irmã Ana Cesar Bonfim

20 - Irmã Eugênia Ribeiro da Silva

21 - Irmã Leônia – Campina Grande

22 - Irmã Ester – Cong. Irmãs de Santa Doroteia

23 – Irmã Humbertina Lijnen – Cong. Irmãs de Caridade Mãe de Misericórdia

24 - Irmã Johanna Sofia Maria Van Vliet – Holanda – Cong. Ir. C. Mãe Misericórdia

25 – Irmã Maria Cornelia Donkers – Holanda - Cong. Ir. Caridade Mãe de Misericórdia

26 - Irmã Nilza Montenegro – Cong. Irmãs Santa Doroteia

27 – Irmã Sarita ou Zarita (Maria Izair de Albuquerque Furtado)

Essa relação certamente é incompleta: inúmeras vezes, os relatórios enviados ao SNI pelos órgãos de vigilância referiam-se às freiras de forma genérica, omitindo seus nomes e mencionando apenas locais e atividades realizadas. Em contraste, indicavam os nomes dos homens com quem elas conversavam, enquanto as mulheres raramente eram citadas. Ressalte-se ainda que os arquivos ainda estão em processo de organização. É provável que futuras consultas revelem mais nomes e informações - inclusive porque os arquivos da Arquidiocese frequentemente as identificavam apenas como ‘irmãs’ ou ‘freiras’.

Embora os dados tenham sido registrados de forma incompleta, a maioria das freiras pertenciam as grandes congregações que se estabeleceram na Paraíba, como: Congregação das Missionárias Franciscanas de Santo Antônio, Congregação das Franciscanas de Dilligens,

Congregação das Irmãs da Caridade Mãe da Misericórdia, Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti, entre outras.

3.4 PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA

Dom José Maria Pires defende e incentiva o trabalho das freiras inseridas nos meios populares (PCIs). Elas assumiram um papel de resistência apoiando os movimentos sociais, comunidades marginalizadas e vítimas da violência do regime. Engajadas em causas como a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores e a defesa dos presos políticos. As freiras não colaboraram apenas na inclusão social através da articulação das diversas pastorais idealizadas pela Arquidiocese junto às CEBs, muitas vezes de maneira silenciosa e invisibilizada, mas, também, enfrentaram a resistência dos poderes instituídos que reprimiam os movimentos sociais de organização política e sindical, isto é, converteram à fé em ação política.

Através das pesquisas nos arquivos, relacionados acima, muitas freiras foram observadas e nomeadas pelos órgãos de inteligência do governo militar, como ver-se-á a seguir. Registre-se a dificuldade na identificação das religiosas, pois os órgãos do governo militar que pertenciam ao SNI e que produziam esses relatórios usavam palavras genéricas como: irmãs, freiras, missionárias; descrevendo suas atividades, quais grupos de pessoas encontravam, assuntos tratados, etc., sem citar seus nomes ou as congregações a que pertenciam.

Pode-se interpretar essa forma de registro de quatro maneiras:

1) O sistema de informações do regime era negligente sobre as informações internas da religião, não buscavam informações mais precisas para não se exporem e inviabilizando a identificação dos seus agentes;
2) A identidade religiosa das freiras era tão forte que sua alcunha ou nome social já era suficiente para seu reconhecimento, caso alguma ação estatal ou punitiva fosse necessária;
3) O vínculo religioso dos agentes de informações, que muitas vezes eram desqualificados para esse tipo de atividade, deixava-os vulneráveis a escrúpulos ou talvez houvesse desinteresse em detalhar a situação das freiras subversivas;
4) As mulheres (freiras) não eram vistas como uma ameaça real frente a misoginia social da época que inferiorizava o papel e o poder social do gênero feminino.

Entre os vários arquivos sobre as atividades do bispo, há um prontuário[90] de quatorze páginas que relata as principais atividades de Dom José Maria Pires, no período de 01-04-1968 a 27-04-1975, enviado ao Ministério da Justiça em 30 de maio de 1975, que se refere à equipe auxiliar do bispo de forma genérica, identificando apenas uma freira, conforme consta no Arquivo do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal (1973):

> [...] 03-12-74 O epigrafado fez uma pregação, sob o tema: "Evangelização, Através das Comunidades de Base", por ocasião do Jubileu de Prata da Diocese de Campina Grande/PB. INFÇÃO 9/74/ASI/TELINCRA REG 11054/73.
> Informe (A-l) recebido nela DSl/MJ, dá conta que MARIA IZAIR DE ALBUQUERQUE FURTADO "irmã Zarita" viaja constantemente para Campina Grande e João Pessoa/PB, a fim de manter contato com o epigrafado (D. José Maria Pires). Ultimamente, teria sido observado em sua zona de atuação atos terroristas como: incêndios em canaviais e explosões de bombas caseiras. PB 220/75 DSI/MJ REG 15742/74 – p. 7
> [...] Mar-75 - No Seminário Miramar, em João Pessoa/PB, têm sido promovidas concentrações, jornadas espirituais e outros movimentos, sob a responsabilidade. Entre os frequentadores do referido Seminário, encontra-se MARIA CELESTE VIDAL BASTOS, indiciada no IPM Rural/NE e denunciada. A referida viaja sempre com D. JOSÉ MARIA PIRES para o sul do País e para se disfarçar usa, às vezes, roupas masculinas com gravatas, perucas e bigode postiço. MARIA CELESTE trabalha com duas freiras, não identificadas, de origem holandesa, fazendo pesquisas no campo com agricultores. INFÇÃO 138/SR/DPF/PE/75 REG 6150/73 – p. 12
> 04-75 APRECIAÇÃO [...] 0 epigrafado através "AS PASTORAIS", sobre a sigla de "Pastorais Rurais", leva a todos os recantos do estado da Paraíba seus ideais esquerdistas, valendo-se de seminaristas, estudantes, padres estrangeiros, freiras e adeptos diversos. INFÇÃO 52/75 SR/DPP/PB – p. 14.

O relatório enumera as atividades de Dom José Maria Pires de forma aleatória, não segue a cronologia dos fatos, apenas descreve encontros e locais de forma sucinta. Percebe-se que há vácuos de informações inclusive referentes ao clero que era monitorado continuamente. Quanto as freiras, a única identificada no prontuário é: Irmã Zarita ou Irmã Sarita; os demais documentos que fazem parte desse arquivo que contém trinta e duas páginas, dentre eles há a Quarta Carta Pastoral, divulgada em 05 de março de 1976, com a instrução para todos os padres lerem-na durante as celebrações do segundo domingo da Páscoa, mobilizando toda comunidade envolvida para defesa dos direitos humanos e sobretudo à reforma agrária.

Nessa Carta Pastoral[91], apenas a Irmã Marlene é citada, ficando conhecida em todo estado, quando relata uma visita à propriedade Mata da Vara, no município de São Miguel de Taipu; essa carta refere-se ao sofrimento dos agricultores e a preocupação da Arquidiocese e seus colaboradores divulgada no período pascal e foi incluída em diversos relatórios produzidos

[90] Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0423/br_rjanrio_tt_ 0_ mcp_pro_0423_d0001de0001.pdf. p. 7 a 14. Acesso em: 15 fev. 2025.

[91] Quarta Carta Pastoral, divulgada em 05 de março de 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/ acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097082/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097082_d0001de000 1.pdf. (p. 17 a 19). Acesso em: 12 fev. 2025.

pelos órgãos de segurança nos arquivos militares. Também, a mídia deu ampla divulgação ao fato ocorrido, gerando interesse nacional ao conflito, conforme descrito no relatório do SNI (nota rodapé 81).

Outro exemplo dessa dificuldade é o relatório SNI[92], de maio/1976, que identifica e cita os nomes de Dom José Maria Pires (Arcebispo de João Pessoa), Dom Marcelo Carvalheira (bispo auxiliar de João Pessoa), Dom Manuel Pereira da Costa (bispo de Campina Grande), e do padre João Maria Cauchi (pároco no município de Mogeiro/PB); em onze páginas, repetiram vinte vezes a palavra: freira, sem escrever uma única vez o nome de qualquer uma delas apenas referindo-se a: freiras missionárias ou freiras estrangeiras[93], descreveram detalhes das suas atividades, locais e as pessoas que encontraram, quando eram do sexo feminino apenas escreviam: mulheres, mas, quando eram do sexo masculino, citavam os nomes e funções que exerciam.

Não identificar a mulher, mostra o descaso que as autoridades masculinas tratavam as trabalhadoras que lutavam por dignidade, dificultando a identificação na busca por mulheres desaparecidas ou violentadas, pois nem sequer havia registros com os nomes próprios. Período em que no Brasil as mulheres ainda eram identificadas pelo nome do pai ou do marido, não possuindo identidade própria.

Alguns exemplos da violência aplicada às mulheres paraibanas: Maura Pires Ramos, estudante sequestrada em 1968, torturada no sítio Granja do Terror em Campina Grande/PB e em Recife/PE; Elizabeth Teixeira lutou na Liga Camponesa e após a morte do marido João Pedro Teixeira em 1962, viveu 17 anos na clandestinidade no interior do Rio Grande do Norte, com o nome de Marta Maria da Costa e com a anistia em 1979, retornou à Paraíba; Margarida Alves, líder do Sindicato Rural de Alagoa Grande/PB, assassinada em 12 de agosto de 1983.

As freiras também sofreram perseguições conforme relatório[94] enviado SNI, em 10 de janeiro de 1980, com anexo recorte do jornal: O Norte - João Pessoa/PB, edição de 03 janeiro de 1980, cuja manchete é: Alagamar: polícia prende freira e espancam agricultor novamente. Descrevendo a situação dos agricultores intimidados pela polícia militar e a prisão do agricultor Cícero Tiburtino e da Irmã Marlene Burgers, o bispo Dom José Maria Pires e o Governador do

[92]Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/76097859/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76097859_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

[93]Os agentes de segurança usam como sinônimos as palavras “missionárias” e “estrangeiras”, visto que a maioria das freiras que atuavam na região vinham do exterior, não distinguiam o que era “ser missionária”, e nem identificavam se eram freiras brasileiras vindas de outras regiões.

[94]Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/80000898/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000898_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

Estado Tarcísio Burity foram chamados e chegando a Pilar ambos foram soltos, ficaram detidos por algumas horas.

No mesmo relatório o Jornal do Comércio, de 05 janeiro de 1980, relata a detenção da Irmã Tonny Van Ham e o frade paraibano João Batista Sales que ficaram horas detidos na delegacia de Itabaiana; conforme declarou a freira após serem liberados, de acordo com Ham (1980, p. 1), que era "ordem do Secretário de Segurança para impedir a entrada de estrangeiros na região, o que foi feito pelo destacamento". Era a segunda freira holandesa detida pela polícia na semana.

Dom José, também declarou em 05 de janeiro de 1980, para o Jornal do Comércio que "mesmo com a 'ordem de impedimento' as freiras continuarão visitando as famílias e trabalhando na região de Alagamar". É notável que as freiras são insignificantes para os agentes de segurança, e, por isso, não citam seus nomes; mas as suas ações são perigosas, isto é, o diálogo, a reflexão sobre a realidade era subversão no entendimento dos militares, a ponto de serem proibidas de frequentarem a região de Alagamar. Para evitar novos impedimentos, conforme jornal: O Norte, de 10 de janeiro de 1980, anexo ao relatório SNI/Recife, o Bispo impetrou habeas-corpus para Irmã Tony e Marlene terem o direito garantido de circular livremente em todo território da Paraíba.

Nos relatórios dos Órgãos de Segurança da Paraíba enviados ao SNI no arquivo[95], registram-se apenas atividades cotidianas das freiras - como exercício pastoral e assistência social - e interações comunitárias, conforme exemplifica este trecho do relatório SNI (1976, p. 20 a 23):

> 3. No Município de GURINHEM/PB, a atuação do clero "progressista" também se faz sentir, embora seja menos acentuada. Diversas freiras missionárias atuam nos municípios mais carentes de recursos, ensinando religião e artesanato.
> 4. Em LUCENA/PB, [...] também foram constatadas reuniões na sede da Colônia dos Pescadores, onde os associados se reúnem, normalmente, uma vez por mês. Foi apurado que nessas reuniões não comparecem pessoas estranhas, a não ser representantes da Capitania dos Portos ou da SUDEPE. As freiras missionárias, residentes no Município, visitam os pescadores de casa em casa, pregando o evangelho e ensinando artesanato aos seus familiares. Nessa oportunidade, aconselham os pescadores a usarem rede de malha pequena, para que não morram de fome. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucena/PB, que não possui sede, solicita, às vezes, a sede da Colônia dos Pescadores para realizar suas reuniões. Em algumas reuniões do Sindicato, foi observada a presença das freiras missionárias, que também visitam os rurícolas em suas casas, ensinando religião e artesanato.
> 5. Os municípios da região do brejo paraibano estão sob a jurisdição da Arquidiocese da PARAÍBA e Diocese de CAMPINA GRANDE, dirigidas por D. JOSÉ MARIA PIRES e D. MANUEL PEREIRA DA COSTA, respectivamente. Esses prelados, além de D. MARCELO PINTO CARVALHEIRA, Bispo Auxiliar da Diocese da

[95]Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76094785/ br_ dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76094785_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

> PARAÍBA, seguem a linha "progressista" do clero, no que são acompanhados, em grande parte, pelos sacerdotes e freiras da região. (grifo nosso).

Assim, com exceção dos relatórios referentes aos conflitos de terra ocorridos na Paraíba, amplamente divulgados pela imprensa, em que as freiras Irmã Tonny, Irmã Marlene e Irmã Zarita foram citadas, os demais relatórios produzidos pelos órgãos de segurança do regime militar limitam-se a mencioná-las de forma impessoal. Contudo, essa mesma impessoalidade revela a fundamental importância do trabalho pastoral e social desenvolvido pelas freiras entre 1964 e 1985 no auxílio às populações marginalizadas pelo sistema.

Como destacado no relatório acima, a principal atuação das freiras concentrava-se no apoio à subsistência, por meio do ensino de atividades práticas - como artesanato, pesca, e outras técnicas de sobrevivência - que capacitam as comunidades vulneráveis. Essa atuação silenciosa, representava uma dupla resistência: ao suprir necessidades básicas que o estado negligenciava, as freiras não apenas desafiavam a ordem autoritária, mas também concediam as comunidades através do conhecimento prático - uma forma de educação libertadora que evocava as premissas da Teologia da Libertação.

Em outros arquivos foi observado que as CEBs sofriam vigilância constante, com a participação de funcionários do governo disfarçados, durante os encontros e celebrações promovidos pelos líderes das comunidades. As freiras[96] participantes das PCIs, muitas vezes identificadas nos relatórios como: essas moram aí, ou apenas, residentes no município, nota-se que as freiras deveriam ser muito conhecidas pela população, pois os agentes de segurança não se preocupavam em escrever o nome e endereço das mesmas, em caso de necessidade não teriam dificuldades de encontrá-las.

As reuniões e visitas nas casas dos moradores que as freiras realizavam nas comunidades em que estavam inseridas tinham como objetivo principal o apoio, através de várias ações: orientação à saúde, à alimentação, à formação de hortas comunitárias, o artesanato, a alfabetização, o diálogo incentivando a união e ajuda mútua entre a população, além das leituras bíblicas por meio dos círculos bíblicos, discorriam sobre os problemas comuns na busca de soluções e avanço no bem-estar comunitário. Ações, que para os agentes militares, representavam risco à segurança do regime.

Ao encerrar este capítulo, cumpre registrar a insuficiência documental, uma evidente lacuna de fontes sistematizadas sobre a atuação das freiras no período em estudo. A

[96]Expressões usadas em diversos relatórios. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76094785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76094785_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

documentação disponível revela-se incompleta sob muitos aspectos: ausência de registros nominativos de muitas freiras submetidas a vigilância, carência de relatos sobre os desafios enfrentados em seu trabalho pastoral, e o apagamento sistemático de suas conquistas. E os arquivos privados das congregações religiosas, cujo acesso - fundamental para esta pesquisa - está condicionado a autorizações institucionais específicas e custodiados em suas sedes administrativas (Casa Provincial ou Casa Mãe) em seus respectivos estados de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se alcançar o objetivo geral da pesquisa, isto é, descrever sobre a atuação política e de resistência e dar visibilidade ao trabalho das freiras durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) junto às CEBs inspiradas pela Teologia da Libertação no estado da Paraíba. Para isso, utilizou-se a revisão bibliográfica realizada nos arquivos indicados na introdução, destacando a influência da TL no engajamento das religiosas na luta em defesa dos oprimidos. Apresenta-se também um breve panorama da origem e formação das Congregações Religiosas Femininas no Brasil, bem como do contexto social nordestino e da adaptação às mudanças sociais ocorridas.

Para compreender a formação da Vida Consagrada Feminina no Brasil desde o início da colonização, descreve-se de forma sucinta a organização das Ordens Religiosas Femininas na ICAR e os movimentos de transformação interna dessas ordens em meados do século XX, que, conforme análise da autora Nunes (1985), culminaram na formação das PCIs, isto é, pequenos grupos de freiras que optaram por viver em comunidades periféricas excluídas pelos poderes instituídos. Por fim, analisa-se a ação missionária das freiras no Nordeste, com ênfase na atuação política dessas freiras durante o Regime Militar (1964-1985).

Observa-se que, no contexto inicial da colonização, as mulheres religiosas encontravam-se reclusas em conventos e recolhimentos, dedicando-se à vida contemplativa e à educação de meninas, com sua atuação fortemente condicionada pelo modelo patriarcal vigente. A ICAR definia os papéis de gênero, reforçando a ideia de que o lugar da mulher era no espaço privado, submissa e dedicada aos cuidados domésticos.

No entanto, a educação oferecida a essas meninas representava uma forma indireta de afirmação, pois lhes permitia acesso ao conhecimento e à alfabetização - algo raro para a maioria das mulheres do período. Embora essa educação estivesse voltada para a formação religiosa e moral, ela abria portas para que algumas mulheres questionassem seu papel na sociedade e buscassem outras formas de expressão.

Portanto, embora a luta das mulheres tenha ocorrido dentro de um sistema patriarcal e religioso opressor, ela não deve ser subestimada. A busca por autonomia, ainda que limitada, representou um passo importante na árdua jornada das mulheres brasileiras por igualdade e reconhecimento. Essas primeiras formas de resistência e afirmação demonstra que, mesmo em condições adversas, as mulheres encontraram maneiras de se expressar e lutar por seus direitos. No período colonial, o Convento da Conceição da Lapa (1733), na Bahia, marcou o início da organização das CRFs no Brasil.

Com a mudança do regime em 1889 e a consequente transformação em Estado laico, as congregações religiosas femininas adaptaram-se ao novo contexto político. Durante a República, essas instituições foram convocadas a expandir suas atividades, assumindo as áreas da educação, saúde e assistência social. Tornaram-se pilares na criação de escolas, orfanatos e hospitais, contribuindo para a formação de uma rede de apoio aos excluídos e suprindo as lacunas deixadas pelo poder público.

Considerando a invisibilização desse trabalho social - que reflete a tendência histórica de desvalorizar as contribuições das mulheres, especialmente quando associado às funções consideradas femininas ou religiosas, constata-se, ao examinar cuidadosamente, que as freiras foram protagonistas em áreas essenciais para o desenvolvimento moral e cultural do país. Reconhecer e valorizar essa história revela-se fundamental para uma compreensão mais justa e completa do papel dessas mulheres na construção da sociedade brasileira.

Desse modo, as CRFs não apenas preservaram a fé católica ao longo dos séculos, mas também se consolidaram como agentes transformadoras na sociedade. Sua trajetória histórica reflete tanto a resistência quanto a capacidade de adaptação, constituindo-se como um legado importante para o Brasil até final do século XX. A atuação missionária das freiras no Nordeste brasileiro entre 1964 e 1985 revela-se significativa, num período de profundas transformações sociais, políticas e religiosas na região. Para as populações marginalizadas, a vida consagrada dessas freiras teve impacto equivalente ao trabalho desenvolvido pelos sacerdotes católicos.

Para compreender a importância dessas missões, foi essencial contextualizar os anos 1950 e 1960, período marcado por intensa urbanização, migrações internas e o surgimento de movimentos sociais que contestavam as desigualdades estruturais do país. Nesse cenário, a ICAR, influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência de Medellín (1968), reorientou sua conduta no Brasil, em particular no Nordeste, região marcada pela pobreza e exclusão social. Essas novas diretrizes concretizaram-se na inserção nos meios populares periféricos, materializada através da criação das CEBs, das PCIs e das diversas pastorais sociais.

Desse modo, as CEBs consolidadas na década de 1970 desenvolveram uma forma de organização comunitária que articulava fé e ação política, possibilitando a conscientização das camadas mais pobres da população. No Nordeste, essas comunidades transformaram-se em espaços de resistência e luta por direitos, contando com a participação ativa dessas freiras que atuavam diretamente nas pequenas comunidades. Por sua vez, as PCIs promoveram nos meios populares uma educação conscientizadora, combinando: alfabetização pelo método Paulo Freire, o cuidado com a saúde das famílias carentes e a articulação junto aos órgãos públicos

em defesa da justiça social, demonstrava uma atuação que ia além das práticas religiosas tradicionais.

Para além das CEBs, as freiras organizavam ativamente as lutas comunitárias através de: práticas quaresmais (Campanha da Fraternidade, Via Crucis); romarias dedicadas aos santos padroeiros locais (incluindo a Romaria da Terra, desde 1978); liturgias populares (Ofício Divino, Angelus radiofônico); e na organização de mutirões para colheitas, preparo da terra, construção de moradias e outras práticas de ajuda mútua. Além disso, suas formas de protesto incluíam cantos litúrgicos cujas letras - ao retratar a miséria do povo e suplicar ajuda divina - constituíam-se em poderosas denúncias sociais.

Essa atuação periférica consolidou as freiras como agentes transformadores, cultivando consciência crítica e coletiva. Um exemplo foi a atuação das Irmãs de Caridade Mãe de Misericórdia, no município de Santa Rita. Em 1964, fundaram uma escola em Cruz do Deserto (atual bairro Alto das Populares). Durante as visitas domiciliares, constataram a elevada mortalidade infantil por causas preveníveis: desidratação, diarreia, más condições de higiene. Diante dessa realidade, realizaram capacitação em saúde básica (soro caseiro, fervura da água para consumo e higiene alimentar). Organizaram grupos de jovens e idosos com atividades de politização, visando fortalecer a autonomia comunitária.

A relevância da ação das freiras na Paraíba pode ser medida pelo impacto das mudanças que tiveram nas comunidades atendidas, na construção de redes de solidariedade e resistência durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Assim, asseguraram espaços de liberdade para os vulneráveis, legando um exemplo de luta. Sua missão concretizou o ideal cristão ao servir os mais pobres. Essa memória deve inspirar novas gerações no compromisso com a transformação social e de autonomia comunitária.

O objetivo central desta pesquisa consistiu em analisar atuação política e os mecanismos de resistência das freiras durante o Regime Militar (1964-1985), com enfoque em três eixos principais: (1) o apoio às lutas camponesas pela posse da terra, marcado por tensões agrárias, onde as Ligas Camponesas - que até 1964 lideram a luta por reforma agrária e direitos trabalhistas - foram brutalmente reprimidas pelo golpe militar, sendo posteriormente substituídas por Sindicatos Rurais controlados pelo máquina estatal; (2) as iniciativas de educação popular e alfabetização de adultos; e (3) as práticas de saúde comunitária e luta pelo direito à moradia, que caracterizaram seu engajamento social.

A relação entre a ICAR e o Regime Militar foi inicialmente de apoio ao golpe de 1964, mas evoluiu para um cenário de confronto e resistência. Essa mudança ocorreu especialmente com a atuação das freiras nas comunidades pobres, engajadas na luta pelos direitos humanos, e

com a criação do CDDH, em 1976, voltado à defesa dos direitos cassados. As principais ações promovidas pelas pastorais sociais, incentivadas por Dom José Maria Pires, foram a defesa de comunidades rurais e urbanas despojadas.

O avanço do regime ditatorial (1964-1985) transformou a ICAR na Paraíba em alvo de perseguição política, agravada pelo engajamento das freiras nas lutas por direitos sociais das comunidades pobres periféricas - atividade associada à subversão e ao comunismo pelos órgãos de repressão. A ação estatal combinava mecanismos de controle, como: censura, perseguições políticas e vigilância permanente, prisões arbitrárias, monitoramento das atividades do clero, das freiras e leigas/os.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a perseguição política às freiras paraibanas assumiu contornos específicos: enquanto sofriam detenções e ameaças por denunciar crimes da ditadura, sua atuação em espaços sacralizados (que gozavam de relativa imunidade policial) viabilizou modos próprios de resistência. Elas transformaram instituições eclesiais em locais de proteção aos perseguidos, combinando discrição estratégica com firme compromisso social construindo redes de solidariedade e apoio a população.

Nesse sentido, a atuação política das freiras na Paraíba, durante a ditadura militar, foi ato de resistência corajoso, que não se intimidou com o monitoramento e as perseguições das autoridades do Regime Militar. A inserção das religiosas nos meios populares e o trabalho na defesa dos direitos humanos as colocaram em oposição ao regime. A resistência silenciosa e discreta foi fundamental para a manutenção de espaços de liberdade e para a defesa da dignidade humana em um contexto de extrema repressão. O legado dessas mulheres continua a inspirar a luta por justiça e democracia no Brasil.

No entanto, essas mulheres freiras não foram em nenhum momento homenageadas, sequer pela própria hierarquia eclesiástica, tanto que os arquivos diocesanos foram apagados ou simplesmente omitiram suas informações, deixando uma lacuna nos registros que aos poucos estão desaparecendo da memória e da história paraibana. Observa-se nos diversos arquivos pesquisados que seus nomes, quando registrados, eram feitos de forma incompleta, dificultando a identificação. Os trabalhos realizados, quando divulgados, sempre citavam primeiro o nome do Bispo ou padre, reforçando a posição secundária da mulher, independente da sua liderança.

Em síntese, a pesquisa contribuiu para compreender a formação social brasileira e a luta pela liberdade das mulheres desde o início da colonização, para além dos casamentos determinados por interesses patriarcais. Entre outras alternativas, destacam-se a opção religiosa e a constituição de espaços como os recolhimentos, que surgiram como substitutos aos conventos tradicionais, então proibidos. Esclareceu-se assim a trajetória percorrida até o início

da República, quando se abriram as portas para a vinda de dezenas de CRFs da Europa, proporcionando às mulheres novas opções de escolhas e autonomia profissional - ainda que restrita a determinados setores da economia, como educação, saúde e assistência social.

É necessário frisar que o trabalho não é definitivo, mas pode contribuir para novas pesquisas que aprofundem ainda mais o trabalho social das freiras na Paraíba. Hoje, quarenta anos após o fim da Ditadura Militar, o tema carece de estudos e de registros sobre a história dessas mulheres. Importante registrar, também, que as mudanças ocorridas na sociedade no final do século XX, e na ICAR, provocaram uma crise de vocações religiosas femininas e deve-se continuar pesquisando como as instituições religiosas femininas estão se reorganizando nesse novo milênio.

A pesquisa demonstra a histórica invisibilização das freiras paraibanas durante o regime militar em dois aspectos - quantitativa (expressivo número de atuações) e qualitativa (fragmentação documental) - e que se desdobra em três eixos problemáticos identificados: (1) dispersão do acervo, com fontes separadas entre arquivos estatais (documentos de vigilância) e congregacionais (registros internos); (2) o viés historiográfico que privilegiou estudos sobre lideranças episcopais masculinas, como Dom José Maria Pires, ocultando a atuação das mulheres; (3) a natureza discreta da resistência, operando em espaços semiprivados (colégios, paróquias e comunidades) dificultou o registro formal de suas ações.

Como direções futuras para novos estudos, destacam-se: (1) investigação sistemática em arquivos congregacionais (com as devidas autorizações); (2) realização de história oral com freiras idosas e ex-estudantes; (3) análises comparativas com outros estados e regiões brasileiras; e (4) desenvolvimento de estudos de gênero sobre formas eclesiásticas de resistência feminina.

Este estudo evidencia como a resistência discreta das freiras - nas interfaces entre a esfera do espaço privado e eclesial - reconfigurou o próprio conceito de oposição política em contextos ditatoriais. Sua trajetória silenciada questiona os paradigmas tradicionais da historiografia sobre o regime militar, requerendo novas abordagens que valorizem o protagonismo feminino religioso como força política substancial, embora realizada nas lacunas de uma aparente conformidade institucional historicamente masculina e patriarcal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lorena. C. História da Educação no Brasil. **ESCOLA Educação**, 2015. Disponível em: https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/. Acesso em: 13 out. 2024.

AQUINO, M. de. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião e gênero. Artigos • **Cad. Pagu** (42) • Jan-jun. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420393. Acesso em: 19 mar. 2024.

ARAÚJO, Claudemberg M. S. **Memória e Resistência: A participação da Igreja Católica paraibana no combate ao golpe militar de 1964**. 2020. 66 f. Monografia (Graduação de Licenciatura em História) - CCHLA - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ARNS, Paulo. E. **O que é Igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 141 p.

AZZI, Riolando. **A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983. 216 p.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria. V. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. in: AZZI Riolando. **A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 24-60.

BARROS, W. da S. A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas conferências de Medellín e Puebla. **ESPAÇOS - Revista de Teologia e Cultura**, v. 27, n. 1, p. 69–80, 2019. Disponível em: https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/576. Acesso em: 29 nov. 2024.

BENEVIDES, C A. R. **CAMPONESES EM MARCHA.** Estudo das Ligas Camponesas Paraibanas (1960 - 1964). 1985. 243 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/85005672/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_85005672_d0001de0003.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

BENTES, A. L. A.; et al. **A Situação da Mulher na Europa Moderna**. Alfenas 2019, p. 12. Cap. I. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/wp-content/uploads/sites/11/2019/03/Mulher Idade Moderna.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BEOZZO, José. O. Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil de 1870-1930. In: AZZI, R. **A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 85-129.

BEZERRA, Juliana. Marquês de Pombal. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/marques-de-pombal/. Acesso em: 13 out. 2024

BITTENCOURT, Agueda. B. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-posições**, Campinas, 2017. v. 28(3), p. 29–59. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0117. Acesso em 11 mar. 2024.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder: Ensaios de eclesiologia militante**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 472 p.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil (25 de março de 1824)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Diário Oficial da União **União Nacional dos Estudantes (UNE)**. Seção 1 - 13/2/1942, Página 2253 (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4105-11-fevereiro-1942-414724-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Medida contra as ordens religiosas**. Circular emitida em 19 de maio de 1855. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180852/000351685_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 set. 2024.

BRITO, Luciana S. MULHERES MIGRANTES E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: Um estudo de caso sobre a Congregação das Irmãs Franciscanas no Brasil. 2022. **ESTUDIOS HISTÓRICOS** – CDHRPyB - Año XIV – julio, 2022 - Nº 27. Uruguay. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/27/eh27U12.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

CALADO, Alder J. F. **Movimentos Sociais, Estado e Educação, no Nordeste: estudos de experiências no meio rural**. João Pessoa: Ideia, 1996. 154 p.

CARNEIRO, Júlio C. M. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora UNB, 1981. 125 p.

CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006. 424 p.

COMBLIN, J. Situação Histórica do Catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 574–601, 1966. DOI: 10.29386/reb.v26i3.5005. Disponível em: https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/5005. Acesso em: 17 mar. 2024.

COMISSÃO Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - **CEV-PB.** 2017 - Disponível em: https://www.cev.pb.gov.br/relatorio-final. Acesso em: 05 mar. 2024.

CORBELLINI, Dom Vital. Vocação: Chamado do Senhor e Resposta humana. **Vatican News**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-08/vocacao- chamado-do-senhor-e-resposta-humana.html#_ftn1. Acesso em: 10 out. 2024.

COSTA, D. M. V.; ARAUJO, G. C. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra**. 2011. Disponível em: https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0126.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

COSTA, Portocarrero. **Ação Católica**. Rio de Janeiro, Ed. ABC ltda, 1937. Disponível em: https://ia802205.us.archive.org/34/items/acaocatolicaconc00cost/acaocatolicaconc00cost.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 304 p.

DE ALMEIDA, A. J. *Lumen Gentium*: a transição necessária. **Revista Encontros Teológicos**, v. 19, n. 3, 2016. p. 5-41. Disponível em: https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/445. Acesso em: 23 ago. 2024.

FERNANDES, Cláudio. "Quantos golpes de Estado houve no Brasil desde a Independência?" **Brasil Escola**, [S. l.]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historia/quantos-golpes-estado-houve-no-brasil-desde-independencia.htm. Acesso em: 19 nov. de 2024.

FIORENZA, Elisabeth S. **Discipulado de Iguais**: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação. Tradução: Yolanda Steidel Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995. 404 p.

GARCIA, Bruna de O. **Espaço de fé e relações de poder: O Recolhimento feminino de Santa Clara de Sorocaba (1800-1850)**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9570505. Acesso em: 11 out. 2024.

GOHN, Maria da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.

GOHN, Maria da G. Os movimentos sociais na conjuntura social e política. Entrevista de: WOLFART, Graziela e FACHIN, Patrícia. **IHU-Unisinos**, Edição 325, p. 10-11. 2010. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br//media/pdf/IHUOnlineEdicao325.pdf. Acesso: 24 out. 2024.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. 277 p.

HAM, Antônia M. V.; et al. **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar**. João Pessoa: Ideia, 2006. 390 p.

HAUCK, João F. A Igreja na emancipação (1808-1840). In: **História da Igreja no Brasil**, Tomo II/2. 2. ed. Beozzo, José O. (Org.). Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11-139.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia (1550-1800)**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasi**l. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBGE - **Recenseamento do Brasil de 1872** – Biblioteca IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477. Acesso em: 01 out. 2024.

ISTAN, Liamara P., et al. O Processo de Favelização no Panorama Histórico Brasileiro. In: **XX Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ**, anais 2015. Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta/RS. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2015. Acesso em: 26 out. 2024.

LAJE, Ana C. P; MEDEIROS, Thiago G. Uma Missão sem Fronteiras: Gabriel Malagrida e a Fundação de Recolhimentos Femininos na América Portuguesa (1735-1754). **Dimensões - Revista de História da UFES**. Vitória, n. 50, p. 67-88. Disponível em: file:///C:/Users/ Samsung/Downloads/6.+Uma+miss%C3%A3o+sem+fronteiras.pdf. Acesso : 03 out. 2024.

LAJE, Ana C. P. Práticas de escrita e de leitura no convento de Santa Clara do Desterro da Bahia (séculos XXII e XVIII). **Notandum**, Ano XXI, n. 47 maio - ago. 2018. Porto, Portugal. 2018. Disponível em: http://www.hottopos.com/ notand47/06_lage.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

LAJE, Ana C. P. Apontamentos acerca dos recolhimentos femininos. UFMG, 2022. p. 49-64. In: **Os Recolhimentos Femininos no Mundo Ibérico (séculos XVI-XIX)**. Coord.: Maria Marta Lobo de Araújo Braga (PT). Editado por: Lab2PT. 2022. Disponível em: https://lab2pt.net/publications/2022-os-recolhimentos-femininos-no-mundo-iberico-seculos-xvi-xix. Acesso em: 11 out. 2024.

LAJE, Ana. C. P. Dos Conventos e Recolhimentos para os Colégios de Freiras: As Diferenças da Educação Feminina Católica nos Séculos XVIII E XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 32 n. 03 p. 47-69, Jul.-Set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ edur/a/WkN55LLFDzJKrQ8vKQVrHnj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 jun. 2024

LEÃO, Naiara. Feministas Medievais? As mulheres que buscaram a independência com a religião. **Plurale,** 2018. Disponível em: https://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=16248&codSecao=. Acesso em: 14 out. 2024.

LIMA, Luiz G. S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. 266 p.

MEIRELLES, Renata. Notas sobre a atuação da Igreja Católica durante a Ditadura Militar: a formação das comunidades eclesiais de base na região da baixada fluminense (1964-1988). São Paulo: **Lua Nova**, 121, e121027rm, 2024. 27 p. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ 0102-001027rm/121. Acesso em: 01 out. 2024.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 213 p.

MURAYAMA, Eduardo T. **A pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo**. 2010. 275 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Arte da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2010. p. 91-98. Disponível em: https://1library.org/article/recolhimento-santa-teresa-carmelitas-paulo-convento-igreja-carmo.ye3w3j1q. Acesso em: 01 out. 2024.

NOGUEIRA, A. R.V.; COSTA, J.J.S. A Opção Preferencial pelos Pobres a partir de Puebla. **Logos & Cultura**. Fortaleza, v. 1, n. 2, 2021. p. 26-45. Disponível em: https://ojs.catolica defortaleza.edu.br/index.php/logosculturas/article/view/27. Acesso em: 30 nov. 2024.

NOVAES, Regina R. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 p.

NUNES, Maria J. R. **Vida Religiosa nos Meios Populares**. Petrópolis: Vozes, 1985. 297 p.

NUNES, Maria J. R. Freiras no Brasil. In: **História das Mulheres no Brasil**. Del Priore, Mary (org.). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 482-509.

NUNES, Maria J. R. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Ponto de Vista, Rev. Est. Fem**. 14(1). 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100016. Acesso em: 20 set. 2024.

NUNES, Rui. Ângela Merici, o Renascimento e a Educação. **Suplemento Literário**. O Estado de S. Paulo, São Paulo. 1974. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v2n1/v2n1a05.pdf. Acesso em 21 jun 2024.

OLIVEIRA, Amanda D. As constituições do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda e de Santa Tereza no Rio de Janeiro colonial: Um panorama geral. **XXIX Simpósio de História Nacional**. 2017. Disponível em: https://concepcionistascampomaior.com/história-da-ordem/. Acesso em: 07 out. 2024.

PACHECO, Paulo H. S. A Ordem Beneditina e o Governo: acordos e conflitos na Corte Imperial. **Diálogos**: Revista Discente da Pós-Graduação em História, [S. l.], v. 4, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23044. Acesso em: 23 set. 2024.

PEREIRA, José C. A Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo. **Rever**, n. 3, a. 3. 2003. p. 67 - 98. Disponível em: https://www4.pucsp.br/rever/rv3_2003/t_pereira.htm #footnote7nota. Acesso em: 25 out. 2024.

PEREIRA, Vanderlan P. O. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política de Dom José Maria Pires de 1966 a 1980**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História), - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5994/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

POUSA, Cecília S. Sobre a história das Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular (PCIs) – CRB – Regional Recife. **Teologia Nordeste**, Recife, 2015. Disponível em: https://teologianordeste.net/publicacoes/artigos/122-sobre-a-historia-das-pequenas-comunidades-inseridas-no-meio-popular-pcis-crb-regional-recife.html. Acesso em: 01 dez. 2024.

REZENDE, Maria V. V. **A Vida Rompendo Muros: Carisma e Instituição. As Pequenas Comunidades Religiosas Femininas Inseridas nas Comunidades do Nordeste**. 1999. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 1999. Disponível em: http://bdae.org.br/jspui/handle/123456789/2738. Acesso em: 10 ago. 2024.

REZNIK, Luís; MIRANDA, Mario A. B. O.; MATTOS, Pablo O. Das massas e dos eleitores: povo, democracia e disputa política 1950-1960. Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v. 13, n. 32, jan./abr. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0209. Acesso em: 08 ago. 2024.

RIBEIRO, Genes D. Deus e as escolas nas ruas: a imprensa paraibana e as marchas pela ‘Revolução Vitoriosa’ nas cidades da Paraíba – 1964. João Pessoa: **Revista Temas em Educação**, v. 24, p. 132-148, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/ 81631534/ Deus_e_as_Escolas_Nas_Ruas_A_Imprensa_Paraibana_e_as_Marchas_Pela_Revolu%C3%A 7%C3%A3o_Vitoriosa_Nas_Cidades_Da_Para%C3%ADba_1964. Acesso em: 04 mar. 2025.

RODRIGUES, Maria J. L. **Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. 2010, 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação em São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2010. Disponível em: https://1library.org/document/ye9jkerq-educacao-feminina-no-recolhimento-do-maranhao-redefinir-instituicao.html. Acesso em: 03 out. 2024.

SALEM, Helena (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

SANTOS COSTA, I. Os Bispos Nordestinos e Criação da CNBB. **Interações**, 2014, 9 (15), 109-143. ISSN: 1809-8479. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id= 313031807009. Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

SIAN. **Relatório Especial Informações n. 0134/1 17/are/80**. 10 jan. 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/80000898/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_80000898_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 mai. 2025.

SIAN. **Processo DICOM n° 58.671 30/05/1975.** Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0423/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0423_d0001de0001.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

SIAN. **Questões fundiárias na Paraíba – Dom José Maria Pires**. 13 abr. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/ acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097082/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097082_d0001de0001.pdf. (p. 17 a 19). Acesso em: 12 fev. 2025.

SIAN. **Intranquilidade no meio rural da Paraíba**. 21 mai. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76094785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76094785_d0001de0001.pdf. Acesso em 12 fev. 2025.

SIAN. **Intranquilidade no meio rural da Paraíba**. 16 jun. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097859/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097859_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Ivo P. O papado de Pio IX e a dinamização transcontinental do anticlericalismo oitocentista: ecos no parlamento imperial brasileiro. Guarulhos: **Almanack**, n. 26, ed. 00619, 46 p., 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-463326ed00619. Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, Scheyla T. A Regra Primitiva e as Constituições das Religiosas Descalças do Convento de Santa Tereza: Aplicadas no final do século XVIII. p. 15, 2019. **XXIX Simpósio Nacional de História**. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953096_774a3c4fb217e7418a8b7e728e7d93fe.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, Valéria K. M. **Dos sindicatos dos padres à igreja viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no brejo paraibano da década de 1960. 2020**. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20299/1/Wal%C3%A9riaK%C3%A1ssiaMartinsDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

SIQUEIRA, G. P.; BAPTISTA, P. A. N.; TEODORO-SILVA, W. A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 50, p. 648-676, 31 ago, 2018. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841. 2018v16n50p648/13557. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOUZA, Ney. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. São Paulo: **Revista Cultura Teológica** – v. 14, n. 55 – Abr./Jun. 2006. p. 39-59. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15033. Acesso em: 15 out. 2024.

THERRIEN, Silvia M. N.; et al. Contribuição das Irmãs da Caridade na Assistência à Saúde e no Desenvolvimento da Enfermagem no Ceará. **Encontro Internacional História, Memória, Oralidade e Culturas do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS)**. Ceará, 2012, 18 p. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos_completos/52-5981-03102012-232810.pdf. Acesso em: 23.06.24

TRINDADE, Josefa C.**COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - Uma Instituição a serviço da formação de professoras em Bananeiras (1940 – 1970)**. 2017. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras - PB, 2017. Disponível em: https://www.ufpb.br/heb/contents/arquivos/itens-de-pesquisa/2018colegio-sagrado-coracao-de-jesus2019-2013-uma-instituicao-a-servico-da-formacao-de-professoras-em-bananeiras. Acesso em: 07 out. 2024.

VAMHAGEN, Francisco A. **História Geral do Brazil**. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Alvara_regio_de_4_de_abril_de_1751.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

VEN, Úrsula V.; CARVALHO, Ernando L. T. **Vida e Missão: 50 anos de presença evangelizadora das Irmãs de Caridade da Mãe de Misericórdia no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2013. 213 p.

VIEIRA, Evaldo. **Estado de Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel de 1951 a 1978**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987. 240 p.

ZANON, Danrlei. Perfectae Caritatis e a vida consagrada. Concílio Vaticano II – 60 anos depois. © 2023 **CNBB Sul 3**. Disponível em: https://cnbbsul3.org.br/a-missao-dos-leigos-segundo-a-apostolicam-actuositatem/. Acesso em: 24 ago. 2024.

Documentos Eclesiásticos

Carta Encíclica *IN EMINENTI APOSTOLATUS SPECULA*, do Sumo Pontífice PAPA CLEMENTE XII. Roma, 1738, Disponível em: https://www.veritatis.com.br/in-eminenti - apostolatus-specula-clemente-xii-04-05-1738/. Acesso em: 29 set. 2024.

Carta Encíclica *DIVINIS REDEMPTORIS* do Sumo Pontífice PAPA PIO XI. Roma, 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi _enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 27 out. 2024.

Carta Encíclica *MATER ET MAGISTRA* do Sumo Pontífice JOÃO XXIII. Roma, 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii _enc_15051961_mater.html. Acesso em: 10 mar. 2025.

Carta Encíclica *PACEM IN TERRIS* do Sumo Pontífice PAPA JOÃO XXIII. Roma 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii _enc_11041963_passe.html. Acesso em 30 nov. 2024.

Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). Papa Pio IV. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/. Acesso em: 12 abr. 2025

Decreto *AD GENTES* do Sumo Pontífice Papa Paulo VI. Roma 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 27 out. 2024.

Decreto *PERFECTAE CARITATIS* do Sumo Pontífice Papa Paulo VI. Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/ vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html. Acesso em: 24 ago. 2024.

Documento Eclesiástico. **As Ordens Terceiras, ou como ser um religioso mesmo fora dos conventos**. Sumo Pontífice Papa Honório III, 1221. Disponível em: https://www. vidaefecatolica.com.br/l/as-ordens-terceiras-da-igreja-ou-como-ser-um-religioso-mesmo-fora-dos-conventos. Acesso em: 02 out. 2024.

Documento de Medellín – texto integral. Medellín, Colômbia, 1968 – p. 73. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

Documento de Puebla. 1979, Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Puebla-1979-3CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

Documentos do Concílio Vaticano I. Papa Pio IX 1870. Disponível em: https://www.vatican. va/archive/hist_councils/i-vatican-council/index_sp.htm. Acesso em 24 ago. 2024.

Documentos do Concílio Vaticano II. Papa Paulo VI. 1965. Disponível em: https://www. vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

Estatuto do recolhimento de N. Senhora da Glória do lugar da Boa-Vista de Pernambuco. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/273978. Acesso em: 02 out. 2024.

Exortação Apostólica Pós-Sinodal. *VITA CONSECRATA*. Papa João Paulo II, 1996. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html. Acesso em: 24 ago. 2024

ANEXO A – Relação de nomes das freiras e sites consultados

Nº	Nome	Referência	Endereço eletrônico (URL) - SIAN
1	Ir. Consuelo	CIPS-Pront. 16-Abertura: 1980	Nihil
2	Ir. Felicidade	DOPS- Pront. 16 - Abertura: 1980	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80008802/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80008802_d0001de0002.pdf
3	Irmã Maria Salete Horácio da Silva	CIPS- Abertura: 1981	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/82003290/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003290_d0001de0001.pdf
4	Irmã Tonny (Antônia Maria Van Han)	CIPS-Pront. 27-Abertura: 1980	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76094785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76094785_d0001de0001.pdf
5	Irmã Marlene Burgers	CEV-PB p. 392	
6	Irmã Ana Maria Theresia Melman	CEV-PB p. 422	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84040166/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84040166_d0001de0001.pdf
7	Irmã Maria do Socorro Batista	SIAN	
8	Irmã Maria Valeria Rezende	CEV-PB p. 400	file:///C:/Users/Samsung/Desktop/Doc.Fin.Mestrado/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_79000332_d0001de0002.pdf
9	Maria Dolores Cordeiro de Melo	SIAN	
10	Ir. Almeida	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095280/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095280_d0001de0001.pdf
11	Ir. Carmelita	SIAN	
12	Ir. Albertina Ferreira da Silva	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_h4/mic/gnc/iii/990009999/br_dfanbsb_h4_mic_gnc_iii_990009999_d0001de0001.pdf
13	Ir. Veronica Soares de Oliveira	SIAN	
14	Ir. Tania Maria de Souza	SIAN	

15	Ir. Adélia Carvalho	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/81002437/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81002437_d0001de0001.pdf
16	Ir. Doralice	SIAN	
17	Ir. Genoveva Carmelita Schottz	SIAN	
18	Ir. Hermínia Freire de Almeida	SIAN	
19	Ir. Ana Cesar Bonfim	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82027831/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027831_d0001de0001.pdf
20	Ir. Eugenia Ribeiro da Cunha	SIAN	
21	Ir. Leonia	SIAN	
22	Ir. Ester	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76099551/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099551_d0001de0002.pdf
23	Ir. Humbertina Lijnen	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82027910/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027910_d0001de0002.pdf
24	Ir. Johanna Sofia Maria Van Vliet	SIAN	
25	Ir. Maria Cornelia Donkers	SIAN	
26	Ir. Nilza Montenegro	SIAN	http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0423/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0423_d0001de0001.pdf
27	Ir. Sarita ou Zarita (Maria Izair de Albuquerque Furtado)	SIAN	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).